



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO – UNICAP
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA
PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL E PSICANÁLISE
Profa. Dra. MARIA CONSUÊLO PASSOS

KATARINA VIEIRA ASSUNÇÃO CAVALCANTI

O MAL-ESTAR COVIDIANO NO BRASIL:

Um ensaio psicanalítico a partir da pandemia.

RECIFE

2024

KATARINA VIEIRA ASSUNÇÃO CAVALCANTI

O MAL-ESTAR COVIDIANO NO BRASIL:

Um ensaio psicanalítico a partir da pandemia.

Dissertação apresentada por Katarina Vieira Assunção Cavalcanti à Banca de Qualificação como exigência parcial à obtenção do título de mestre em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco.

RECIFE

2024

C48m Cavalcanti, Katarina Vieira Assunção.
O mal estar covidiano no Brasil : um ensaio psicanalítico a partir da pandemia / Katarina Vieira Assunção, 2024.
105 f.

Orientadora: Maria Consuelo Passos.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Psicologia. Clínica. Mestrado em Psicologia Clínica, 2024.

1.COVID-19 (Doença) - Aspectos psicológicos.
2. Psicanálise. 3. Maturação (Psicologia). I. Título.

CDU 159.964.2

O MAL-ESTAR COVIDIANO NO BRASIL:

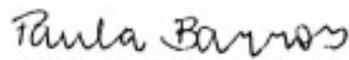
Um ensaio psicanalítico a partir da pandemia.

A presente dissertação foi defendida no dia 28 de maio às 8 hs (horário de Brasília) e aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:



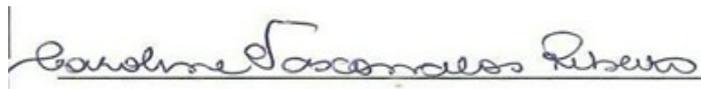
Professora Dra. Maria Consuelo Passos

Orientadora



Professora Dra. Paula Cristina Barros

Examinadora interna



Professora Dra. Caroline Vasconcelos

Examinadora externa

Recife, 2025.

AGRADECIMENTOS

O primeiro lugar sempre será de Deus, que me conhece antes de mim e, por isso, me oferece, de modo perfeito, em toda e qualquer circunstância, o amparo e o colo que preciso. Tudo o que sou, o que tenho e o que vier a ser vem de ti.

Aos meus pais, que sabem transbordar amor e generosidade, que me ensinaram com suas vidas a ser forte, corajosa e valente para enfrentar as adversidades que se colocam diante de nós. Amo vocês com todas as minhas forças. Em cada linha que foi escrita, está impresso o amor, o esforço e a dedicação que me dispensaram ao longo da minha vida. Obrigada por tanto.

A Sandro, meu marido e grande amigo, parceiro de uma vida inteira, pai dos meus bens mais preciosos. Obrigada pelo apoio, não apenas nessa jornada, mas em todas as outras. Você me enxerga como sou, escuta o que tenho a dizer — seja o que for, a que horas for — e busca me amparar nas minhas necessidades. Sem isso, teria sido ainda mais difícil. Te amo.

Meus filhinhos Tom e Kim. É tão fácil amar vocês e ao mesmo tempo tão difícil falar sobre esse amor. Vocês sempre serão o meu maior e melhor amor. Meus grandes amiguinhos, tão gentis, generosos e compreensíveis. Obrigada por terem entendido quando a mamãe não conseguia colocá-los para dormir porque estava escrevendo “o livro”, obrigada por vibrarem e se alegrarem a cada capítulo concluído, obrigada por me oferecerem um amor tão doce e leve. Vocês fazem o meu cálice transbordar, dia após dia, de gratidão a Deus pela bondade de me fazer mamãe de Antonio e Joaquim. Meu colo e o meu amor sempre estarão aqui, bem pertinho. Sempre.

Aos meus irmãos, que me permitiram colecionar boas memórias de uma infância feliz em uma casa sempre cheia de amor, brincadeiras e amigos. Ter irmão é coisa boa demais. Como sempre falamos, um cordão de três dobras não se parte tão facilmente, nem a distância de um oceano que hoje nos separa tem sido capaz de romper um elo que foi construído tão solidamente. Amo vocês.

Aos meus cunhados, Charles e Amanda, por terem me feito tia me presenteando com minhas seis pedrinhas preciosas. Obrigada por tanto!

Aos meus sobrinhos, minha saudade diária: Mateus (*in memoriam*), Romeu, Letícia, Valentina, Isadora e Giovana. Amo tanto vocês! Ser tia é tão bom, tão leve. Amo cada “lance” que construí com cada um de vocês e não vejo a hora de a gente poder ficar juntinhos de novo, para “brincar de salão” e dar muitos mergulhos no mar.

À minha amiga Poli, que, por tantas e tantas vezes, foi usada por Deus para me lembrar que com Ele sou forte e capaz de vencer gigantes. Nossa conexão veio do céu, tenho certeza disso. Obrigada por tanto. Amo você.

Às minhas lulas, amiguinhas de uma vida inteira, que tanto torcem por mim e me amam. Perto ou longe, vocês sempre serão aquelas que estarão do lado esquerdo. Que saudades! Amo cada uma de vocês.

Às minhas “tias” do coração: Eliane, Lita, Sirlênia e Débora. Obrigada por sempre orarem por mim desde a barriga da minha mãe. Vocês são ouro na vida de qualquer pessoa que tenha a benção de tê-las por perto. Amo muito vocês! Saudades!

À Universidade Católica de Pernambuco, pela oportunidade que me foi oferecida de ingressar no Mestrado e pelo incentivo por meio da bolsa de estudos. Essa foi a Universidade que escolhi e que me acolheu, permitindo que ampliasse meu conhecimento teórico, minhas relações e, com isso, minha visão de mundo. Muito obrigada.

À professora Dra. Maria Consuelo Passos, obrigada por ter acreditado em mim, mesmo quando as minhas ideias e escrita ainda engatinhavam. Obrigada por ter me apresentado essa via de articulação entre psicanálise e política, esse foi um ganho que levarei para a vida. Obrigada por ter proporcionado em sala de aula um espaço tão rico de discussões e trocas entre os nossos pares. Muito obrigada por ter permanecido nessa jornada junto a mim.

À professora Dra. Paula Cristina Barros, pelos ensinamentos sobre a obra freudiana, mas, acima de tudo, por ensinar aos que estivessem dispostos a aprender, sobre algo muito valioso, que é o saber transmitido de forma tão democrática e generosa. Você é incrível, Paula. Foi um grande privilégio ter sido sua aluna.

À professora Dra. Caroline Vasconcelos, você é uma grande referência de ser humano para mim. Uma das maiores da obra winnicottiana, faz uso da sua criatividade, nos proporcionando a cada aula uma verdadeira experiência, ao articular a psicanálise com a arte e com a sua habilidade ímpar de comunicar o que sabe. Muito obrigada pela transmissão tão generosa do seu conhecimento, você foi uma das maiores responsáveis pela conclusão deste trabalho.

Ao meu analista, sem você esse percurso não teria sido concluído. Obrigada por não ter soltado a minha mão e por continuar escolhendo ser presença suficientemente boa ao longo desses anos.

Aos meus analisandos e pacientes. Um processo de análise que faz sentido para mim é aquele que se dá a partir de um encontro intersubjetivo que é mediado pelo desejo potente de encontro com o infamiliar. Considero-me abençoada pelo ofício que me permitem exercer. Este trabalho nasceu há 17 anos, quando ainda, como psicóloga clínica, atendi o primeiro “pacientinho” que me escolheu e me permitiu viver, por meio da prática, que o desejo é coisa difícil de sustentar. Mas quando esse laço do desejo se enlaça na gente, nos transforma, devagarzinho, um pouquinho por vez, nos fazendo pulsar e viver.

A pandemia em curso representa o maior acontecimento sanitário ocorrido no mundo desde a gripe espanhola de 1918 e apresenta efeitos ainda mais catastróficos que a pandemia do HIV/aids dos anos 1980. Assim, colocou em suspensão todas as atividades sociais e econômicas na totalidade dos países, transformou de forma radical formas de vida e sociabilidade, que remetem seja para relações singulares do sujeito com seu corpo, seja para as relações plurais do sujeito com o Outro em diversos contextos, assim como nas suas mais diferenciadas formas de existência, nos registros real e simbólico.

Birman, 2021.

RESUMO

O vírus de Covid-19 foi um dispositivo de medo para toda a humanidade, sobretudo no período vivido de pré-vacina, que atuou como acontecimento total de de-privação. No entanto, a condição e a experiência de desamparo só foram vividas por países cuja gestão da crise sanitária se deu de forma falha, como no Brasil. Através da propagação das *fake news*, o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro promoveu uma cisão da realidade, inscrevendo a formação de estados de grupo neuróticos e de grupo psicóticos. Esse fenômeno em massa originou uma polarização nas relações sociais, que produziu como efeito um desvelamento de questões que compõem dois pilares civilizatórios, que são a política e a religião. Até a pandemia de Covid-19, a nossa cultura tinha como marca estética o silenciamento discursivo e simbólico do antagonismo, sobretudo com relação a assuntos que tangenciavam os referidos pilares, que passaram a ser os protagonistas da experiência pandêmica no Brasil. Os fenômenos que foram sendo apresentados na clínica serviram de disparadores para a presente pesquisa, que teve como objetivo principal estudar psicanaliticamente o mal-estar no Brasil, a partir da pandemia. Para construir uma análise acerca dessa problemática, fiz uso da Teoria do Amadurecimento, proposta por Winnicott, bem como da sua noção de democracia e o conceito de mal-estar na civilização, proposto por Freud. Ainda, tomei de empréstimo o que alguns autores contemporâneos escreveram sobre o fenômeno pandêmico à luz da psicanálise, tais quais Birman, Bollas e Quinet. Frente à análise construída na presente dissertação, que se propôs um ensaio acadêmico em psicanálise, estamos vivendo uma transformação nas formas de viver e sentir o mal-estar na atualidade, sendo esse o motivo pelo qual sugiro o termo mal-estar covidiano.

Palavras-chave: Covid-19; pandemia; mal-estar; democracia; desamparo; representações subjetivas.

ABSTRACT

The Covid-19 virus was a device of fear for all humanity, especially in the pre-vaccine period, which acted as a total deprivation event. However, the condition and experience of helplessness were only experienced by countries whose management of the health crisis was flawed, as occurred in Brazil. Through the propagation of fake news, that was former by president Jair Messias Bolsonaro promoted a split in reality, inscribing the formation of neurotic group states and psychotic group states. This mass phenomenon led to a polarization in social relations, which resulted in the unveiling of issues that make up two pillars of civilization, which are politics and religion. Until the Covid-19 pandemic, our culture's aesthetic mark was the discursive and symbolic silencing of antagonism, especially in relation to issues that touched on the aforementioned pillars, which became the protagonists of the pandemic experience in Brazil. The phenomena that were being presented at the clinic served as triggers for the present research, whose main objective was to psychoanalytically study the malaise in Brazil, following the pandemic. To construct an analysis of this problem, I made use of the Maturity Theory, proposed by Winnicott, as well as his notion of democracy and the concept of Civilization and Discontent, proposed by Freud. Furthermore, I borrowed what some contemporary authors wrote about the pandemic phenomenon in the light of psychoanalysis, such as Birman, Bollas and Quinet. In view of the analysis constructed in this dissertation, which proposed an academic essay in psychoanalysis, we are experiencing a transformation in the ways of living and feeling unwell today, which is why I suggest the term Covidian Malaise.

Keywords: Covid-19; pandemic; malaise; democracy; helplessness; subjective representations.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. A PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL.....	14
2.1 Um breve passeio pela história mundial das pandemias.....	16
2.2 Um panorama da pandemia de Covid-19 no Brasil.....	19
2.2.1 Uma retrospectiva do primeiro ano pandêmico no Brasil.....	23
3 DESAMPARO, DEMOCRACIA, MAL-ESTAR E NEGACIONISMO: os pilares da experiência pandêmica no Brasil.....	29
3.1 A importância do ambiente suficientemente bom e os efeitos das falhas ambientais segundo Winnicott.....	30
3.2 Winnicott: entre o estágio de concernimento e a democracia.....	43
3.3 Freud e O mal-estar na civilização.....	49
3.4 Freud e Winnicott: sobre o desamparo e o negacionismo.....	54
4 O MAL-ESTAR COVIDIANO NO BRASIL: uma análise sobre os efeitos do desequilíbrio na dinâmica civilizatória na dimensão subjetiva.....	67
4.1 O vírus, a pandemia e as singularidades: uma análise sociopolítica sobre os efeitos da gestão brasileira na pandemia de Covid-19.....	71
4.1.1 O Biopoder e seus efeitos na dimensão da singularidade frente ao desamparo pandêmico.....	71
4.1.2 O vírus de Covid-19 e os efeitos psicossociais do seu encontro com um colo imaturo.....	78
4.2 O mal-estar covidiano: memórias clínicas e análises sobre as formas de viver e sentir o mal- estar a partir da pandemia.....	84
4.2.1 Memórias clínicas: sintomas, transformações e representações subjetivas.....	87
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
REFERÊNCIAS.....	102

1. INTRODUÇÃO

Para dar início a qualquer análise e discussão sobre a grave crise sanitária que vivemos, apresentarei a divisão proposta por Birman (2021) acerca dos desdobramentos do vírus de Covid-19 propriamente dito, pois tomei de empréstimo a sua perspectiva para estruturar minha pesquisa e a escrita de toda a dissertação. Segundo sua proposta, a crise sanitária dividiu-se entre:

- o vírus, que diz respeito ao campo do biológico;
- a pandemia, que seria um fenômeno hexadimensional, por adentrar em questões de ordens sanitária, social, econômica, política, ecológica e cultural; e
- as singularidades, que evidenciam o homem enquanto indivíduo detentor de um organismo, bem como do sujeito constituído por uma psiquê.

O vírus de Covid-19 aponta para uma problemática estritamente orgânica, capaz de afetar gravemente o corpo físico, enquanto a pandemia trata-se de um fenômeno que transborda para outras dimensões para além da categoria biológica e que perpassam todas as outras esferas da vida humana. Apesar de ter havido a disponibilidade de acesso a recursos que auxiliariam na antecipação e na regulação dos riscos sanitários, tendo em vista que a doença começou a emergir na China, em dezembro de 2019, o Brasil, assim como vários outros países, voltou seu olhar para o novo coronavírus quando este já assumia o caráter de pandemia, em março de 2020.

Sem nenhuma medida antecipatória, não houve a possibilidade da oferta do cuidado ambiental por meio de ações federais que fomentassem, em nós, o sentimento de segurança e previsibilidade, não nos sendo proporcionada uma política institucional sistematizada que nos habilitasse a lidar com aquilo que viria, de forma duradoura, a fazer parte das nossas vidas. Certamente, essa decisão governamental foi norteadada pelo imperativo da economia e não da vida, o que me permitiu supor que a regulação social por meio da Biopolítica¹ (Foucault, 1979/2008) teve como desdobramento das suas ações ideais firmados na Necropolítica²

¹ Um conjunto de mecanismos promovidos pelo Estado com a finalidade de dominação da população por meio da regulação dos corpos, da saúde, das ideias e subjetividades.

² Quando o Estado faz uso do poder político para determinar em uma sociedade quem deve viver e quem deve morrer, por meio da promoção de ações ou omissões.

(Achille Mbembe, 2003), cujas práticas foram ampla e claramente difundidas pelo governo do presidente Jair Messias Bolsonaro.

Em total acordo com a defesa levantada por Birman (2021) de que a pandemia de Covid-19 se tratou de um acontecimento total, considero que é de grande relevância conhecer a distinção entre evento e acontecimento, porque essa é a única via de acesso para que seja possível compreender a relevância que a afirmação nos traz. Dessa forma, o primeiro se trata de uma situação cujo fio histórico condutor não é rompido, havendo, portanto, uma continuidade dos principais pilares socioculturais, enquanto, no outro, há uma descontinuidade desse fio por meio da interrupção ou da transformação das práticas discursivas e de sociabilidade.

Em se tratando da pandemia de Covid-19, acredito que essa não continuidade adentrou as expressões da vida humana de modo total e irrestrito. Até o seu advento, as práticas sociais no mundo ocidental eram pautadas por normas higiênicas e de sociabilidade que nos permitiam o usufruto da liberdade de escolha quanto às medidas de limpeza que seriam por nós adotadas, bem como as expressões de afeto que ofereceríamos ao outro. Dessa forma, a adesão necessária, no período da pandemia, ao conjunto das novas práticas sanitárias, como meio de prevenção eficaz contra a contaminação, certamente atravessou nossa psicossoma e segue produzindo efeitos nas formas de viver e sentir o mal-estar na atualidade, ou seja, as normas que compuseram nossa socialização primária³ foram subvertidas.

Como característica ainda mais particular, o Brasil possui uma cultura latina cuja inscrição do toque físico contempla expressões de afetos não apenas em contextos íntimos e familiares, como também corriqueiros. Birman (2021) destaca que o toque representa um estilo de existência nos registros éticos e estéticos da cultura brasileira, de modo que a afetação da privação do contato corporal se tornou ainda mais traumática e desoladora, se comparada a países cuja prática de distanciamento social já era um hábito comum a todos. Em se tratando da dinâmica psíquica, podemos afirmar que as mudanças, no geral, são geradoras de desconforto, uma vez que nos relançam em bases distintas das habituais.

A pandemia do novo coronavírus foi um acontecimento⁴ de *de-privação*⁵ (Winnicott, 1956/2000), em que fomos retirados de um modelo de vida que nos era familiar, de modo

³ Conceito que faz referência ao conjunto de experiências e ideais que compõem a base para nossa forma de vinculação com o outro e com o mundo.

⁴ Destaco a distinção entre acontecimento e experiência, estando o primeiro associado a uma situação externa sem, necessariamente, haver uma implicação subjetiva.

⁵ Fiz uso da palavra *de-privação* escrita dessa forma, tal qual apresentada por Winnicott (1956/2000) no capítulo *A Tendência Anti-Social*, p. 407, na obra *Da pediatria à psicanálise*, em vez de apenas *deprivação*, para destacar a distinção entre os sentidos de *privação* e *de-privação*.

abrupto, sem preparo prévio ou integração de temporalidade quanto ao seu fim, e, portanto, quanto à possibilidade de reaver o que foi perdido. No entanto, associado à problemática do vírus propriamente dito e às privações que precisamos viver pelo seu caráter de letalidade, o nosso país enfrentou uma outra problemática, que foi a má gestão da crise sanitária por parte do Governo Federal. Certamente que o medo, frente ao acontecimento pandêmico, possivelmente se tratou de um estado afetivo (Freud, 1914-1916/2010) amplamente sentido pela população mundial, sobretudo no período pré-vacina. No entanto, a experiência de desamparo possivelmente foi sentida enquanto experiência coletiva por países cujo governo Federal não ofereceu amparo biopsicossocial aos seus cidadãos, como o Brasil.

A partir da minha vivência clínica no período pandêmico, fui convocada a pensar sobre o mal-estar no contexto daqueles tempos sombrios que vivemos, sobretudo por acompanhar um fenômeno que me comunicava sobre uma experiência quase generalizada de desamparo como efeito não do vírus isoladamente, mas dele em conjunto com os cuidados tantalizadores fomentados principalmente pelo ex-presidente Bolsonaro. Em concordância com Bollas (2020), as atitudes anarcocapitalistas do mandatário, cujo dispositivo principal foram as *fake news*, fomentaram uma polarização de dois estados grupais. Um estado grupal dos neuróticos, compostos pelos indivíduos mais saudáveis e que tiveram condições de lidar com os conflitos decorrentes da realidade vivida, e outro dos psicóticos, que se revelaram negacionistas.

Essa polarização, que, de fato, promoveu uma cisão no nosso país, levou-nos ao confronto com uma outra marca estética que pertencia à nossa cultura, que era o apagamento do antagonismo. Com base na minha experiência clínica, acredito que um dos ideais sustentadores dos laços e das relações sociais era o não enfrentamento, enquanto realidade compartilhada, das diferenças entre opiniões, sobretudo no que dizia respeito a política e religião, que foram os dois principais tópicos ideativos da realidade pandêmica no Brasil. Dessa forma, também de modo abrupto, esse pilar de sustentação dos vínculos, que dizia respeito ao silenciamento das diferenças, precisou sofrer uma travessia, cuja base era, antes, do sagrado e, portanto, do não tocado, passando a ser assunto principal na televisão, nas redes sociais e na vida real. Tivemos, então, o encontro com essa nova realidade que também nos foi imposta, uma vez que não foi movida espontaneamente pelos indivíduos, mas inserida intrusivamente pelo ex-presidente em suas ações e discursos públicos.

Em diálogo com os fenômenos apresentados na clínica, acredito que, a partir dessas experiências, algo referente às medidas que dizem respeito ao funcionamento da gangorra

civilizatória, sobretudo a dimensão do manejo dos instintos de agressividade visando uma convivência democrática, está em evidente processo de transformação. Por isso, o objetivo principal do presente ensaio foi estudar com base na psicanálise, o mal-estar no Brasil a partir da experiência da pandemia de Covid-19.

Para tanto, tomei de empréstimo o conceito de mal-estar instituído por Sigmund Freud (1930/2021), em dois recortes, sendo estes: o papel da civilização na humanidade e as possíveis causas do sofrimento no humano, a partir de um exercício epistemológico de adaptação deste ao contexto da pandemia de Covid-19. Essa ação se deve ao fato de, originalmente, o conceito ser pensado para a cultura como um todo e não para uma experiência de crise sanitária. O meu olhar ancorou-se, ainda, na formulação de um outro psicanalista, D. W. Winnicott (1950/1996), sobre as noções de democracia enquanto experiência que começa no colo materno e de desamparo, causado este pela perda da confiança na provisão ambiental. Tal como no caso da utilização da fundamentação teórica do pai da psicanálise, farei um uso epistemológico desses conceitos winnicottianos para a experiência pandêmica. Em paralelo, amparei-me em alguns psicanalistas da atualidade que se dedicaram a estudar a pandemia de Covid-19 para além do vírus propriamente dito, como fenômeno hexadimensional, dentre os quais, destacam-se Birman (2020; 2021) Bollas (2020) e Quinet (2020). Também fiz uso das memórias clínicas que trago comigo e que venho colecionando desde o período pandêmico até os dias atuais, em que seu fim foi decretado.

Esta dissertação se tratou de uma pesquisa cuja marca estilística foi o ensaio acadêmico em psicanálise, por assumir um caráter argumentativo e opinativo, a partir de uma articulação da teoria com a prática por meio das minhas memórias, presentes em cada linha escrita. Segundo Campos (2014), um ensaio acadêmico é uma construção textual em que o autor tem como principal objetivo discutir um determinado assunto, fazendo uso de suas ideias e posicionamentos subjetivos em articulação com a teoria, diferentemente de uma pesquisa bibliográfica, em que o caráter opinativo não fica tão em evidência na escrita. Por se tratar de uma problemática recente, a pandemia de Covid-19 ainda é um tema em exploração, de modo que aquilo que vem sendo produzido a partir desse fenômeno biopsicossocial tem caráter autoral, cuja marca estilística principal é a que se pressupõe em um ensaio acadêmico, que é a liberdade maior para que o autor possa se posicionar e apresentar a sua visão crítica acerca do seu objeto de estudo (Campos, 2014).

A disposição das partes do texto dá-se da seguinte forma: o Capítulo 1, o atual, realiza uma exploração introdutória do tema, a ser abordado mais aprofundadamente, no decorrer da

dissertação; o Capítulo 2 destinou-se à apresentação de um breve histórico mundial das pandemias anteriores e, em seguida, do relato detalhado acerca da pandemia de Covid-19 no Brasil. O Capítulo 3 apresenta sobretudo alguns conceitos teóricos que considerei basais para que o leitor pudesse ter acesso à Teoria do Amadurecimento, proposta por Winnicott, autor que fundamenta a minha escuta e escrita, para que, assim, fosse viabilizada a compreensão da análise que será apresentada. Também inseri, introdutoriamente, ainda no Capítulo 3, algumas análises sobre a problemática da pandemia de modo transversal com a teoria. Por fim, no Capítulo 4, abordei, mais diretamente, o mal-estar covidiano, conceito construído por mim com base nos autores pesquisados e em consonância com as minhas memórias clínicas.

A presente pesquisa teve como principal motivação a relevância social de tentar trazer à luz uma análise de cunho psicanalítico acerca de uma importante sequela, nas dimensões individual e coletiva, da experiência pandêmica mal governada, como foi o caso do Brasil. Tal relevância se acentua, se consideramos as vivências que assolam os profissionais de saúde psíquica, que precisam operar, doravante, a deterioração dos eixos civilizatórios que nos sustentavam até a instalação hodierna da experiência pandêmica, tão traumática para todos nós.

2. A PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), uma crise sanitária configura-se como pandemia quando se instala um contexto de transmissão e sustentação global de uma determinada doença, cujo processo de contaminação coletiva ocorre, de forma simultânea, em vários países, regiões ou continentes (Fernandes, 2021). Na história, encontram-se registros de vários acontecimentos pandêmicos, todos tendo ocorrido, de forma insofismável, em associação com três fenômenos de ordem ecológica, política, social e, obviamente, econômica, sendo: o contato dos homens com animais contaminados, o grande deslocamento das populações dos seus locais de origem para outras regiões e, por fim, a alta concentração geográfica dos habitantes num mesmo espaço.

Apesar de não haver um pleno consenso a respeito da origem epidemiológica do novo coronavírus, sabe-se que o primeiro surto se deu em Wuhan, na China, em novembro de 2019. Aponta-se que os primeiros casos estavam ligados a pessoas que haviam visitado o Mercado Atacadista de Frutos do Mar de Huanan; no entanto, não há confirmação de que esse foi, de fato, o ambiente hospedeiro do vírus. O único consenso científico é de que o contágio inicial

se deu a partir do contato do homem com algum animal contaminado, **testificando** a presença do primeiro fenômeno supracitado apontado pela Organização das Nações Unidas (ONU).

De origem zoonótica, o vírus de Covid-19 diz respeito a uma problemática estritamente orgânica capaz de afetar gravemente o corpo físico, enquanto a pandemia trata-se de um fenômeno que transborda para outras dimensões para além da categoria biológica e que perpassam todas as outras esferas da vida humana. Apesar de ter havido a disponibilidade de acesso a recursos que auxiliariam na antecipação e na regulação dos riscos sanitários, tendo em vista que a doença começou a emergir na China, em dezembro de 2019, o Brasil, assim como vários outros países do mundo, voltou seu olhar para o novo coronavírus quando este já assumia o caráter de pandemia, em março de 2020.

Ainda no final do mês de janeiro de 2020, a OMS declarou que se tratava de uma doença cujo caráter era de emergência internacional, e, no mês de fevereiro, já havia um quantitativo de 70 mil pessoas contaminadas em 27 países distintos (Ferreira, 2022). Apesar dos sinais evidentes de que algo grave aconteceria, não houve nenhuma medida antecipatória que pudesse nos ter permitido adentrar a experiência pandêmica de forma menos abrupta. Do mesmo modo, uma vez iniciado o estado de crise sanitária, foi-nos negada a oferta do cuidado ambiental por meio de ações federais que fomentassem, minimamente, em nós, cidadãos, o sentimento de segurança e previsibilidade frente àquele cenário tão assustador e, por si só, desolador.

Pretendo discorrer neste capítulo sobre a experiência pandêmica no cenário brasileiro, com ênfase na crise sanitária, política e cultural. Antes, porém, apresentarei uma breve descrição das pandemias já registradas na história mundial, de forma a datá-las e alojá-las no contexto histórico dos acontecimentos, a fim de auxiliar-nos a dimensionar o impacto que a introdução de um vírus mortal trouxe para nós, que fazemos parte de um mundo civilizado, pós-moderno e que havia acompanhado o crescente avanço da ciência nas várias áreas que compunham as nossas vidas. Em seguida, trarei um panorama de como se deu o primeiro ano da pandemia no Brasil, com enfoque no modelo de gestão de crise adotada pelo então presidente Jair Messias Bolsonaro. Compreendo que este é um caminho importante e necessário para a construção de uma análise psicossocial acerca da pandemia no nosso país, pois os nossos eixos civilizatórios precisaram se equilibrar em uma base composta pela falta de cuidados suficientemente bons por parte do Estado — a promoção da confiabilidade por meio dos cuidados constantes e seguros — fazendo da pandemia de Covid-19 um acontecimento de de-privação — enquanto objeto objetivamente percebido.

2.1 Um breve passeio pela história mundial das pandemias

O primeiro registro histórico daquilo que se assemelharia a um acontecimento pandêmico se deu na antiguidade, tendo sido nomeada por “praga do Egito”, que ocorreu entre os anos de 430 a.C. e 427 a.C., durante a Guerra do Peloponeso. Acredita-se que a grande onda de deslocamento, associado ao consequente enorme ajuntamento de pessoas — características tão peculiares ao contexto de guerra —, tenham sido os principais motivos para a rápida e elevada propagação da doença, que, só na cidade de Atenas, vitimou, de forma fatal, cerca de dois terços da população (Silva, 2021). Hoje, acredita-se que a mazela que causou a dita praga foi a febre tifoide, de acordo com os relatos feitos pelo general e historiador ateniano Tucídides (Fernandes, 2021).

Nos séculos II e III, o Império Romano foi acometido por duas pragas de grandes dimensões, tendo sido a primeira, no ano de 165 d.C., chamada de “Peste Antonina”, que foi responsável pela morte do imperador romano Marco Aurélio, não havendo certezas quanto ao seu agente etiológico, em virtude da ausência de registros seguros. A segunda ocorreu em 250 d.C., nomeada “Peste Cipriano”, tendo início na região da Etiópia e espalhando-se pelo Egito. O seu nome se deu em associação ao bispo de Cartago (São Cipriano), e a sua causa é igualmente incerta, porém, acredita-se ter sido uma febre hemorrágica viral ou algum outro tipo de doença viral. Sabe-se também que foi uma mazela cujo poder de letalidade era grande, uma vez que vitimou, de forma fatal, mais da metade da população de Alexandria (Fernandes, 2021).

No ano de 541 d.C., ocorreu o primeiro surto da “Peste Bubônica”, também chamada de “Praga de Justiniano”, nome do imperador bizantino. Conta-se que a contaminação teve início no Egito, espalhou-se para a capital do Império Bizantino e dizimou 50 milhões de pessoas, quantitativo que correspondia a 25% da população mundial da época. A sua expansão geográfica atingiu a Síria, a Turquia, a Pérsia, além de uma parte importante da Europa, e o contágio dava-se a partir do contato com pulgas e ratos contaminados. Conta-se que sua duração atingiu uma marca de dois séculos, de forma sazonal e marcada por alguns períodos mais graves, tendo sido estas: as duas primeiras décadas iniciais de disseminação e durante as estratégias de expansão do Império Romano.

A Europa foi acometida pela “lepra” no século XI, doença que, à época, era associada à punição divina, de modo que os indivíduos contaminados eram excluídos socialmente e precisavam viver isolados, em leprosários. Alguns séculos depois, houve a “Peste Negra”,

pandemia considerada a maior na história da civilização, que teve início no século XIV e perdurou até o XIX. Os registros apontam que essa terrível realidade se deu num período em que também aconteciam algumas transformações históricas importantes, tais quais: a mudança do feudalismo para o mercantilismo, o surgimento das cidades e o êxodo rural. É importante lembrar que, nesse período, havia um cenário de precariedade em ampla escala e de várias dimensões, de modo que não havia estrutura de saneamento, de higiene e de trabalho que fosse capaz de acompanhar as transformações citadas, tornando-se, assim, o cenário ideal para a continuidade da perpetuação da pandemia.

A fim de dizimar esse terrível mal, foi necessária a contenção dos avanços que estavam ocorrendo na época, quer na expansão urbana, quer nas rotas comerciais. Junto a isso, algumas medidas de higiene foram tomadas coletivamente, tais como o confinamento, a construção de hospitais mais distantes dos centros urbanos e a incineração dos corpos contaminados. A partir da prática — coletiva — de tais protocolos, após séculos de surtos sazonais, a “Peste Negra” foi mitigada.⁶

A princípio, a Europa recebia de fora as mazelas pandêmicas. No entanto, com a expansão marítima e a prática da colonização, houve uma torção dessa realidade, de modo que os europeus passaram a transmitir doenças aos povos colonizados. Fernandes (2021) aponta que, só na América Central, no ano de 1519, antes de os espanhóis invadirem seus territórios, estima-se que havia cerca de 15 a 30 milhões de povos originários. Após a invasão, restaram apenas cerca de dois milhões, tendo a maioria sido dizimada em virtude da contaminação por doenças e vírus oriundos da Europa.

A chegada de Cristóvão Colombo à América foi igualmente marcada por indícios que apontam para a grave transmissão de “sarampo” e “peste bubônica”, que dizimaram cerca de 90% da população indígena das Caraíbas. No ano da sua invasão, estima-se que havia um total de 60 mil habitantes nessa região, número que foi sendo reduzido de forma drástica, de modo que, no ano de 1548, havia restado apenas 500 indígenas. Quanto aos efeitos da colonização, no que diz respeito à história das pandemias, Fernandes (2021) escreve:

Os factos ocorridos ao longo do período de expansão marítima, resultantes da busca do novo mundo pelos povos europeus, revelam os efeitos das doenças, em termos globais, na forma como a globalização se iniciou no mundo, nomeadamente, no efeito que as doenças transmissíveis tiveram no processo histórico (p. 24).

Ainda de acordo com Fernandes (2021), nos anos posteriores ocorreram alguns outros acontecimentos pandêmicos, dentre os quais:

⁶ Disponível em: <munodoeducação.uol.com.br>.

- em 1580, nas regiões da Ásia, da Europa, da África e da América, ocasionado pelo “vírus da gripe”, dizimando cerca de 10% da população dos locais afetados;
- em 1665, ocorreu, em Londres, um grande surto de “Peste Bubônica”, o que resultou na morte de 20% da sua população;
- entre os anos de 1729 e 1732, ocorreram surtos pandêmicos também ocasionados pelo “vírus da gripe”, matando cerca de 500 mil pessoas;
- entre os anos de 1729 e 1830, ocorreu um novo surto pandêmico ocasionado pelo “vírus da gripe”, que teve início na China e se espalhou pela Europa e pela América, resultando na morte de 25% da população mundial;
- em 1817, ocorreu o primeiro surto de cólera, com recidiva nos anos de 1832 e 1852, tendo iniciado na Europa e espalhando-se por outros continentes, cuja estimativa de morte é de um milhão de pessoas;
- no ano de 1855, houve a terceira onda da pandemia ocasionada pela “Peste Bubônica”, que teve início na China e se entendeu para o Sudeste Asiático, resultando na morte de mais de 15 milhões de pessoas;
- em 1889, surgiu a “gripe russa”, que teve início na Sibéria e se espalhou por Europa, América do Norte e África e, mais tarde, nos anos de 1892 e 1899, chegou à Alemanha.

A pandemia que ocorreu no século XX, entre os anos de 1918 e 1919, foi a tão conhecida “gripe espanhola”, responsável pelo maior número de vítimas fatais. Estima-se que a também conhecida “peste pneumônica” matou o triplo do número de pessoas vitimadas pela Primeira Guerra mundial, ultrapassando inclusive o número de vítimas ocasionadas pela “Peste Negra”, que, de modo sazonal, ocorreu ao longo de dois séculos. Apesar de sua nomeação fazer referência à Espanha, alguns historiadores apontam que o referido vírus teve sua origem, na verdade, no Estado do Kansas, nos Estados Unidos, tendo sido levado para a Europa pelos militares que viajavam para guerrear.

Apesar de a minha proposta não ter sido de realizar um estudo aprofundado do ponto de vista histórico, acredito que essa breve explanação nos permite vislumbrar algumas questões importantes, de modo a problematizar a recorrência de práticas fundamentadas em lógicas

bastante familiares até os dias atuais e que foram evidenciadas no modo com que a pandemia de Covid-19 nos atravessou.

O principal ponto que gostaria de destacar é que, em todas as pandemias registradas, os motivos principais, não apenas para que ocorresse sua grande propagação, mas também para o surgimento de variantes mais agressivas, passaram um fator em comum que foi a tentativa de expansão econômica feita de modo não planejado, sem ações contingenciais no que diz respeito à promoção de condições de vida favoráveis para toda a população e não apenas para um recorte dela. Tratou-se de acontecimentos permeados por condições de extrema pobreza e má distribuição demográfica, que apontavam para uma divisão territorial baseada na lógica da alta concentração de uma maioria em pequenos espaços, além do escasso acesso a uma boa alimentação e a condições de higiene, enquanto uma pequena minoria rica tinha acesso a grandes espaços de moradia e fartura alimentar.

Na próxima sub-seção, buscarei apresentar como se deu a pandemia de Covid-19 no Brasil, contemplando registros que adentram a problemática do vírus a partir de um olhar transversal com o modelo de gestão que nos foi ofertado, buscando manter em perspectiva o cenário de desigualdade socioeconômico que faz parte da realidade da nossa nação.

2.2 Um panorama da pandemia de Covid-19 no Brasil

Este não é mais o meu corpo que outrora foi meu: sou uma sombra agora, uma sombra de ansiedade que respira.

Sófocles - Édipo em Colono

O vírus de Covid-19 mostrou-nos, desde o princípio, seu alto nível de letalidade e contaminação, além de ter se apresentado enquanto enigma no que diz respeito ao modo com o qual se comportaria em cada corpo. Inicialmente, os cientistas acreditaram estar diante de um vírus cujo risco de morte era voltado apenas para idosos ou para pessoas com comorbidades, até que a transcrição da realidade não sustentou tal hipótese. Isto porque, à medida que o tempo passou e os níveis de contaminação não apenas subiram, mas tornaram-se mais plurais no que diz respeito ao público afetado, um número grande de adultos jovens e saudáveis passaram a desenvolver complicações e a falecer. Assim, construiu-se, diante de nós, um cenário paradoxal, em que o vírus se revelou democrático em termos de tornar-nos

todos vulneráveis a ele, enquanto as possibilidades de adotar as medidas de proteção não foram democráticas, tendo em vista a grande desigualdade social que já existia, mas que se agravou diante da crise sanitária.

Há muito que a realidade do nosso país é marcada pela enorme discrepância entre classes e pelos grandes desafios com relação à construção de medidas de enfrentamento dessa realidade. Com a pandemia de Covid-19, houve um agravamento nessa problemática, cuja culminância foi o Brasil ter voltado ao mapa da fome, como foi apontado pela ONU⁷. De acordo com levantamentos recentes, um a cada dez brasileiros passou por situação de insegurança alimentar severa entre 2020 e 2022, e 32,8% da população brasileira, ou seja, cerca de 70,3 milhões de pessoas, foram incluídas na categoria de insegurança alimentar severa ou moderada, no mesmo período. Em comparativo, as mesmas fontes apontaram que, desde o ano de 2014, após uma longa batalha travada pelo então Governo Federal contra a fome por meio de estratégias de segurança alimentar e nutricional, o Brasil havia saído do mapa da fome da ONU, tendo, comprovadamente, a ele retornado no período da pandemia de Covid-19.

Em paralelo a essas informações, é interessante lembrarmos que o Brasil foi o segundo país que mais matou cidadãos por Covid-19, tendo dizimado, até o momento da minha escrita, mais de 707 mil pessoas⁸, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, que, ironicamente, também estava sendo regido, na época, por um governo de extrema direita. Mesmo sendo a maior potência econômica mundial, as pesquisas apontaram que indígenas, latinos e negros foram os que mais morreram por complicações do novo coronavírus, quadro muito semelhante ao do Brasil, cujo maior número de mortos se deu entre pobres e negros.

Esses dados apontam para um importante registro no que diz respeito ao lugar histórico da desigualdade social em situações de grande catástrofe humanitária. A professora Marcia de Castro, que compõe a equipe do Departamento de Saúde Global e População de Harvard, afirmou: “Historicamente, momentos de pandemia ou de epidemia expõem e aprofundam as desigualdades de uma sociedade”.⁹ A mesma reportagem fez menção a um artigo publicado na revista científica *Plos One*, por Margareth Portela, que também apontava a desigualdade social como sendo um dos fatores que interferiram, ativamente, nos níveis de

⁷ Todos os dados apresentados neste parágrafo foram extraídos do site na CNN Brasil: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/um-em-cada10-brasileiros-nao-tiveram-o-que-comer-entre-2020-e-2022-segundo-a-onu/>>.

⁸ Dado extraído do site do Ministério da Saúde. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>.

⁹ Fala extraída do site da CNN Brasil. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/meio-milhao-de-mortes-por-covid-carrega-marca-da-desigualdade-do-brasil/>>.

mortalidade por Covid-19: “O estudo aponta ampla variação na mortalidade hospitalar por Covid-19 no SUS, associada a fatores demográficos e clínicos, desigualdade social e diferenças na estrutura dos serviços e desempenho dos serviços de saúde”¹⁰.

Passados quatro anos, nos encontramos em um momento cujo fim da pandemia foi decretado, e parte dessa vitória contra o Covid-19 deu-se pelo empenho dos cientistas na busca por vacinas eficazes que foram desenvolvidas em tempo recorde, as quais permitem que, mesmo ainda em circulação, o vírus agora tenha um poder de letalidade bem menor. No entanto, a gestão da crise sanitária no Brasil andou na contramão da da maioria dos países do Globo, promovendo o veto para ações que poderiam ter contribuído para o controle da disseminação do novo coronavírus. Como exemplos, cito o embargo na compra de vacinas, bem como a incitação em massa ao movimento antivacina por meio da divulgação de *fake news*, para propagar o medo e a insegurança na população. O impacto dessas ações certamente adentrou em camadas profundas de ordens sociais, psíquicas e civilizatórias, uma vez que o vírus propriamente dito e os seus efeitos de perda já haviam se instalado na população enquanto dispositivo de vulnerabilidade e fragilização do *self*.

Amparada pela minha experiência clínica, percebo que uma das formas mais comuns de enfrentamento durante a pandemia e que segue em continuidade no momento atual é o silêncio dos indivíduos com relação à experiência traumática, mesmo que estejam vivendo a partir dos seus efeitos. Questões referentes ao nosso protótipo de socialização primária, constituição do subjetivo e estabelecimento de laços sociais foram abalados diante da presença no ar — ou seja, sem delimitação evidente de bordas territoriais — de um vírus que nos impunha a ameaça de uma morte terrível, por asfixia.

Durante o período pandêmico, muitas vezes foi necessário ofertar aos analisando uma contenção da angústia frente à fragilização na apreciação da realidade, uma vez que houve uma promoção em grande escala de uma espécie de clareamento das bordas que separam o real e a fantasia, por meio do dispositivo das *fake news*. Assim, a fim de validar o vírus enquanto objeto objetivamente percebido, muitas vezes a minha função foi de auxiliar na integração da realidade externa com a realidade interna. Algumas das expressões comuns da não integração apontaram para a negação — quando, por exemplo, pacientes contaminados saíam às ruas ao invés de se isolarem — e para a confusão mental —, condição subjetiva

¹⁰ Fala extraída do *site* da CNN Brasil. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/pesquisa-da-fiocruz-relata-perfil-das-vitimas-da-covid-19-e-desigualdades-no-ini/>>.

bastante comum, que foi permeada pela sensação de exagero nos cuidados, seguidos de vergonha por estarem apenas cumprindo as medidas de proteção e isolamento recomendadas pela OMS.

Parte desses movimentos podem ser compreendidos a partir do que Winnicott (1962/2007) aponta sobre acontecimentos cujos sentidos não alcançam a consciência. Afirma ele que as situações da vida apenas adentram a experiência de *self* quando estes são atravessados por um processo de Integração do Eu, que nos traz a capacidade de atribuir sentidos ao que foi vivido. Isso quer dizer que o alojamento interno dos acontecimentos não tem a ver apenas com uma travessia puramente objetiva dos eventos, mas do atravessamento desses na própria realidade interna de cada indivíduo. Assim, mesmo havendo um princípio de vida satisfatório do ponto de vista de conquistas primárias e de constituição de uma organização psíquica saudável, não nos tornamos imunes a viver experiências posteriores de não integração, sobretudo quando estas ocupam a dimensão do traumático.

A fim de andar na contramão desse fenômeno social de silenciamento, cuja tirania do bem-estar exerce grande influência, apresentarei, a seguir, um memorial daquilo que nos ocorreu enquanto sociedade brasileira ao longo do primeiro ano da pandemia de Covid-19, com o intuito de nos fazer confrontar com esse estado grupal de adaptação excessiva e apagamento da experiência de *self*. Para tanto, tomarei de empréstimo uma linha do tempo apresentada por Eliane Brum ¹¹ — jornalista que elaborou um trabalho excepcional e incansável ao longo de todo o percurso pandêmico, referente às ações promovidas pelo Governo Federal ao longo desse período, evidenciando que o ideal norteador da gestão bolsonarista foi a Necropolítica (Achille Mbembe, 2003).

Nesse trabalho em específico, a autora toma como base uma pesquisa realizada pela Conecta Direitos Humanos — uma das organizações de justiça de maior credibilidade da América Latina — e pela equipe de professores e pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP), que foi coordenada por uma das juristas mais respeitadas do nosso país, Deyse Ventura. Essa equipe construiu um panorama do cenário pandêmico no Brasil, elencando, cronologicamente, todas as medidas da gestão federal frente ao vírus de Covid-19, inclusive a identificação de medidas que foram tomadas para impedir que os trabalhadores pudessem se proteger da contaminação em nome da economia. Diante daquilo que foi coletado, percebeu-

¹¹ Todos os dados e transcrições de falas diretas que serão apresentados neste capítulo podem ser encontrados na página da jornalista Eliane Brum. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/autor/eliane-brum/1//>>.

se a ocorrência de três eixos principais que nortearam as medidas de governabilidade bolsonarista nesse período de crise sanitária: os atos normativos da União, legitimando o poder de veto presidencial; os atos de obstrução às respostas dos governos estaduais e municipais à pandemia; e a propaganda contra a saúde pública, por meio da propagação de *fake news* em canais federais oficiais.

2.2.1 Uma retrospectiva do primeiro ano pandêmico no Brasil

No mês de março de 2020, havia um total de 19 casos de óbitos por Covid-19¹² e nenhum registro de caso acumulado até então, no Brasil. Como foi afirmado no Capítulo 1, desde o mês de janeiro do mesmo ano, a OMS já havia emitido alertas quanto à periculosidade do vírus, ao passo que, ao invés de o ex-presidente Bolsonaro tratar o cenário com a devida gravidade, seu discurso foi pautado na minimização da periculosidade do vírus, afirmando se tratar de uma “pequena crise” ou “fantasia” propagada pela mídia. Já nesse primeiro mês, como tentativa de encontrar um furo para os não indígenas acessarem territórios de povos indígenas isolados, utilizou-se de uma portaria da Fundação Nacional do Índio (Funai), para adentrar nessas regiões, com a desculpa de que o fariam em caráter excepcional, visando realizar atividades de suposto combate ao Covid-19 — reforçando, tratava-se de locais isolados, que não possuíam qualquer registro quanto à presença de vírus ou bactérias peculiares da vida externa a eles.

Um mês após o início oficial da pandemia, em abril, já havia um total de 20.818 mortos no Brasil e o registro de 699 casos acumulados. Nesse mês, mais precisamente no dia 28, o ex-presidente falou em entrevista aquilo que considero ter sido umas das suas piores colocações em todo o seu período enquanto governante. Diante do susto em massa em que vivíamos, ao ser questionado sobre qual seria a sua posição diante da quantidade absurda de mortes diárias, falou: “**E daí?** Lamento, quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre” (grifos meus).

Esse também se tratou do mês de demissão do então Ministro da Saúde, Luis Henrique Mandetta, médico que foi contra o uso da Cloroquina e a favor das atuações sanitárias baseadas nas recomendações dadas pela OMS. Após sua demissão, o ex-ministro afirmou categoricamente que a principal preocupação do então Presidente da República era que as

¹² Todos os dados e transcrições de falas diretas que serão apresentados nesta seção podem ser encontrados na página da jornalista Eliane Brum. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/autor/eliane-brum/1/>> e no artigo escrito por Ferreira (2022).

peças voltassem a sair de casa para trabalhar, e a via encontrada foi a comunicação falaciosa de que a Cloroquina curava o novo coronavírus. Mandetta afirmou que “O projeto dele para combater a pandemia é dizer que o governo tem o remédio e que quem tomar o remédio vai ficar bem. Só vai morrer quem ia morrer de qualquer jeito”. Ainda, o Congresso aprovou o auxílio emergencial de 600 reais, medida que, erroneamente, foi associada a Bolsonaro, o que provocou o aumento na sua popularidade por parte de um público que, em sua maioria, não era seu eleitor.

No mês de maio, havia um total de 155.939 pessoas mortas e 3.877 casos de contaminação acumulados. Mesmo com o escalonamento da catástrofe, Bolsonaro, a fim de priorizar apenas a economia do País, utilizou-se de decretos para ampliar o que seriam as atividades essenciais antes elencadas pelo Congresso como não essenciais, tais quais, área da construção civil, salões de beleza, barbearias, academias de ginástica e serviços industriais. Em paralelo, cortou o auxílio emergencial para categorias trabalhistas que antes haviam sido contempladas pelo parlamento e, portanto, tinham mais possibilidade de seguir com o isolamento social. Foram estes: pescadores, motoristas de táxi, de uber, de transporte escolar e de aplicativos de entregas, profissionais autônomos de educação física, ambulantes, feirantes, babás, manicures, cabeleireiros e profissionais contratados que estavam sem receber salários.

Nesse mesmo mês, vivemos outra experiência de insegurança na dimensão do cuidado, com o pedido de demissão do médico e então Ministro da Saúde, Nelson Teich, que afirmou que não estava disposto a manchar a sua história por causa da Cloroquina. Assim, o general da ativa Eduardo Pazuello foi nomeado para o Ministério e, em solenidade oficial, afirmou que, antes da nomeação, nem sabia o que era o SUS. Assim, começamos a presenciar uma verdadeira militarização do Ministério, que tornou obrigatória a prescrição da Cloroquina para todos os pacientes que estivessem com Covid-19, ao passo que o Conselho Nacional da Saúde fez uma denúncia, alegando que mais de oito bilhões de reais destinados ao combate à pandemia deixaram de ser repassados a estados e municípios, que, a essa altura, sofriam com a falta de insumos, respiradores e leitos.

No mês de junho, o número de casos acumulados subiu para 850.514, enquanto o de óbitos subiu para 42.720. Diante do agravo real da situação pandêmica, no que dizia respeito à transmissão viral, Bolsonaro começou um grande movimento intencional de fomentar a dúvida na população quanto à veracidade do vírus e ao que estava sendo veiculado pela imprensa. Disse em transmissão ao vivo pelo Facebook: “Arranja uma maneira de entrar e

filmar. Muita gente tá fazendo isso, mas mais gente tem que fazer para mostrar se os leitos estão ocupados, ou não, se os gastos são compatíveis, ou não”. Nessa convocação, conseguimos ver, na prática, o que seria a Necropolítica (Achille Mbembe, 2003). Ele incita e autoriza que as pessoas se exponham à contaminação num local de alta concentração viral, a fim de verem se “os gastos” estavam sendo compatíveis, evidenciando o pouco valor atribuído à vida do pobre, o grande valor ao dinheiro e ao ideal falacioso de que quem morresse é porque estaria destinado a isso.

Nesse mesmo mês, como reforço ao fomento de uma atmosfera de insegurança, ocorreu um apagão dos dados oficiais no *site* do Ministério da Saúde, tendo retornado apenas no dia seguinte, com omissão dos números atualizados. Com isso, o estado de confusão grupal aumentou, de modo que, de um lado, parte da sociedade passou a ficar ainda mais insegura com relação aos dados oficiais, ao passo que outra parte ficou insegura com os dados veiculados pela imprensa, que, por sua vez, denunciou a tentativa do Governo Federal de encobrir o número de mortos e contaminados pelo novo coronavírus. Como tentativa de sanar mais essa lacuna criada pelo Governo Federal, seis dos principais jornais e *sites* jornalísticos uniram-se, com o objetivo de formar um consórcio para divulgar os números da pandemia. Dentre eles estavam: *GI*, *O Globo*, *Extra*, *O Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo* e *UOL*.

No mês de julho, o número de contaminados atingiu o número exorbitante de 1.839.850 casos, apontando, de forma nítida, para o grave descontrole nos níveis de contaminação, e 71.469–óbitos. Mesmo com o cenário crítico, o ex-presidente vetou a obrigatoriedade do uso de máscaras em vários locais, como escolas, igrejas ou templos religiosos, estabelecimentos comerciais e industriais e em reuniões. Também cancelou a multa que seria cobrada dos estabelecimentos que não oferecessem álcool em gel, além de suspender a obrigatoriedade de os estabelecimentos fornecerem máscaras aos seus funcionários e exporem cartazes informativos acerca das medidas de proteção e higiene. Vetou também qualquer medida de proteção para as comunidades indígenas, bem como leitos hospitalares, UTI’s e respiradores. A distribuição de cestas básicas também foi negada aos povos originários.

Ainda, o exército pagou 167% a mais na compra da Cloroquina, medicamento cuja eficácia no combate à Covid-19 já havia sido amplamente negada pelos pesquisadores da área médica. Nesse cenário, o então Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes,

citou, pela primeira vez, a palavra *genocídio*, ao referir-se às medidas adotadas pelo Governo Federal na gestão da crise pandêmica. No dia 30 desse que foi um mês de grande tristeza para a nossa nação, Bolsonaro declarou: “Lamento as mortes. Muita gente morre todo dia, de uma série de causas. **É a vida**” (grifos meus).

No mês de agosto, o Brasil acumulava um total de 3.012.412 casos e atingiu a marca de 100.477 mortos. Bolsonaro vetou integralmente o projeto de lei que garantia que os trabalhadores da saúde que ficassem incapacitados por atuar no combate contra a Covid-19 recebessem uma compensação financeira paga pela União. Ainda, ignorou a proposta de compra das vacinas feita pela Pfizer, cujo primeiro lote seria entregue em dezembro do mesmo ano — vale lembrar que o primeiro país no mundo a vacinar foi a Inglaterra, e o início da campanha deu-se no dia 8 do referido mês. O Ministério da Saúde também rejeitou a doação oferecida pela LG International de, pelo menos, 20 mil *kits* de testes de PCR. Já nesse momento, durante as conhecidas conversas que costumava ter com seus apoiadores no jardim do Palácio da Alvorada, o mandatário deu início, de modo informal, à sua campanha antivacina, afirmando que ninguém poderia obrigar alguém a tomá-la.

Durante o mês de setembro, os casos de óbitos e de contaminação seguiram a crescente, tendo totalizado 131.210 mortos e 4.315.687 registros de pessoas contaminadas, sem contar as subnotificações. O general da ativa Pazuello foi efetivado como Ministro da Saúde, ao passo que ocorria a divulgação mentirosa de que a Ivermectina e a Cloroquina eram medicações eficazes contra a Covid-19, mesmo que os estudos científicos seguissem apontando o contrário. Foi diante desse cenário sombrio de mortes e contaminações que o ex-presidente afirmou que estava vencendo a pandemia, ajudando os governadores e prefeitos com o suprimento das necessidades na saúde, mesmo tendo, desde o princípio, em mais um gesto de desamparo, atribuído a eles a responsabilidade autônoma da gestão da gravíssima crise sanitária.

No mês de outubro, Bolsonaro cancelou mais uma compra de vacina, dessa vez 46 milhões de doses da Coronavac, alegando que o brasileiro não seria cobaia de nenhuma vacina chinesa, ao mesmo tempo em que seguia com a disseminação da notícia falsa de que a Cloroquina tinha eficácia 100% comprovada, se utilizada no início da contaminação. Nesse momento, em que o Brasil acumulava o número de 5.082.637 casos de contaminação e a triste marca de 150.198 mortes, o ex-presidente afirmou que a pandemia estava sendo superdimensionada e censurou o então governador de São Paulo, João Dória, que, naquela

altura, estava investindo na fabricação de vacinas. Alegou que se tratava de uma manobra política para se manter no cargo, já que o fim da pandemia ocorreria de modo natural, sem vacinas.

No mês de novembro, havia um total de 162.269 casos de óbitos e 5.653.561 pessoas contaminadas. Diante dos números catastróficos, Bolsonaro afirmou que o Brasil, que comprovadamente foi o segundo país que mais matou pessoas por Covid-19, como já afirmado, foi uma das nações que menos sofreu com a pandemia. O caráter dessa fala revela o propósito nítido de criar uma atmosfera de insegurança popular quanto aos números que vinham sendo apresentados. Com relação à vacina, ao suspender os testes da Coronavac, afirmou: “Morte, invalidez, anomalia. Esta é a vacina que o Dória queria obrigar todos os paulistanos a tomar. O presidente disse que a vacina jamais poderia ser obrigatória. Mais uma que Jair Bolsonaro ganha”.

No mês de dezembro, em entrevista ao programa de um dos seus filhos no YouTube, Bolsonaro afirmou que, apesar da “pequena ascensão”, estaríamos no fim da pandemia e que a pressa pela busca por vacina não se justificaria, uma vez que iriam “inocular algo” no nosso corpo que poderia responder negativamente. Pronunciou-se também oficialmente com relação à decisão de não se vacinar, criando um verdadeiro pânico em parte da população a partir de falácias referentes aos seus supostos efeitos colaterais. Diante do questionamento do STF ao Ministério da Saúde, após 10 meses de pandemia, sobre a existência de um Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação e, apesar de, em resposta, terem apresentado um plano, o governo, na realidade, não havia comprado nenhuma vacina, de modo que não teria como haver um cronograma confiável a ser apresentado. Diante da completa calamidade no que diz respeito à gestão federal, 11 ex-ministros da saúde de diferentes partidos se posicionaram em crítica ao então Ministério, apontando-o como condutor de uma política sanitária desastrosa e ineficiente. Além disso, os indígenas continuavam desassistidos e sem plano emergencial.

Foi no mês de janeiro de 2021 que vivemos, enquanto nação, a situação criminosa do colapso na saúde em Manaus, em que acompanhamos as notícias de que os pacientes hospitalizados estavam morrendo de asfixia, em virtude da falta de oxigênio nos hospitais. Esse, de fato, é um registro que jamais deveria ser esquecido, a fim de honrarmos a memória dessas pessoas que morreram de forma tão cruel e desumana. A resposta dada ao então ministro da saúde foi: “O que você vai fazer? Nada. Você e todo mundo vão **esperar chegar o oxigênio** para ser distribuído” (grifos meus).

Na ocasião, o Ministério das Relações Exteriores afirmou ter comprado da Índia dois milhões de doses da vacina AstraZeneca e, após uma propaganda massiva de divulgação por parte do Governo Federal, a operação foi cancelada pelo país vendedor. Ainda, segundo a agência da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (Fapesp), por meio dos vetos, Bolsonaro subtraiu 9,1 bilhões de reais em investimentos em ciência, tecnologia e inovação, justo no ano em que o País poderia ter desenvolvido vacinas e salvo incontáveis e preciosas vidas. No dia 05 de janeiro, ao sair do Palácio do Planalto, o ex-presidente afirmou: “O Brasil está quebrado, chefe. Eu não consigo fazer nada. Eu queria mexer na tabela do Imposto de Renda, tá, teve esse vírus potencializado pela mídia que nós temos, essa mídia sem caráter”.

Mesmo com todas as tentativas por parte do Governo Federal de impedir que os brasileiros tivessem o direito a se vacinar contra a Covid-19, no dia 17 de janeiro a enfermeira Mônica Calazans, 54 anos, foi a primeira brasileira a tomar a vacina contra o novo coronavírus, seguida da indígena Vanuzia Costa Santos, de 50 anos. Desde então, graças aos esforços das campanhas promovidas por estados e municípios em prol da vacinação, o nosso país tem avançado na luta contra a ignorância, de modo que 80,56% da população-alvo estão imunizados, tendo tomado pelo menos uma dose de reforço.¹³

Até o final do seu mandato, o ex-presidente Bolsonaro deu continuidade à campanha antivacina, por meio da construção e da propagação de *fake news*. Segundo uma pesquisa realizada no ano de 2021 pela Fiocruz, 24% da população entrevistada acreditava que a Covid-19 se tratava de uma estratégia política, e 15% dizia ser uma farsa. Ainda, havia aqueles que acreditavam que o vírus era real, mas que o manejo da pandemia se tratava de um engodo político para o mal, registro social que ficou evidente sobretudo quando as vacinas chegaram ao Brasil. Na mesma pesquisa, 25% dos entrevistados afirmaram que a vacina não seria segura e que teria o potencial de matar mais pessoas do que o próprio vírus ou, ainda, que se tratava de uma forma de implantação de um *chip* de controle da população.

No dia 05 de maio de 2023, a OMS decretou o fim da pandemia, após três anos de uma luta mundial contra o vírus da Covid-19, mas também contra as propagandas de fomento à ignorância, instrumento que favoreceria exclusivamente a economia. Nesse período pandêmico, somente no Brasil, cerca de 707 mil vidas foram ceifadas pelo vírus, mas, incontestavelmente, em virtude também da falta de seriedade na gestão do Governo Federal,

¹³ Dados extraídos do *site* do G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/saude/coronavirus/vacinas/noticia/2022/11/08/vacinacao-contra-a-covid-quase-49percent-da-populacao-tomou-a-dose-de-reforco.ghtml>>.

que não apenas não investiu em recursos em prol da ciência, como fomentou uma crescente no número de vítimas por meio de vetos, ações e propagações de práticas e notícias maléficas à sociedade, como pudemos testificar anteriormente.

A pesquisa que foi detalhada nesta seção deu origem a um boletim, criado pelo Centro de Pesquisas em Direito Sanitário da Faculdade de Saúde Pública da USP, juntamente com a Conecta Direitos Humanos, nomeado *Direitos na Pandemia - Mapeamento e Análise das Normas Jurídicas de Resposta à Covid-19 no Brasil*¹⁴. Nela, os autores já mencionados afirmaram: “Nossa pesquisa revelou a existência de uma estratégia institucional de propagação do vírus, promovida pelo Governo brasileiro sob a liderança da presidência da República”. Portanto, é inegável que vivemos enquanto nação três anos de um regime de gestão falha baseado na Necropolítica (Achille Mbembe, 2003), que ocasionou um verdadeiro genocídio, sobretudo das pessoas mais carentes do ponto de vista socioeconômico.

Muitos têm sido os efeitos produzidos em nós, enquanto indivíduos e sociedade, durante e depois da pandemia. Por essa razão, nos Capítulos 3 e 4, abordarei essa problemática, tomando como foco a dimensão psicossocial, certamente atravessada pelos fatores ambientais relatados anteriormente — o vírus propriamente dito e o modelo de gestão governamental da época pandêmica.

3 DESAMPARO, DEMOCRACIA, MAL-ESTAR E NEGACIONISMO: os pilares da experiência pandêmica no Brasil

“Quando o grito fica sem resposta, o desamparo torna-se desespero.”

(Zeferino, 1999, p. 342)

A partir da leitura de autores que se dedicaram a problematizar e escrever sobre a experiência pandêmica à luz da psicanálise, tais como Birman (2021), Bollas (2020) e Quinet (2020), estabeleci um delineamento de quatro eixos principais de análise, sendo estes: o mal-estar, a democracia, o desamparo e o negacionismo. Pretendo, neste Capítulo 3, apresentar a noção de desamparo, segundo a perspectiva de Winnicott, bem como a sua concepção acerca da democracia enquanto conquista do desenvolvimento maturacional. Em seguida, discorrerei

¹⁴ Disponível em: <https://cepedisa.fsp.usp.br/?page_id=16>.

sobre a obra *O mal-estar na civilização*, de Freud (1930/2021), em interlocução com a experiência da pandemia e, por fim, dissertarei sobre o negacionismo, tema tão caro para o período em que vivemos, a partir da construção de um diálogo entre as contribuições realizadas pelos teóricos supracitados. Pretendo, ao final desse debate, ter construído um caminho frutífero que me permitirá analisar, de modo consistente, a dinâmica do mal-estar em uma sociedade que atravessou uma condição real de desamparo destituída de um amparo simbólico por parte do Estado.

3.1 A importância do ambiente suficientemente bom e os efeitos das falhas ambientais segundo Winnicott

Winnicott (1962/2007) escolheu descrever o desenvolvimento emocional de nós, indivíduos, em termos de uma jornada da dependência à independência. Para iniciarmos a discussão, é necessário compreender que, para o autor, todos nós nascemos com uma tendência inata ao desenvolvimento saudável, potência que faz parte de uma instância da nossa personalidade que ele nomeia *ego*. Quanto a isso, discorre: “Pode-se usar a palavra *ego* para descrever a parte da personalidade que tende, sob condições favoráveis, a se integrar em uma unidade” (Winnicott, 1962, p. 55). Quando há uma falha ambiental — falta ou intrusão como padrão na oferta dos cuidados, que, por isso, se inserem na realidade subjetiva —, ocorre uma espécie de interrupção no processo maturacional decorrente do trauma. Nesse caso, há um congelamento, que, na ausência de uma reparação, não impede que o indivíduo prossiga crescendo biologicamente, no entanto, com um Eu imaturo, por ter sido ferido ou aniquilado. São nessas experiências que se aloja o desamparo, cujos sentidos, efeitos e representações variam de acordo com o estágio maturacional em que se encontra o indivíduo.

Todos os processos descritos pelo autor estão centrados na nossa realidade subjetiva¹⁵, cujo protótipo está situado nas experiências inaugurais da vida no que concerne à qualidade dos cuidados ofertados pelo ambiente. Dessa forma, assim como para que haja um amadurecimento psicossomático saudável seja necessário que o neném primeiro construa seu mundo subjetivamente, para que, depois, seja inserido no princípio da realidade, todas as demais situações da vida somente são reconhecidas por nós enquanto experiências saudáveis¹⁶, desde que antes as tenhamos criado dentro de nós (Winnicott, 1945/2000).

¹⁵ Algo que é da ordem do conhecimento por meio dos sentidos singulares sobre uma determinada realidade.

¹⁶ O que não é o mesmo que experiência boa, agradável. O que o autor refere como saudável é o viver integrado das realidades interna e externa, cujos sentidos puderam ser atribuídos subjetivamente. Uma boa ilustração é sua fala, bastante emblemática, em que afirma: “Oh, Deus! Possa eu estar vivo quando morrer”.

Quando a dinâmica não ocorre dessa forma, os acontecimentos ficam desaloadados, originando sintomas — na psiquê e na soma —, levando-nos a uma posição existencial do vivido, mas não pensado, em que a consciência se põe em atraso com o que nos ocorreu (Bollas, 1987/2015).

A partir dos atendimentos voltados a pacientes psicóticos, limítrofes e antissociais, Winnicott (1952/2000) relaciona a dimensão do trauma com a experiência do desamparo, atribuindo-o sentidos singulares e fluidos, em conformidade com a posição maturacional do analisando. Todavia, de modo geral, ele defende que há uma instalação do traumático quando ocorre uma oferta de cuidados falhos, por meio da falta ou do excesso, que adentram a experiência de integração no tempo e no espaço, mitigando a possibilidade do nascente gesto espontâneo do indivíduo. Quanto a isso, afirma que a ausência de um amparo suficientemente bom seria “[...] a natureza intolerável de experimentar alguma coisa que não se sabe quando terminará” (Winnicott, 1949/2000, p. 266).

Como ficou evidente no Capítulo 2, a pandemia da Covid-19 no Brasil adentrou dimensões do traumático, mesmo que, para alguns indivíduos, não tenha alcançado a consciência. Acredito que o novo coronavírus, enquanto objeto objetivamente percebido, lançou-nos em uma condição de de-privação, uma vez que o mundo que nos fora apresentado e que compartilhávamos até aquele momento entrou em suspensão, de modo irrestrito, para todos, e nos inseriu, forçosamente, em um outro mundo, desconhecido não apenas pelas práticas de socialização e de hábitos, mas também pelos moldes da formação e da manutenção dos laços sociais. Abordarei o conceito da de-privação nesta seção, mas é importante adiantar que, ao falarmos sobre esse fenômeno, nos referimos a uma posição anterior de amparo, que, de forma abrupta, é retirada por um intervalo de tempo grande o suficiente para que a falta se instale. Ao longo do período pandêmico, vivemos faltas profundas, cujos registros ainda hoje são difíceis de nomear e alojar, de modo que seus ecos continuam se perpetuando nas diversas experiências de ser no mundo — na dimensão individual e/ou compartilhada.

Para que seja possível compreender o que Winnicott (1963/2007) defende por desamparo e trauma, é necessário que, antes, o leitor conheça alguns aspectos centrais da Teoria do Amadurecimento¹⁷, motivo pelo qual escrevi um compilado, que consiste na apresentação dos estágios do desenvolvimento. Neste, discorri acerca das tarefas que são

¹⁷ A teoria winnicottiana do amadurecimento conceitua e descreve as diferentes tarefas, conquistas e dificuldades que são inerentes ao processo de amadurecer em cada um dos estágios da vida.

inerentes a cada etapa, para que, assim, pudesse introduzir os efeitos das falhas ambientais nos modos de organização psíquica. Espero que essa seja uma via de facilitação para aqueles que lerem o presente ensaio sob duas perspectivas, que são a de compreender melhor a noção winnicottiana de desamparo e a de tornar mais acessível as análises que serão apresentadas *a posteriori*, no Capítulo 4, uma vez que serão respaldadas, em grande medida, pela referida teoria e perspectiva de psiquê.

a) a Dependência Absoluta

O primeiro estágio do desenvolvimento humano é a Dependência Absoluta, e, tal qual o nome indica, nessa fase há uma dependência total do bebê com o ambiente, de modo que não pensamos nele como uma unidade, mas, sim, a partir da relação dual mãe-bebê. A principal tarefa a ser cumprida nesse momento é a Integração do Eu em um *Self* Unitário.

Como sugerido, o neném não se reconhece como um, de modo que o papel da mãe, nesse momento, é de lhe servir como ego auxiliar, a fim de proteger o próprio ego do bebê, pela via do cuidado suficientemente bom. Pela imaturidade psíquica, ele não é capaz de lidar com a realidade objetivamente percebida, sem que isso lhe seja traumático, ou seja, sem que interrompa a continuidade do vir-a-ser. Por isso, vivencia uma espécie de colagem com o seio materno, por meio da ilusão de onipotência, que consiste na ilusão de ter sido o criador desse seio que lhe supre a cada vez que o imagina quando sente emergir alguma necessidade, seja por estar com fome, seja por ter sono, seja simplesmente pela necessidade da presença, que, nesse momento, lhe ocupa a função de sustentação existencial.

Nos primeiros meses de vida, o neném está em uma condição de *split*¹⁸, espalhado, não integrado, e é somente com o apoio ambiental que consegue construir, criativamente, um mundo subjetivamente percebido, a partir da vivência da criatividade primária por meio da ilusão de onipotência. Essa consiste na apreensão, por parte do bebê, do seio enquanto objeto subjetivo, por ter sido supostamente criado por ele; isso, quando tudo vai bem, e os cuidados ofertados contemplam suas necessidades dentro dos intervalos de tempo e espaço que lhe permitem se manter nessa posição de vulnerabilidade. Como ainda não há uma distinção entre dentro e fora, ao criar o seio, cria-se a si mesmo. A mãe suficientemente boa é aquela capaz de suportar esse lugar de devoção, que é momentâneo; ao fazê-lo, é importante que o seja dotado de afeto e empatia, para que, assim, o pequeno ser consiga inaugurar a experiência de

¹⁸ Por *split* nos referimos à posição do eu imaturo, ainda não integrado dentro de um *Self* Unitário.

identificar-se com algo externo a ele, mesmo que, por ora, não tome conhecimento de que esse outro existe e de que o é para além dele. Winnicott (1965/2005) afirma que:

Essa pessoa não pode agir assim a não ser que seja movida por aquele tipo de amor que é apropriado a esse estágio, o amor que porta uma capacidade de identificação com o bebê e um sentimento de que a adaptação às suas necessidades é algo que vale a pena. Dizemos que a mãe demonstra devoção a seu bebê, temporária, mas verdadeiramente (p. 216).

Dando continuidade, a identificação primária ocorre quando o olhar materno é oferecido pela via da ética do cuidado e sua interpretação, que, a princípio, não teria relação com o conteúdo do discurso, mas com o cuidado em si. A esses elementos, Winnicott (1963/2007) nomeia *holding e handling*, sendo o primeiro uma referência à sustentação não apenas física, mas simbólica desse bebê, que é expressa pela oferta dos cuidados, que vão desde a alimentação, a troca de fraldas ou a escolha pela roupinha adequada à temperatura externa, mas também a entonação da voz, que vai se alterando a cada necessidade particular sinalizada pelo neném ou mesmo o olhar a ele ofertado. O autor afirma: “Sustentar acaba por incluir todo o trato físico com a criança, na medida em que é orientado no sentido de adaptar-se às necessidades dela” (p. 269). Já o *handling* teria relação com o manuseio do corpo propriamente dito, que, quando é realizado de forma boa o suficiente, comunica segurança para o “[...] ser imaturo que está continuamente a pique de sofrer uma ansiedade inimaginável” (Winnicott, 1962/2007, p. 56), justo por estar ainda em uma posição subjetiva de *split*.

Nessa fase do desenvolvimento, o neném experimenta duas posições existenciais inaugurais, e, assim como todas as demais nuances apontadas, é de extrema importância que estas sejam preservadas. Winnicott (1957/1977) diferencia esses dois estados entre excitados e de solidão essencial. A jornada do processo maturacional é bastante exaustiva para o bebê, por isso ele precisa ter a possibilidade de transitar livremente entre os momentos de inquietação, que são geralmente provocados por algum desconforto, tais quais fome, sono ou frio, e o estado de solidão essencial, que seria justamente o momento em que ele precisa descansar da tarefa de se integrar, para que não se sinta sobrecarregado.

Quanto a esses dois estados do bebê que se alternam, Dias (2017) afirma:

Enquanto os estados tranquilos são mais claramente a ocasião para as tarefas de integração, no tempo e no espaço, e de alojamento da psiquê no corpo, os estados excitados são mais diretamente relacionados com o início do contato com a realidade — ao mamar e agarrar objetos — além de serem o momento privilegiado para observar as raízes da agressividade (p. 151).

Winnicott foi um grande defensor de que a condição basal da natureza humana, desde os primórdios da vida, consiste em ser e continuar a ser (Dias, 2017). A continuidade do ser aloja-se justo nesse deslize espontâneo entre os estados excitados e de solidão essencial, que são bordeados pela ética do cuidado suficientemente bom. Assim, quando tudo corre bem, o neném vive a experiência de integração temporal e espacial, a partir da vivência que lhe foi permitida ter, de criação seguida de descanso, de poder ir ao encontro do seio e afastar-se dele, de trabalhar para integrar-se e voltar à não integração para descansar.

Esses estados são visitados por nós ao longo de toda a nossa jornada, e o modo pelo qual realizamos essa passagem do contato com o mundo externo à reclusão estaria diretamente relacionado com a forma com que vivemos essa experiência no início das nossas vidas, com o auxílio ambiental. Winnicott (1957/1977) afirma que a solidão essencial propriamente dita não poderá mais ser revivida, passado o estágio de Dependência Absoluta, mas que há algo dessa experiência que é preservada, que é a capacidade para nos voltarmos a nós mesmos sempre que precisamos ou desejamos.

O estágio de Dependência Absoluta tem uma grande influência quanto ao destino das organizações psíquicas, sobretudo no que diz respeito às psicoses. Apesar de se tratar de um momento inaugural da vida, e, portanto, basal para os estágios seguintes, todos esses cuidados costumam, no geral, ser ofertados, de modo bastante natural, por mães comuns, que, pela via da identificação com o seu bebê, conseguem reconhecer o que ele precisa de forma empática e afetuosa. Como Winnicott (1988) afirma: “[...] podemos continuar a deixar o cuidado das crianças por conta das mães, cuja capacidade não se baseia no conhecimento formal, mas provém de uma atitude sensível adquirida na medida em que a gravidez avança, e depois perdida à proporção que a criança se desenvolve e se afasta” (p. 3).

Podemos destacar três tarefas que são as principais que competem a esse estágio do processo maturacional (Winnicott, 1952/2000), sendo estas: a capacidade de fazer contato com a realidade, ou seja, de estabelecer relações com objetos sem que se sinta ameaçado; a integração a um *Self* Unitário —, incluem-se, concomitantemente, a integração temporal e a espacial; e a personalização, ou seja, a percepção de um corpo próprio que permite ao neném sentir que habita em seu corpo.

Longe de perfeito, os cuidados ofertados ao recém-nascido serão acompanhados de falhas, e estas, no geral, não trazem prejuízo para o desenvolvimento maturacional. Para

compreendermos melhor, Winnicott (1975) cita os três tempos das falhas ambientais e os seus efeitos na dimensão do traumático. O primeiro momento (x) refere-se a um intervalo de tempo em que a psiquê do neném é capaz de suportar as faltas, sem que haja prejuízo; no segundo tempo (x+y), a falta é sentida como traumática, mas, caso ocorra uma reparação ambiental, não traz grandes prejuízos à psiquê; e no terceiro tempo (x+y+z), o bebê experimenta a descontinuidade do ser, que produz como efeito uma experiência intrusiva de agonias impensáveis, levando-o a precisar organizar-se defensivamente contra as invasões externas a ele. O autor afirma:

[...] o sentimento de que a mãe existe dura x minutos. Se a mãe ficar distante mais do que x minutos, então a imago se esmaece e, juntamente com ela, cessa a capacidade do bebê de utilizar o símbolo de união. O bebê fica aflito, mas essa aflição é logo corrigida, pois a mãe retorna em x + y minutos. Em x + y minutos, o bebê não se alterou. Em x + y + z minutos, o bebê ficou traumatizado. Em x + y + z minutos, o retorno da mãe não corrige o estado alterado do bebê (Winnicott, 1975, p. 135)

As falhas ambientais, nesse momento, adentram a dimensão do que Winnicott (1967/1996) nomeia privação. Como estamos falando de um momento muito primitivo da vida, compreendemos que a oferta de cuidados insuficientes — pela falta ou pela intrusão — está privando o bebê daquilo que lhe é necessário e lançando-o ao desamparo. O autor afirma:

Perturbações ambientais que distorcem o desenvolvimento emocional de um bebê não produzem tendências anti-sociais; produzem distorções da personalidade que redundam em psicoses, que a levam de um hospital mental a outro, ou então sua vida vai seguindo com algumas distorções aqui e ali, no teste de realidade, e assim por diante, talvez do tipo de distorção que é socialmente aceito (p. 72).

Quando privado, o bebê precisa fazer uso de organizações defensivas que lhe impeçam de sucumbir e viver as agonias impensáveis. Para tanto, há uma interrupção dos gestos espontâneos e a inauguração muito precoce da sua função mental, o que acaba por acarretar na interrupção da continuidade do ser e, portanto, em uma vivência de aniquilamento do Eu. Após atender inúmeros casos de psicose, Winnicott (1962/2007) conseguiu descrever tais ansiedades em termos de sensações, que seriam: de desintegração, de cair para sempre, de não ter conexão alguma com o corpo e a carência constante por orientação. Ao se referir a essas ansiedades de ordem psicótica, Winnicott (1962/2007) considerou como possibilidade a presença de haver “elemento esquizoide oculto em uma personalidade não psicótica”. Com base nesta perspectiva, as organizações psíquicas não são necessariamente puras, podendo haver núcleos

psicóticos em personalidades neuróticas, que no geral mantêm-se latentes e se apresentam por meio de sintomas frente às situações traumáticas que remetam à experiência de privação originária.

Pensar sobre a privação como um efeito do amparo falho é um viés de análise extremamente caro para o trabalho que estou me propondo a construir. Pude perceber, em minha clínica, que alguns indivíduos que possuem uma organização psíquica mais fragilizada, ao se encontrarem com a pandemia e com o modo tantalizador com o qual ela foi gerida em nosso país, acessaram algo de familiar em suas realidades internas da ordem da privação. Estes precisaram fazer uso de organizações defensivas primárias que levaram eles a viver práticas negacionistas, mesmo que não o fossem em suas posições políticas. Penso que talvez esse pode ter sido um movimento comum, em que indivíduos cuja integração do Eu foi falha negavam a realidade como recurso defensivo para evitar o acesso às agonias impensáveis que estavam latentes, análise que pretendo desenvolver no Capítulo 4, que será dedicado às memórias clínicas.

Retomando a teoria, ao encerrar essa fase do desenvolvimento, espera-se que o neném tenha conseguido se ajuntar em um *Self* Unitário que lhe tornará apto a acessar a realidade externa sem que esta seja uma experiência intrusiva e, portanto, traumática. Agora, um pouco mais integrado e separado da unidade mãe-bebê, ele entra num estágio em que dependerá relativamente do ambiente para manter a sua sobrevivência subjetiva e mais livre das psicoses.

b) a Dependência Relativa

Nesse estágio, é esperado que ocorram os processos de desilusão de onipotência, bem como a inauguração das funções mentais, que trarão como efeito a capacidade de o bebê viver a identificação cruzada, experiência extremamente relevante no que diz respeito à viabilização da compreensão da noção de democracia proposta por Winnicott (1950/1996), que é um dos pilares da presente seção. Descrevi, anteriormente, a importância de o recém-nascido viver a experiência dessa ilusão de onipotência, período que transcorre ao longo dos seis primeiros meses. Passado esse período inicial, a linha do amadurecimento prossegue, no entanto, exigindo novas resoluções. Ainda na Dependência Absoluta, o bebê conquistou a capacidade de apropriar-se do seu corpo, integrando a psiquê e o soma, formando, assim, a unidade psicossoma. Já tendo conquistado, ainda que muito fragilmente, o *Self* Unitário, o neném

passa agora a reconhecer que a mãe existe e que ela se encontra fora do seu controle onipotente, o que, por consequência, leva-o a tomar conhecimento da sua condição de dependência.

Esse processo ocorre porque a mãe, que, até então, oferecia a sua devoção, para que, de fato, o bebê pudesse ter condições de trabalhar na construção do seu mundo subjetivo, movimenta-se, de forma natural e gradual, para uma desadaptação no que diz respeito à urgência da oferta dos cuidados com o seu bebê. Dias (2017) escreve que:

Se é saudável, a mãe emerge naturalmente do estado de preocupação materna primária, cansada já do estreitamento do seu mundo e da extrema exigência que a dependência absoluta do bebê requer. Isto coincide com a necessidade do bebê de dar prosseguimento ao amadurecimento; a desadaptação da mãe é imprescindível para o início do rompimento da unidade indiferenciada mãe-bebê, de modo a pôr em marcha o longo e vagaroso processo de separação que levará o pequeno indivíduo à integração em um eu unitário e separado, capaz de estabelecer relações com o não-eu ou o mundo externo (p. 201).

Quando tudo vai bem, passados os primeiros meses de vida o bebê conquista a capacidade de não se desintegrar frente às pequenas e gradativas doses de espera, sem se desmantelar internamente. Na verdade, o neném precisa ter essa vivência, porque é através desse “entre espaços” que ele vai acessando, delicadamente, a sua posição de ser um separado do outro. O que ocorre é que, quando solicita o suporte do ambiente e aguarda para que o socorro chegue, o pequeno serzinho entra em contato com algumas experiências subjetivas e objetivas de grande importância para o processo maturacional. Ele acessa as suas próprias necessidades enquanto tal, sobrevive a estas e, à medida que é atendido por meio da oferta do *holding* e do *handling* (Winnicott, 1963/2007), vai construindo e ampliando os seus recursos mentais acerca da sua psicossoma, sobretudo da relação dos sentidos entre o que sente e o que precisa. Concomitantemente, no intervalo temporal e espacial que envolve a espera, sobrevive também à ausência do outro, o que o faz construir, de forma gradual, a percepção de que existe um outro para além dele. Isso quer dizer que é apenas pela via da desadaptação ambiental que o neném consegue compreender que existe um mundo externo a ele e que este não desaparece quando não está pensando fantasiosamente sobre ele.

É nessa fase que as funções mentais de compreensão, associação e pensamentos são conquistadas pelo bebê. Com isso, há uma crescente familiaridade com as sensações do seu corpo e com os movimentos do ambiente, sendo que estes são recursos que lhe permitirão manter os símbolos de união já adquiridos na relação com o ambiente e que lhe auxiliam na função de seguir sendo, agora também diante da ausência materna. A esse processo,

Winnicott (1963/2007) nomeou desilusão de onipotência, porque, agora, o bebê começa a compreender que existe um eu e, portanto, existe também um outro — a mãe — por quem ele tanto nutre afeto, que é tão bom, mas que não é obra sua.

É importante ressaltar que, como protótipo, a resolução dessa experiência de desilusão de onipotência também faz referência à dimensão do que fica da capacidade de viver a ilusão de onipotência nos indivíduos saudáveis. Aquilo que se dilui com o amadurecimento é a ilusão de onipotência, mas a ilusão básica permanece (Dias, 2017), sendo esse inclusive o recurso principal para um viver criativo. Isto porque o sentimento de ter sido o criador de algo tão bom se mantém e é basal para a manutenção da esperança de que seguirá construindo algo que o livrará da concretude da realidade objetiva, a exemplo das experiências culturais e religiosas que experimentamos e mantemos em nossas vidas.

A capacidade não traumática de lidar com o objeto de modo objetivamente percebido tem como principal recurso a vivência dos fenômenos e objetos transicionais (Winnicott, 1963/2007) — que está intimamente relacionada com a ilusão básica que se mantém em nós, quando tudo vai bem. Estes atuam como uma espécie de materialização do símbolo de união que há entre o bebê e sua mãe, que ocupa uma espécie de posição “entre espaços” — nem puramente subjetivo, nem puramente objetivo. Para facilitar a compreensão por meio de exemplos práticos e corriqueiros, os fenômenos transicionais são os sons emitidos pelo bebezinho que remetem a um autoninado, e os objetos transicionais são os paninhos ou naninhas que o neném escolhe espontaneamente, com os quais estabelece uma relação de profundo apego. Ambas as experiências atuam como um suporte emocional para o bebê que remonta a sua posição de seguir sendo diante da ausência da mãe.

Em paralelo, como já dito, por se sentir menos ansioso e ameaçado quanto à sensação de aniquilamento, o bebê consegue ir desenvolvendo, de forma mais complexa, uma relação com o ambiente, no sentido de reconhecê-lo gradativamente como um todo. Assim, com o auxílio do funcionamento mental, começa a construir novas associações a partir dos sinais que são emitidos pelo ambiente em que está amparado. Um bom exemplo disso é quando uma mãe retoma as funções profissionais e, por isso, precisa sair diariamente, mas, num determinado momento do dia, sempre retorna. Com o tempo, o neném vai conseguindo associar seu retorno a um cheiro, a um som ou a um gesto, e, assim, gradualmente, irá subjetivar tais sinais como símbolos de união que lhe permitirão se sentir seguro quanto ao seu retorno. Outro exemplo peculiar desse estágio ocorre quando o bebê começa a perceber os

sons que vêm da cozinha, indicando que a comidinha está a caminho e, com o tempo, passa a reconhecê-los como sinais de que o amparo está a caminho. Isso quer dizer que, à medida que a nossa função mental é ativada, nós conseguimos aguardar pelo socorro sem nos desorganizarmos, quando há sinais de que o auxílio está a caminho.

É também nessa fase do desenvolvimento que o bebê que está inserido em um ambiente saudável cria a experiência do ciclo benigno (Winnicott, 1963/2007). Quando a mãe, que, até então, era seu objeto subjetivo, vai se desadaptando e atende-o com menos urgência, o neném sente ódio pelo objeto — o seio mal —, por lhe fazer viver a frustração da ilusão de onipotência, e, como efeito, imagina que é capaz de destruí-lo. No entanto, esse objeto, que é o seio, aparece novamente, coloca-se à disposição para atendê-lo e lhe proporciona uma grande satisfação física e psíquica. Assim, em um ambiente suficientemente bom, inicia-se um processo interno em que, quando frustrado, o neném vive a experiência de sentir ódio pelo seio mal, o que o leva a tentar machucá-lo, fazendo uso das suas forças instintuais de agressividade para destruí-lo, e, ao mesmo tempo, ama o seio bom, quando este aparece para supri-lo.

Quando tudo vai bem, a mãe sempre sobrevive, segue sendo ela mesma e não o retalia diante das expressões de agressividade, mesmo que venha a lhe ferir. Com a repetição desse ciclo, o ambiente favorável cria as condições para que o neném consiga se sentir seguro para unir, simbolicamente, o seio bom e o seio mal em uma só pessoa, a partir do uso da sua própria capacidade espontânea de amar e odiar uma mesma pessoa. Essa é uma conquista muito importante para o desenvolvimento da democracia inata — que é plenamente capaz de nascer em lares ordinariamente comuns (Winnicott, 1945/2000) —, porque é a partir própria experiência que o indivíduo consegue compreender que não é necessário abrir mão de si ou de uma parte importante de si mesmo — a agressividade — para conseguir amar o outro que é diferente, e ainda, que não temos a capacidade de amar apenas os que são supostamente iguais.

Nesse momento, o que está a ser testado é a sobrevivência desse objeto frente à sua destrutividade, e é a partir dessa experiência que algumas tarefas serão realizadas pelo bebê. Inicialmente, pela via dos processos mentais, ele vai compreendendo que o seu ódio não tem poder de destruir o outro, ao mesmo tempo em que se dá conta que consegue amar e odiar um mesmo objeto. Isso quer dizer que o ciclo benigno foi consolidado, e ele agora consegue manejar, de forma saudável, a sua condição de ambivalência.

Fazendo uso desse objeto, ele adentra o estágio do concernimento, que está, para Winnicott (1950/2000), no mesmo lugar de importância que o Édipo estaria para Freud, porque é nessa fase que está centrada a conquista da capacidade de manejar, de modo saudável, a relação entre o querer e o poder. Para o primeiro autor, essa realização tem a ver com um processo de internalização da capacidade de se preocupar com o outro, que se dá a partir da experiência reconhecida de que as suas ações têm impacto na vida desse outro. Ou seja, a partir dessa perspectiva, o superego atua em função de operadores internos e não externos, da lei da castração, como é para Freud.

Nesse momento do desenvolvimento, o bebê já consegue reconhecer, de forma ainda imatura, a personalidade da figura materna, o que consiste em uma habilidade extremamente cara ao processo maturacional, porque é por meio dessa conquista que ele pode desenvolver a capacidade de se preocupar. Winnicott (1950-55/2000) afirma:

A culpa refere-se ao dano que a criança imagina haver causado à pessoa amada nos momentos do relacionamento excitado. Na saúde, é possível à criança dar conta da culpa, e com a ajuda de uma mãe viva e atenta (que incorpora um fator temporal) torna-se capaz de descobrir um anseio pessoal por dar e construir e reparar. Assim, uma boa parte da agressividade transforma-se em funções sociais, e é dessa forma que se manifesta (p. 291).

Nesse recorte, Winnicott (1950/2000) cita, de modo introdutório, uma outra experiência que ocorre a partir do concernimento, que é a identificação cruzada. Devemos lembrar que, no estágio de Dependência Absoluta, por meio do *holding*, o bebê vive a identificação primária, que lhe auxilia no processo de vir-a-ser. Agora, já unificado dentro de um *Self*, ao receber os cuidados ambientais, sente gratidão por ser amparado por alguém que demonstra ter interesse e preocupação por ele. Assim, sente-se impelido a viver a mutualidade, de modo que inaugura o desejo de ofertar algo que seja seu, a fim de sentir que também está contribuindo para o bem daquele relacionamento.

É a partir dessas experiências que a internalização da moralidade começa a se desenvolver, sendo esse o principal regulador de todas as relações atuais e futuras. Para Winnicott (1963/2007), a noção de superego distancia-se daquela que foi proposta por Freud, por não concordar que esse regulador tratar-se-ia de uma lei externa, mas de um manejo interno advindo das tarefas conquistadas no concernimento, que são: a capacidade de se preocupar com o outro, da identificação cruzada; a busca por mutualidade, reparação e contribuição social; e a capacidade de lidar com sua ambivalência e, por consequência, com a do outro, que é diferente de si.

Essa é a base para a regulação social, segundo a perspectiva que Winnicott (1996) apresenta, de forma bastante evidente, em seu livro *Tudo começa em casa*. Para ele, o berço de uma sociedade democrática é o colo materno, sendo a democracia, antes de uma problemática política, uma conquista de dimensão psíquica.

Com relação às falhas ambientais, nesse momento, as chances para uma organização defensiva psicótica são quase nulas, uma vez que se subentende que já houve a preservação do *Self* Central do bebê e que este pôde viver, de modo suficientemente bom, as transições entre os estados excitado e tranquilo. As faltas são atravessadas enquanto complexo de deprivação¹⁹ (Winnicott, 1956/2000), que, segundo o autor, ocorre quando se perde algo que se tinha de modo familiar e seguro. Esse fenômeno manifesta-se, inicialmente, por meio de condutas antissociais, que, segundo suas palavras: “[...] não é um diagnóstico. Não se pode compará-la diretamente com outros tipos de diagnósticos, tais como neurose ou psicose. Pode ser encontrado tanto em indivíduos normais quanto em neuróticos ou psicóticos [...] a tendência anti-social é encontrada em todas as idades” (p. 408).

As condutas antissociais ocorrem em virtude de uma experiência traumática não elaborada, em que o indivíduo começa a apresentar como resposta, frente ao objeto perdido, um comportamento antissocial. Essa se trata de uma tendência que se caracteriza por impulsos inconscientes que colocam o ambiente na mira de ataques, como um pedido de esperança pela confiança perdida e pela desesperança instalada a partir da falha ambiental.

Para contemplar melhor a relação da tendência antissocial com o ambiente, é necessário compreender que o indivíduo de-privado carrega consigo a característica central de desesperança, condição esta que ainda não é permanente. Dessa forma, durante os momentos de esperança, a pessoa de-privada manifestará os comportamentos antissociais, convocando o ambiente, seja ele família, seja escola ou seja Estado, a reaver a estabilidade e a provisão ambientais que foram perdidas, sendo esse o motivo pelo qual Winnicott (1950/2000) afirma se tratar de um movimento humano que implicaria uma esperança. A delinquência seria a consolidação das condutas antissociais, quando estas se alojam no comportamento do indivíduo por um tempo demasiado longo, a ponto de ter lhe proporcionado muitos ganhos secundários. Nessas situações, o processo de análise já não seria o suficiente, fazendo-se necessário o cuidado por meio das instituições.

¹⁹ A nomenclatura *Complexo de de-privação* pode ser encontrada no livro *Da pediatria à psicanálise* (2000), de Winnicott, no capítulo XXV, p. 409.

c) a Independência Relativa

Por fim, chega-se a esse estágio que Winnicott (1963/2007) nomeou, propositalmente, Independência Relativa, já que foi um grande defensor das concepções de interdependência ambiental e dos encontros intersubjetivos enquanto sustentadores da condição de saúde psíquica e como condições peculiares da natureza humana. Nesse momento, estão inseridas algumas tarefas a serem atravessadas, dentre elas: o estágio edípico; o estágio de latência; a adolescência; e o início da idade adulta até a morte.

Winnicott (1963/2007) compreende que, uma vez que o processo maturacional tenha ocorrido de modo bom o suficiente, este tratar-se-ia do momento de ampliação gradativa das capacidades cada vez mais complexas de lidar com o mundo. Primeiro, na relação da tríade pai-mãe-filho, resolução que segue se alargando para as outras relações familiares e, em seguida, fora do ambiente doméstico, na escola e na sociedade.

Como destaque para essa fase do desenvolvimento, após o reconhecimento do triângulo familiar, a criança passa a viver a integração da lealdade, por meio da experimentação de uma suposta deslealdade. Por ser ainda inexperiente na dimensão dos afetos para além das relações em dupla, a criança deve poder transitar, livremente, entre o pai e a mãe, autorizando-se a fazer uma espécie de estágio de lealdade com o pai, que lhe permitirá experimentar um alargamento das suas reservas de intimidade, que, até então, estavam restritas à mãe.

No entanto, mais uma vez, sem que seja retaliada por isso, é importante que possa voltar a estabelecer o vínculo de lealdade com a mãe e ser autorizada pelo ambiente a transitar entre essas relações de forma livre e espontânea. Essa se trata de uma tarefa que lhe possibilitará viver a lealdade com os seus próprios afetos, sem sentir que está sendo devorada pela culpa por estar fantasiosamente aniquilando algum dos lados. Assim, conseguirá encontrar um lugar no mundo de lealdade consigo mesmo, em que, justo por ter criado antes a sua própria vivência, poderá ofertar a lealdade ao outro.

A capacidade de sustentar a lealdade consigo mesmo é a realização maturacional que nos possibilita a construção de uma vida autoral e que nos faça sentido. Isto porque, quando há uma sustentação da sua oposição na presença de uma outra pessoa que não lhe retalia, o

indivíduo vive, na verdade, uma experiência rica cujos desdobramentos apontam para uma capacidade saudável, mais elaborada e amadurecida, de lidar com a sua própria agressividade. Por conseguinte, livre para construir com autonomia o seu terceiro espaço diante da vida por meio do seu potencial criativo —, que seria uma espécie de entre espaços que se põe entre a realidade subjetivamente percebida e a realidade objetivamente percebida. Quanto mais integrada ao *Self* estiver essa conquista, maior a capacidade o indivíduo terá de ficar só, ainda que na presença de um outro, quando, por exemplo, precisar ou desejar sustentar a sua opinião em situações em que pensam diferente ou mesmo que reprovam sua forma de pensar e ser no mundo. Esse foi um tema bastante caro para esta escrita, que se propôs ensaio, uma vez que, durante todo o período pandêmico, vivenciamos uma grande exigência psicossomática no que diz respeito à sustentação de nossas opiniões, decisões e crenças diante de posições antagônicas. Com relação a essa problemática, discorrerei em interjogo com as memórias clínicas que serão compartilhadas no Capítulo 4.

É importante lembrar que, para Winnicott, “Tudo começa em casa” (1996), incluindo a grande máquina civilizatória que rege os laços e vínculos sociais. A partir de agora, discorrerei a respeito do mal-estar, primeiro por meio da análise freudiana, para, em seguida, construir uma análise ideativa e conceitual do que Winnicott pode ter compreendido acerca dos conflitos internos de modo transversal aos ideais democráticos enquanto recurso psíquico.

3.2 Winnicott: entre o estágio de concernimento e a democracia

O mal-estar não foi uma problemática abordada de forma direta na teoria de Winnicott.²⁰ No entanto, após vasto estudo de sua obra, não encontrei evidências de que o autor tenha reprovado a noção de que haveria um conflito inerente à sustentação dos vínculos, sejam intersubjetivos, sejam dos ideais civilizatórios, ou até mesmo de que esse conflito não teria relação com os instintos da agressividade e sexuais. Quanto a isso, o autor afirma:

Em outras palavras, a natureza humana, denominada coletivamente de estrutura social, não é um assunto simples, e nenhuma ajuda vem dos sociólogos quando eles negam o poder da cobiça e da agressão (*instinto sexual e instinto de agressividade*) que todo o indivíduo tem que enfrentar dentro do próprio *Self*, se quiser parecer civilizado (Winnicott, 1940, p. 166-167).

²⁰ Encontrei uma única citação direta em que Winnicott (1969/1996) usa a nomenclatura *mal-estar*, no livro *Tudo começa em casa*, no capítulo nomeado *A pílula e a lua*.

Dessa forma, entendo que não há nenhum conflito epistemológico na construção de um percurso que se propõe estabelecer uma comunicação entre a noção de democracia winnicottiana e o mal-estar freudiano. O que procuro defender é que essas análises conceituais são categorias transversais de estudo acerca da saúde da sociedade, no exato sentido da busca por compreender quais seriam os elementos que sustentam uma civilização de forma saudável.

Para Winnicott (1950/1996), a democracia diz respeito à sua busca por compreender a origem e manutenção da máquina civilizatória, tomando por defesa a ideia de que essa começa no colo materno, sendo, portanto, um remate do processo maturacional mais diretamente relacionado com o estágio do concernimento. Para abordar este assunto, trarei novamente alguns conceitos que foram já introduzidos no Capítulo 2, porém, com um enfoque maior na concepção de democracia inata.

Para o autor, a inauguração a vida psíquica dá-se, de forma muito primitiva, a partir da relação dual mãe-bebê, que é sentida enquanto unidade, até que haja a conquista dele mesmo enquanto *Self* Unitário. Assim, é nesses primeiros meses de vida, no estágio de Dependência Absoluta, que o neném vive, de forma bastante primitiva, suas primeiras experiências identitárias de ser algo, que, inicialmente, é o seio materno. Quando tudo vai bem, e a mãe consegue ofertar os cuidados suficientemente bons, ela vai aguardar que o bebê emita os gestos espontâneos de representação das suas necessidades, para que, assim, ofereça o cuidado adequado como resposta.

É nesse movimento que o bebê vive a experiência de ilusão de onipotência, acreditando que o seio que surge, a cada vez que é imaginado, foi por ele criado, experimentando, assim, uma espécie de fusão com o seio materno. Ou seja, nesse movimento inter-relacional da Dependência Absoluta, o seio é, para o neném, um objeto subjetivamente percebido, que lhe possibilita a experiência inaugural de ser algo, que, inicialmente, é essa parte materna que ele está apto a acessar. A esse fenômeno, nomeia-se identificação primária, que tem como ponto de partida fundamental o olhar materno para as necessidades do neném, expressas por seus gestos espontâneos.

Nesse momento, o cuidado físico, que se traduz por meio do *holding*, é a única expressão de amor que o bebê é capaz de reconhecer, de modo que a oferta do amparo físico nesse momento, na verdade, é também amparo emocional. Quanto a isso, o autor escreve:

Ela (a mãe) fala: Sou confiável — não por ser uma máquina, mas porque sei do que você está precisando; além disso, me preocupo, e quero providenciar as coisas que você deseja. Isto é o que eu chamo de amor neste estágio do desenvolvimento. Este tipo de comunicação é, porém, silencioso. O bebê não ouve ou registra a comunicação, mas apenas os efeitos da confiabilidade (Winnicott, 1999, p. 87).

Conforme sugeri anteriormente, o amor em forma de cuidado com o outro seria o eixo civilizatório basal para as demais experiências ao longo da vida. Junto a essa experiência, estaria a confiabilidade, elemento necessário para que haja sucesso ao longo do processo de integração do Eu. É apenas a partir da oferta contínua de atos de confiança que o bebê consegue depender absolutamente do ambiente para tornar-se, *a posteriori*, capaz de se inserir, de forma não traumática, no mundo externo. Ou seja, o ser humano só se torna capaz de perceber objetivamente o outro, o mundo e todos os eventos que o compõem, se, antes, ele pôde percebê-los de forma subjetiva, enquanto construções suas. Rates (2021) afirma: “Esta é a forma mais primitiva e simples de se relacionar com o objeto e é base para a capacidade de comunicação (não-verbal inicialmente) e mutualidade que constituem a experiência de identificação cruzada, e na capacidade de ter empatia com o outro”.

Passada a experiência de depender absolutamente do ambiente, sem que tenha se dado conta disso, o neném torna-se apto a reconhecer que o seio materno existe para além dele, a partir de uma certa dose de frustração que lhe é lançada frente aos seus gestos espontâneos. Os pedidos, que, antes, deveriam ser atendidos com certa urgência, agora podem e, em certa medida, precisam aguardar para serem sanados. Este é o estágio de Dependência Relativa, uma fase importante do desenvolvimento maturacional, em que se supõe que o bebê saudável viveu o processo de Integração do Eu, e, portanto, consegue tolerar, de modo não traumático, a existência de um mundo externo a ele.

Nessa fase, a identificação primária funciona como base para uma outra experiência, que é a identificação cruzada. Um bom exemplo disso é quando o neném, ao ser alimentado pelo seio — ou mamadeira —, coloca seu dedinho na boca da mãe ou faz carinho em suas costas. Winnicott (1950/2000) compreende que esse gesto sinaliza o impulso pelo desejo de viver a mutualidade por meio da contribuição com o outro, ofertando-lhe, espontaneamente, algo que seja seu. Ao fazer essa análise, o autor afirma que o impulso para a contribuição social faz parte da natureza humana, quando esse indivíduo teve um início de vida suficientemente bom.

Chegamos, então, ao cerne daquilo que proponho. Na experiência de identificação cruzada, o neném amplia sua visão com relação ao todo da mãe, que, agora, é percebida como objeto objetivo e não subjetivo, fruto exclusivo da sua ilusão onipotente. Assim, ele estreia o estágio do concernimento, que, em linhas gerais, fala sobre a conquista da capacidade de se preocupar com o outro. Isso quer dizer que, a partir desse momento, de forma gradativa, ele vai começando a reconhecer que os seus gestos têm impacto sobre o outro, sejam estes positivos, sejam negativos. A intensidade desse reconhecimento é concomitante à ampliação da concepção da parte com o todo materno, ou seja, à medida que ele reconhece mais um pedacinho existencial materno ele vai conquistando uma capacidade maior de concernimento, até que, do ponto de vista maturacional, torne-se apto para concebê-la como uma pessoa inteira e, assim, sentir-se também como alguém inteiro, detentor de um *Self* Unitário.

No entanto, esse se trata de um processo complexo, amplo e constituído por várias nuances paralelas. O reconhecimento de que a mãe é um ser que existe fora da sua área de onipotência fomenta no bebê a experiência da frustração, que o move a odiar o seio à medida que o imagina e este não aparece, mas segue amando o seio bom, quando ele surge para lhe saciar física e emocionalmente. Com o tempo e com o avançar do processo maturacional, ele vai conquistando a capacidade de perceber que o seio que odeia é o mesmo que ama, o seio que lhe falta é o mesmo que lhe supre. É a partir dessa experiência contínua, estável e previsível, que o bebê conquista a capacidade refinada de lidar com a sua própria condição de ambivalência e, por conseguinte, com o manejo bom o suficiente da sua capacidade de amar e odiar o outro.

É também conquistando, criativa e espontaneamente, todos esses processos internos que o bebê se torna apto para lidar com a alteridade e com a capacidade do outro de amar e odiar, sem que precise se instalar um cenário bélico de rupturas ou de violência nas relações intersubjetivas. Naffah Neto (2021) afirma que:

A capacidade de identificação cruzada constitui, entretanto, a etapa mais importante do processo de amadurecimento pessoal, pois é ela que permite, a cada um de nós, a possibilidade de se transformar num cidadão do mundo, para além das distinções de raça, nacionalidade, gênero, religião.

No início desta seção, trouxe à luz a afirmação realizada por Winnicott (1950/1996) de que a democracia se inicia no colo da mãe. É na inauguração da vida psíquica que o indivíduo começa a adquirir capacidades importantes, como: a identificação do outro enquanto alguém

que existe fora do seu espaço onipotente, ou seja, que esse tem bordas e conteúdos próprios; a capacidade de concernimento; o manejo razoável da sua capacidade de amar e odiar; a tolerância voltada para a capacidade do outro de amar e odiar; a tolerância pelas diferenças; e a escolha por ofertar as suas contribuições pessoais visando ao bem que, inicialmente, é restrito à mãe e, com o amadurecimento, segue ampliando-se para pai, irmãos, familiares, escola e, por fim, sociedade.

Naffah Neto (2021) afirma que: “Nesse sentido, a identificação cruzada é condição de um sistema democrático, já que a democracia pressupõe o convívio e o respeito entre diferentes e a capacidade de elaborar os conflitos que surgem dessa relação”. Assim como em toda a sua teoria, Winnicott (1963/2007) afirma que a moralidade não se trata de uma imposição, diferentemente da concepção freudiana de Supereu, mas de uma aquisição construída, de forma espontânea e criativa, a partir da experiência suficientemente boa de cuidados iniciais da vida. O autor escolheu debruçar-se na construção de uma abordagem que nos tornou aptos a estudar, de modo concomitante, os fatores pessoais e ambientais e afirma que: “Cada ser humano precisa começar esta jornada (da dependência à interdependência), e muitos chegam a algum lugar não muito longe de seu destino, e chegam a uma independência com um sentido social intrínseco” (Winnicott, 1963/2007, p. 80).

Compreendo que o que ele chama de “sentido social intrínseco” caminha em conjunto com o mal-estar freudiano, pois aponta para a busca por um viver democrático. Ainda, Winnicott (1969/1996) afirma que a jornada de Integração do Eu não é uma conquista que deve ser concebida de modo generalista e garantido, mas que, à medida que vivemos as experiências da vida cidadina, o processo para viver a verdadeira experiência de *Self* frente aos acontecimentos volta a acontecer. O autor também afirma:

Quando estudamos bebês e crianças em desenvolvimento, e os seres humanos se desenvolvendo em todos os grupos em todo o mundo, descobrimos que a integração em uma unidade não significa que o indivíduo alcançou a paz. O indivíduo adquire um *Self* que pode conter conflitos de toda a espécie, referentes aos instintos e às necessidades refinadas do espírito, e também os conflitos relacionados com o meio. O diagrama do ser humano mais saudável que se possa conceber pode ser visto como uma esfera, ou mais simplesmente como um círculo — e de imediato será necessário colocar uma linha passando pelo centro. O indivíduo que atingir esse grau de saúde é capaz de conter todos os conflitos que surgem de dentro e de fora e, embora sempre possa haver guerra ou uma guerra potencial ao longo da linha central, de ambos os lados da linha organizam-se (pelas forças integrativas inerentes ao desenvolvimento humano) agrupamentos de elementos benignos e persecutórios (p. 176).

Winnicott (1950/1996) descreve, portanto, segundo a sua teoria, como se dão os processos internos no que diz respeito ao manejo dos afetos e da moralidade. Conceber a perspectiva de um Supereu como resultado da vivência satisfatória do ciclo benigno e, por conseguinte, da conquista da capacidade de concernimento, não é o mesmo que afirmar que há uma ausência de conflitos internos. A grande questão é que esses conflitos são vividos por meio da possibilidade de o indivíduo acessar os elementos benignos, assim como os persecutórios, mantendo-os dentro do espaço interno durante o processo de elaboração, para que, ao ser integrado, encontre algum destino dentro ou fora de si. Durante a pandemia de Covid-19, algumas pessoas mais imaturas não conseguiram tolerar o encontro com o novo coronavírus, pois este atuou como representante simbólico dos elementos persecutórios que já preexistiam dentro deles, que são os conteúdos infamiliars que não puderam alcançar a consciência. Dessa forma, do mesmo modo que evitam olhar para o estranho que os habita internamente como efeito de um Eu mais frágil, evitaram olhar, através do recurso da negação, para o vírus enquanto elemento real que passou a coabitar entre nós. Assim, compreendo que pessoas não negacionistas podem ter cometido atitudes negacionistas, muito embora tenham uma inclinação para a democracia, assunto que abordarei no Capítulo 4.

Retomando a questão da moralidade, como vimos, esta é internalizada a partir da experiência do próprio indivíduo na relação com o outro. Segundo a perspectiva de Winnicott (1950/1996), essa é uma capacidade conquistada e, portanto, que não pode ser ensinada, porque não diz respeito a uma função mental, mas à vivência dos afetos, sendo o primeiro deles a expressão do amor pela via do cuidado, da oferta daquilo que o outro necessita. A quebra dessa oferta destitui o outro da posição de poder adquirir essas outras conquistas maturacionais advindas dessa primeira forma humana de se sentir seguro para, simplesmente, ser de forma autêntica. Os eixos democráticos seguintes a essa experiência primária seriam: a capacidade de identificar-se com o outro; a capacidade de reconhecer e lidar com a sua própria ambivalência; a capacidade de reconhecer e lidar com a alteridade; o concernimento, ou seja, a moralidade; e, por fim, o desejo genuíno de contribuir socialmente, ofertando algo que lhe pertence.

Após compreendermos a noção de democracia winnicottiana, concebendo que a última atividade maturacional desse ciclo é o desejo autêntico pela contribuição social, ofertando algo que lhe pertence, discorrerei sobre o mal-estar em Freud (1930/2021), que consiste na renúncia pulsional em prol da manutenção dos laços sociais. É interessante perceber um

ponto de encontro entre os dois conceitos, no que diz respeito ao manejo da relação entre o querer e o poder atravessarem a experiência democrática de ser no mundo e o manejo da sustentação do mal-estar. Ambos são conceitos basais para a compreensão dos fenômenos psicossociais que vivemos, cujos efeitos continuam produzindo ecos nas nossas formas de viver a cultura.

3.3 Freud e O mal-estar na civilização

O mal-estar na civilização é uma obra freudiana riquíssima, em que o autor nos emprestou sua genialidade para tratar de questões sociais a partir de uma leitura inter-relacional do psíquico com os acontecimentos históricos e sociais. Nela, encontramos uma sustentação para analisarmos problemáticas de amplas dimensões, como foi o caso da pandemia de Covid-19, que se tratou de um acontecimento total, ou seja, que adentrou todas as dimensões humanas e sociais. Ao construir essa obra, o autor nos autorizou não apenas a aplicarmos diretamente, nos dias atuais, aquilo que foi dito por ele há quase cem anos, mas, sobretudo, nos convoca a alargarmos as análises já estabelecidas, à medida que se dá o avanço dos acontecimentos, justo por ter reconhecido, em algum grau, que o mal-estar é atravessado por fatores históricos que compõem a subjetividade de uma sociedade.

Inicialmente, apontou quais seriam as três fontes centrais do sofrimento humano, sendo elas: a prepotência da natureza; a fragilidade do corpo humano; e a insuficiência das normas que regulam os vínculos humanos na família, no Estado e nas sociedades. Quanto às duas primeiras, ele nos atribui a tarefa de aceitar que se trata de problemáticas que nos acompanharão ao longo das nossas vidas e, ocasionalmente, nos convocarão ao sofrimento, afirmando que: “Nunca dominaremos completamente a natureza, e o nosso organismo, ele mesmo parte dessa natureza, será sempre uma construção transitória, limitada em adequação e desempenho” (FREUD, 1930/2021, p. 43). No entanto, essa realidade factual, que é a impossibilidade de nos blindarmos do sofrimento circunstancial, nos atravessa de modo a fomentar uma plena atividade psíquica, por nos lançar em busca do encontro ou do desencontro do nosso próprio desejo quanto ao que fazer para, ao menos, tentar mitigar o sofrimento.

A última fonte por ele apontada terá uma ocupação central e, portanto, bastante cara para a discussão que será levantada *a posteriori*. Essa diz respeito à dimensão social da civilização, que consiste em uma espécie de desvelamento da natureza indomável que há

dentro de nós, quando nos confrontamos com as instituições e com os acordos sociais que são criados por nós e, mesmo assim, são insuficientes para nos propiciarem felicidade. Mais do que isso, carregam em suas inclinações grande potencial de causar-nos mal-estar e sofrimento, revelando a natureza não acessada, infamiliar (Freud, 1919/2019), que há dentro de nós e que nos causa profundo desconforto quando a encontramos em um lugar externo a nós, tal qual um vírus mortal, incurável e, portanto, indomável.

Nos anos pandêmicos, deparamo-nos com modificações dos ideais civilizatórios, que, em virtude das circunstâncias, exigiram-nos uma privação maior de experiências de bem-estar que amortizavam o peso das nossas repressões instintuais, ou seja, precisamos assumir um alto grau de renúncia, a fim de mitigar o sofrimento da contaminação e da morte. Essa análise nos permite, por meio de uma torção, compreender melhor o contraponto do homem que sucumbiu, parcialmente, aos ideais civilizatórios. Nos gestos vindos desse grupo de pessoas que não conseguiram manter os acordos civilizatórios pandêmicos, foi possível reconhecer que havia um nítido exagero na experiência da felicidade, que, àquela altura, sobretudo no período pré-vacina, parecia ser descontextualizada, uma vez que uma quantidade abissal de pessoas morria, diariamente, em virtude de complicações causadas pelo Covid-19. Não seria absurda a sugestão de que o fatídico oito de janeiro de 2023, dia em que houve uma invasão criminosa na Praça dos Três Poderes²¹, foi a culminância de uma frouxidão dos acordos civilizatórios que ocupavam justamente o lugar de frear o indomável que existe em nós. Lá, acompanhamos uma espécie de experiência grupal em que houve uma evidente concentração de instintos agressivos e sexuais, vivenciados entre euforia, satisfação desregulada, caos e destruição.

Acredito que a maioria de nós reconhece que, eventualmente, cumprir regras e manter acordos sociais podem ser escolhas bastante exaustivas, em maior ou menor intensidade, a depender do contexto histórico e social que estamos vivendo. Freud (1930/2021) afirma que a inauguração do reconhecimento em massa de que parte da nossa experiência do sofrimento estaria atrelada à vida civilizada se deu a partir de alguns eventos históricos, dentre os quais a disseminação do cristianismo e a incapacidade de o homem neurótico suportar as medidas de privação impostas em prol dos ideais culturais. Esses são pontos que nos possibilitam uma análise rica sobre a experiência pandêmica no Brasil, momento da história em que a privação

²¹ Evento criminoso realizado por um grande grupo de representantes da extrema direita do País, que causou a destruição dos palácios do Planalto, do Congresso nacional e do Supremo Tribunal Federal. Na ocasião, os três prédios foram completamente depredados e segundo o jornal do G1, 736 criminosos que participavam da ação foram presos. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/10/terrorismo-brasilia-presos.ghtml>>.

se acentuou, ao mesmo tempo em que houve uma crescente propagação do suposto ideal cristão cuja máxima seria “só morre quem Deus quer”²², acolhido por muitas pessoas. Essa, me parece, foi uma equação que se supôs possível — não fosse a concretude do poder avassalador de destruição que o Covid-19 tinha no corpo humano — adotada por aqueles que sucumbiram parcialmente à manutenção do lugar de homem civilizado. Quanto ao homem neurótico e à civilização, o autor afirma: “Descobriu-se que o homem se torna neurótico porque não consegue suportar a medida de privação que a sociedade lhe impõe, em prol dos seus ideais culturais, e concluiu-se que, se estas exigências fossem abolidas ou bem atenuadas, isto significaria um retorno a possibilidades de felicidade (Freud, 1930/2021, p. 45).

O que o autor parece querer afirmar é que, a partir das repressões instintuais, em resposta às exigências civilizatórias que nós mesmos criamos, a fim de nos domar, construímos um ideal em que a felicidade consistiria na ausência dessas regras e na plena satisfação das nossas pulsões. No entanto, distante desse ideal, o real diz respeito ao fato de que a felicidade jamais consistiria na plena satisfação pulsional no ser humano cuja constituição psíquica se deu em um contexto de civilização, porque tais exigências já fazem parte de quem somos, tal qual descrito por ele: “Alguns desses instintos são absorvidos de maneira tal, que em seu lugar aparece o que no indivíduo descrevemos como traço de caráter” (1930/2021, p. 59).

Outro fator a ser considerado na relação do humano com a civilização foram os avanços no que diz respeito ao controle das forças naturais, conquista que, segundo Freud (1930/2021), nos tornou sujeitos mais seguros de nós mesmos e com um viés de arrogância, no sentido de desconsiderar a fragilidade do corpo humano e a força da natureza. Afirma ainda que mesmo essas conquistas, antes impensáveis, não foram capazes de tornar o ser humano mais feliz, o que não quer dizer que não gozamos do usufruto de tais conquistas e que não sintamos alívio e alegria por ter, cada vez mais, domínio frente ao que antes era indomável. No entanto, destaca que essa posição subjetiva se trata de uma espécie de prazer barato, porque tais avanços produzem efeitos na humanidade em termos de resposta da natureza ou das exigências nas próprias relações, o que acabará exigindo, em algum momento, ainda mais exigências pulsionais e regulação da agressividade. O vírus de Covid-19 certamente é um exemplo prático dessa leitura proposta pelo autor, uma vez que, a partir da

²² Como foi citado no Capítulo 2, tratou-se de uma das principais estratégias utilizadas pelo ex-presidente Bolsonaro ao longo da sua gestão.

sua existência potente e feroz, nos comunicou sobre os efeitos da globalização, que, por um lado, nos alegra e beneficia em tantos aspectos da vida e, por outro, foi crucial para que se alastrasse de forma tão rápida e agressiva, em tão pouco tempo, por todos os países de uma só vez.

Diante dessa ambivalência de efeitos produzidos a partir da civilização, Freud (1930/2021) destaca dois principais objetivos da sua origem e sustentação, que são: a proteção do homem contra a natureza; e a regulamentação dos vínculos dos homens entre si. Desde os avanços mais primitivos, tais quais a descoberta e o domínio do fogo, a eletricidade, os meios de transporte, a construção de moradias seguras e confortáveis, o que o homem vem conquistando por meio da ciência e das técnicas desenvolvidas a partir dela são os elementos civilizatórios. Tais aquisições fomentaram em nós um ideal de onipotência e onisciência que serviu de base para as produções de representações subjetivas em cada cultura e que considero ter sido atravessado por uma grande fragilização a partir do surgimento do novo coronavírus.

Freud (1930/2021) segue afirmando que as experiências de sofrimento e felicidade são de caráter subjetivo, e, portanto, passíveis de atravessamento temporal e histórico. Assim, compreendo que o sofrimento inerente à sustentação do mal-estar na civilização sofre transformações em seus contornos, formatos e expressões, à medida que vivemos diferentes atos inaugurais enquanto sociedade. Foi também fazendo uso desse apontamento que me propus, neste ensaio, a pensar o modo como a sociedade brasileira atual vem sentindo e vivendo o mal-estar a partir do período da pandemia do novo coronavírus.

Gostaria ainda de destacar dois aspectos que o autor aponta como reivindicações originadas a partir da civilização, que são a limpeza e a ordem. Após algumas conquistas basais e inaugurais que fomentaram uma transformação histórica, cultural, e, portanto, subjetiva, é como se o ser humano tivesse encontrado espaço interno não apenas para a busca da sobrevivência, mas por um viver que diz respeito a fazer uso das conquistas e aproveitá-las. Com isso, a atenção e a valorização de questões que outrora seriam reconhecidas como inúteis passaram a agregar a vida cotidiana, como a busca pela beleza em nós e no nosso entorno. Associado a isso, ainda no processo de refinamento civilizatório, foi se integrando à vida citadina uma busca exigente pela limpeza, de modo que alguns padrões que remetiam à falta de higiene e que anteriormente eram normalizados passaram a ser vistos com intolerância e reprovação. Esses resgates históricos nos levam a perceber que esses padrões também fazem parte dos processos civilizatórios e, como tal, estão suscetíveis a

transformações conforme a matriz civilizatória se altera, assim como aconteceu a partir da experiência pandêmica, o que me comunica sobre mais um indicativo que me fez pensar que, de fato, estamos vivendo uma transformação nas formas de viver o mal-estar.

Ainda na mesma obra, Freud dialoga sobre a posição da ordem no nosso funcionamento psíquico e relacional, afirmando que esta “[...] é uma espécie de compulsão de repetição que, uma vez estabelecida, resolve quando, onde e como algo deve ser feito, de modo a evitar oscilações e hesitações em cada caso idêntico” (p. 54). Com isso, gostaria de analisar esse dispositivo da ordem de modo transversal com o vírus de Covid-19 propriamente dito, associado à má gestão por parte do Governo Federal, propondo que a junção desses fenômenos nos fez viver, enquanto sociedade, uma verdadeira experiência de desordem externa quanto à forma adequada para se autopreservar. Como vimos no Capítulo 3, foram várias as medidas tomadas pelo então presidente que apontaram para uma desregulação e até mesmo uma cisão com a realidade de morte e caos que estava diante de nós. Dessa forma, além de toda a complexidade que é inerente a uma situação de pandemia, tivemos que utilizar excessivamente o nosso recurso mental para tomar decisões simples, que antes adentravam a dimensão da ordem, tal qual apontado por Freud (1930/2021). Decisões por utilizar, ou não, a máscara; em quais situações seriam consideradas seguras para retirá-la; se poderíamos, ou não, encontrar pessoas; e com qual a quantidade de pessoas seria possível num grau que nos oferecesse minimamente segurança, estes foram alguns dos dilemas que acompanhei como analista ao longo do trajeto pandêmico, que resultaram em um cansaço mental coletivo o qual vem sendo apresentado pela via discursiva na clínica como “preguiça social” para sair de casa e conviver em grupo, nesse período pós-pandemia.

Com relação ao papel da civilização na regulação das nossas relações e nos ajustes de papéis, Freud discorreu sobre a relação de poder entre indivíduo e comunidade, sendo esta última a entidade que deveria representar maior força e, portanto, de regulação e contenção de bordas para os instintos e desejos individuais. Quanto a isso, afirma ele: “Tal substituição do poder do indivíduo pela comunidade é o passo cultural decisivo [...] a exigência cultural seguinte é a da justiça, isto é, a garantia de que a ordem legal que uma vez se colocou não será violada em prol do indivíduo” (p. 57). Aqui, Freud (1930/2021) nos chama atenção para o fato de que os anseios individuais não devem se sobrepor, geralmente, ao bem coletivo, necessidade que foi desvirtuada e descontinuada, em ampla escala, por parte da população durante a pandemia. Agravado pela ausência de uma regulação na transmissão da ordem

quanto aos modos de proceder, foi bastante comum acompanhar, dentro e fora do consultório, os interesses individuais se sobreporem ao bem coletivo, como o não uso das máscaras ou até mesmo a ausência do isolamento, mesmo por parte de pessoas que estavam contaminadas.

Para finalizar a seção, trarei esse recorte freudiano, que, se nos permitirmos acessar verdadeiramente e vencermos o preciosismo, muito poderá contribuir no que diz respeito à autorização epistemológica para avançarmos nas pesquisas e nas análises dos processos subjetivos e sociais à luz da psicanálise, em prol da geração atual e das que virão depois. Cabe a nós, geração de profissionais que atravessou a pandemia de Covid-19, nos debruçar sobre o que nos aconteceu e alargar os conceitos que aqueles que viveram antes de nós deixaram como legado. Freud (1930/2021) afirma:

Parece fora de dúvida que não nos sentimos bem em nossa atual civilização, mas é difícil julgar se, e em que medida, os homens de épocas anteriores sentiram-se mais felizes, e que papel desempenharam nisto suas condições culturais. Por mais que nos arrepiemos ante determinadas situações — a do antigo escravo nas galés, do camponês na guerra dos Trinta Anos, da vítima da Sagrada Inquisição, do judeu à espera do pogrom —, é para nós impossível nos sentirmos na pele dessa gente, intuir as mudanças que o torpor original, o gradual entorpecimento, a cessação de expectativas, as maneiras mais finas e mais grosseiras de narcotização provocaram na suscetibilidade para sensações de prazer e desprazer (p. 48).

3.4 Freud e Winnicott: sobre o desamparo e o negacionismo

O termo negacionismo foi utilizado pela primeira vez pelo historiador Henry Rousso, no ano de 1990, para fazer referência àquelas pessoas que negavam a veracidade do holocausto — como sabemos, ainda hoje há quem propague o discurso de que o genocídio cometido contra o povo judeu, na Segunda Guerra Mundial, se tratou de uma grande farsa (Ferreira, 2022). Os historiadores Orestes e Conway, no ano de 2011, definiram que os negacionistas seriam pessoas que ocupam o lugar de “mercadores de dúvidas”, que contrariam a fidelidade científica em função de interesses políticos e econômicos, por meio da propagação de falsas ideologias e distorções de eventos e/ou acontecimentos históricos.

Para introduzir uma leitura sobre esse problema de ordem psicossocial, gostaria de, inicialmente, lembrar que Freud não separou por território teórico aquilo que faria referência à psicologia coletiva e à psicologia individual, justo por reconhecer que o humano jamais poderá prescindir do outro e dos laços sociais construídos nos espaços relacionais, mas também daquilo que fica do outro nos nossos espaços internos e que acabam por atuar como elementos simbólicos que servem de influência na forma como a nossa psicossoma se

organiza. Alguns anos depois, Winnicott reforçou e se aprofundou em tais conceitos introduzidos por Freud, ao cunhar uma teoria totalmente fundamentada na concepção de uma psicossoma que é constituída a partir do encontro intersubjetivo com o outro e com o ambiente. E é com base nessa perspectiva afirmada e reforçada por esses dois autores que me proponho a construir algumas ideias acerca da inter-relação entre o negacionismo, a condição real do desamparo pandêmico e a experiência coletiva de desamparo, que vem sendo construída de forma muito singular por cada um de nós, desde o mês de março de 2020 até, quem sabe, os dias atuais.

Na perspectiva freudiana, o desamparo originário tem a ver com o nascimento dos bebês e a condição paradoxal de solidão absoluta concomitante a uma dependência também absoluta que os mesmos se encontram. A angústia originária, para Freud (1926/2014), instala-se nessa condição real de não poder prescindir do outro, junto à ausência da certeza de que este outro não lhe faltará, ou seja, de que, quando lançado, seu grito será transformado em algo que tenha um sentido. A angústia originária estaria, portanto, associada a um estado concomitante de total dependência e necessidade — que pode ser real e/ou simbólica — de recebimento de amparo, que, nesse contexto, pode ser traduzido como a necessidade de socorro.

Assim, quando o bebê vem ao mundo, ele se encontra numa condição de dependência do grande Outro, que deve estar lá para amparar os gritos primitivos que apontam para a falta de algo, quer seja a fome biológica, quer seja a psíquica. Àquele que ampara, estaria no lugar de o “Outro do socorro” (Quinet, 2020), aquele que tem a função de transformar os sinais do bebê em algo que tenha algum sentido e, assim, seja capaz de entrar com a provisão e contemplar suas necessidades de comida, colo ou outra coisa. Compreendemos, portanto, que a angústia do desamparo só pode ser debelada quando este Outro lhe ofertar o amparo nas dimensões do real e do simbólico.

Entre o primeiro e segundo ano de vida, por já possuir mais recursos psíquicos, o bebê torna-se capaz de construir o “jogo do Fort-da” (Freud, 1920/1996), que, em linhas gerais, representa a construção criativa do ciclo da presença e da ausência da mãe, experimentando, assim, a travessia do aparecimento-desaparecimento-aparecimento. Nesse jogo, ele, o neném, consegue trazer criativamente para perto de si uma experiência que lhe trará recursos para atravessar o desamparo do objeto que se esconde e, assim, sobreviver a essa falta, esperando até que o objeto perdido volte, isso tudo dentro do seu espaço simbólico e seguro de controle.

Ou seja, a criança criativamente interpreta e simboliza a ausência do “Outro do socorro” e a supera, experimentando, então, a sobrevivência frente a algo desagradável. Esse se trata de um fenômeno que aponta para o fato de que a capacidade de simbolizar o Outro é a grande base para conseguirmos prescindir deste Outro. Mas percebam, para tal, antes há um ensaio que ocorre dentro do campo onipotente, que nos permite, *a posteriori*, viver de modo saudável a falta do outro. Pergunto-me se o susto, em virtude da sua característica de imprevisibilidade e, muitas vezes, ausência de recursos psíquicos e mnêmicos anteriores, alojar-se-ia também dentro desse mesmo fenômeno. Para pensarmos mais a fundo sobre essa questão, acrescentarei alguns apontamentos teóricos para, em seguida, retomá-la.

Todo esse processo complexo, que ocorre ainda na primeira infância, trata-se do primeiro protótipo para as nossas outras relações, contendo, nele, a base do núcleo da socialização. No entanto, como foi dito anteriormente, é impossível o ser humano viver isoladamente e ser sadio, de modo que é importante destacar que a capacidade de prescindir do Outro, por meio da sua simbolização, não elimina certo grau de dependência, que, segundo Winnicott (1962/2007), nos acompanhará por todos os dias de nossas vidas. Muito provavelmente, esse foi o motivo pelo qual a humanidade caminhou para a construção dos acordos civilizatórios, tratados por Freud (1930/2021), que nos permitem não apenas conviver em sociedade em termos de refreamento pulsional, mas também de ter nela um amparo bom o suficiente. Essa necessidade adentra tanto as dimensões reais — a oferta de cuidados nas áreas da saúde e da educação, por parte do Estado — quanto na dimensão afetiva — construção de amizades, amores, núcleos familiares, dentre tantas outras vastas experiências que colecionamos na perspectiva das subjetividades e da história, como vimos no Capítulo 2.

O que quero dizer é que nós, por meio dos processos civilizatórios, buscamos, ao longo da evolução histórica, construir uma sociedade que pudesse proporcionar um amparo do indivíduo dentro da coletividade. Como apontado por Freud (1930/2021), há um preço a ser pago para pertencermos a uma sociedade, e este seria sobretudo a renúncia das nossas pulsões por meio do refreio da agressividade e da sexualidade. Caso contrário, haveríamos de encontrar dois caminhos, que seriam: a destruição de nós mesmos ou a destruição do outro, como resultado de tê-lo objetificado para satisfação não mútua do que corresponderia aos nossos desejos unilaterais. Dessa forma, imagino, metaforicamente, que a barganha civilizatória seria como uma gangorra, que, de um lado, é ocupada pela renúncia pulsional e, do outro, pelo amparo do Estado e dos grupos sociais de identificação ou convívio. Tudo isso

aponta para experiências que nos possibilitam ter a sensação de pertencimento a algo, a alguém ou a nós mesmos.

Acontece que o que vimos a partir da amplificação dos ideais neoliberais e capitalistas, em países como o Brasil e os Estados Unidos — que, não por acaso, lideraram o *ranking* mundial quanto ao número de mortos por Covid-19 —, é que tem havido uma prática de desresponsabilização do Estado (Bollas, 2020). Assim, não há mais, de forma concisa, a garantia de direitos aos cidadãos, de modo que os mesmos passam a sentir o desequilíbrio na gangorra civilizatória e vão reconhecendo, nas suas próprias psicossomas, o peso decorrente da necessidade de compensarem a desarmonia, para que, então, o *flow* dos acordos sociais continuem a se sustentar. No que se refere ao Brasil, sobretudo a partir do Governo Bolsonaro, o que vemos é um movimento em massa que transformou essa prática em uma cultura de rejeição e defesa contra os cuidados do Estado, por meio da apropriação do discurso individualista e meritocrata.

Então, no ápice da pandemia, o que acompanhamos foi um verdadeiro disparate discursivo de luta pelo suposto direito de escolha por usar, ou não, máscara, fazer, ou não, distanciamento social e, mais para frente, tomar, ou não, as vacinas que salvariam não apenas a sua vida, mas a do outro. Como consequência, o que acompanhamos no nosso país, ao longo dos anos mais caóticos em termos de crise sanitária, foi um processo psicótico em massa (Bollas, 2020), em que uma espécie de realidade paralela passou a ser construída. Nela, o destino do vírus deixou de ter uma dimensão coletiva, mesmo se tratando de uma pandemia, ou seja, de um acontecimento total global, e passou a ser manejado como se fosse um problema doméstico, regido por leis e princípios éticos e estéticos familiares.

Retomando a questão da barganha pulsional, gostaria de pensar nela pelo viés da relação entre amparo e desamparo, bem como na relação estreita no que diz respeito aos lugares simbólicos do grande Outro e do Estado, nessa gangorra pulsional. Integrando ao que já foi afirmado, nessa lógica de funcionamento não há mais um grande Outro, mas, sim, um estímulo ao individualismo, ao consumismo e a um falso laço social. Segundo Quinet (2020), aquilo que caracteriza os laços sociais é o estabelecimento de relações e acordos entre indivíduos. Até mesmo quando nos referimos à relação patrão-empregado, em que há uma evidente distribuição hierárquica de poder através dos papéis ocupados; esse laço é feito por pessoas, assim como acontece nos laços entre o Estado e os seus cidadãos, que, ao votarem

em seus candidatos e com o seu poder exercido por meio da eleição democrática, o fazem em busca da construção de um laço social na dimensão do encontro com o Estado do amparo.

No entanto, na lógica capitalista, há um falso discurso que se baseia num laço com um não outro, que seria representado por uma mercadoria não específica. Este vem se tratando de um laço tão potente que tem sido capaz de engrenar uma espécie de roda viva da vida, que passou a funcionar da seguinte maneira: inicia-se pelo incentivo da alta produção no trabalho, para que, assim, o funcionário (que atualmente vem sendo intitulado como integrante do “time” ou “colaborador”) consiga produzir mais, manter seu emprego e talvez ganhar mais dinheiro (esse é um fenômeno que se torna ainda mais desvelado a partir da prática disseminada nas grandes empresas que adotaram o recebimento de bônus associado à produção), para conseguir, então, consumir a mercadoria que lhe convenceram se tratar de seu objeto de desejo; tudo isso num curto intervalo temporal decorrente dessa pressa tão característica da paixão pela ignorância (Quinet, 2020). Assim, inicia-se e sustenta-se o ciclo dos laços não sociais, não sociáveis, não destinados a uma mutualidade entre o si mesmo e o Outro. Portanto, vivemos como marco da atualidade um recorte histórico de disseminação dos laços com objetos.

Esse se trata de um fenômeno da atualidade de um Brasil que, obviamente, já vinha sendo afetado pelos ideais neoliberais antes do Governo Bolsonaro e da pandemia de Covid-19, mas que se intensificou, e eu diria que, inclusive, trouxe para a superfície uma problemática que há muito nos assombrava de forma velada. E esse desvelamento, feito de modo escancarado e “sem (nenhuma) vergonha”, muito nos tem comunicado sobre os efeitos em massa da inversão de ideias e valores civilizatórios alardeados por Bolsonaro, que pregou, por meio da sua prática e de seu discurso, uma autorização pelo afrouxamento dos refreios pulsionais. Associados aos efeitos da pandemia enquanto acontecimento real, mas nem sempre objetivamente percebido, acredito ser de grande importância percebermos que talvez estejamos diante de um mal-estar muito específico, que pode originar algo de inaugural do ponto de vista subjetivo e do pacto civilizatório. Estamos vivendo um mal-estar permeado por uma descompensação na gangorra civilizatória entre a intensidade das renúncias que precisaram ser feitas por nós, indivíduos, e o não amparo por parte do Estado, além de, em alguns casos, dos grupos sociais particulares que antes ocupavam um lugar de pertencimento nas nossas vidas.

Passados pouco mais de quatro anos, estamos falando — cada um nos seus entornos das vidas cidadinas — de um outro lugar real no que diz respeito à experiência pandêmica do ponto de vista biológico e social, graças às vacinas e aos cidadãos que aceitaram utilizá-las, tomando para si o papel civil de tentar debelar ao menos a gravidade do vírus de Covid-19. E esse breve distanciamento tem me permitido perceber, por meio da minha escuta clínica, que, inevitavelmente, estendo para a vida cotidiana, que houve uma progressão importante desse fenômeno social, antes apresentado de modo mais sutil por ser cheio de pudor, da propagação agressiva da desagregação dos laços sociais e do papel do Estado de socorro e de amparo. O movimento que outrora atuava de forma massiva nas dimensões do incentivo aos falsos laços com objetos em detrimento dos sociais, hoje tem se apresentado por meio da fragilização e, em casos mais extremos, da ruptura dos elos que nos eram familiares e dos acordos civilizatórios que compuseram a socialização primária da população adulta e idosa atual.

Esses tempos sombrios vêm se tornando realidade em virtude sobretudo da distorção de valores éticos e morais costumeiramente presentes nos discursos oficiais e nas condutas do ex-presidente da República. Era bastante comum, por exemplo, acompanharmos, num mesmo bloco de notícias, os registros das populosas motociatas promovidas por Bolsonaro, que arrastava consigo algumas centenas de seguidores sem máscara, e as cenas horrendas de hospitais lotados de pessoas morrendo por falta de ar em seus pulmões, com médicos e equipes inteiras de saúde a darem depoimentos relatando seus cansaços e suas renúncias e implorando à população que ficasse em casa e que, se precisassem sair, que utilizasse máscaras.

É importante refletir um pouco mais acerca dos efeitos da fala e da postura negacionista por parte de um representante maior do Estado, sobretudo em um mundo globalizado e conectado pela *internet*. Para tanto, gostaria de lembrar, mais uma vez, o registro estatístico que aponta para os Estados Unidos e para o Brasil como os países que ocuparam os dois primeiros lugares, respectivamente, no *ranking* de mortalidade por Covid-19, tendo o Brasil atingido a triste marca de 705,775²³ pessoas que vieram a óbito. Vale ressaltar que esses são dados que constam nos registros oficiais do *site* do Ministério da Saúde e que, diante do disparate governamental que vivíamos àquela altura, é sabido que podemos estar falando de um número ainda maior de mortos, infelizmente. Não deveríamos permitir que esse dado caísse em esquecimento, nem tampouco perdermos de vista que grande parte

²³ Até o momento atual, abril de 2024, data que escrevo a presente dissertação.

dessas perdas e desses lutos poderia ter sido evitada, pelas vacinas, mas também pela mão sustentadora que um Estado de amparo é capaz de oferecer aos seus, quando se propõe a fazê-lo.

O que o ex-presidente Bolsonaro ofereceu aos cidadãos brasileiros como sugestão para o enfrentamento da crise sanitária foi algo que se compara, metaforicamente, à recomendação de que nos atirássemos todos em um precipício, cuja altura, profundidade e condições geográficas eram de todo desconhecidas. Assim, conduziu suas práticas e seus discursos com base na regra sem lastro científico de que quem tivesse que sobreviver o faria, quem tivesse que morrer, morreria, reduzindo, assim, o valor e o sentido da vida a um compilado mal elaborado de misticismo, ignorância e falsa religiosidade.

Ao escrever sobre a metapsicologia e o destino das pulsões, Freud (1915/2004) fala sobre um mecanismo comum a todos nós, que é a tendência ao recalçamento daqueles conteúdos que, por hora, seriam angustiantes demais de lidar. Em outras palavras, nós, humanos, tendemos a recorrer à negação, recurso que utilizamos desde com as questões mais ínfimas, porém desagradáveis, até com as de mais difícil digestão. Como exemplo, caberia citar a incapacidade de lidar, de forma consciente e integrada, com a realidade de uma vida que foi completamente invadida pelos efeitos de um vírus altamente letal e traiçoeiro pela imprevisibilidade dos seus efeitos nos diferentes corpos. Ainda, como reforçador agravante, constava-nos também o fato de que se tratava de um vírus completamente desconhecido pelos médicos, que, até então, ocupavam um lugar de onipotência e onisciência, no nosso imaginário infantil.

Havendo, então, essa tendência à repressão, que é uma das formas de negação da realidade, o que aconteceu foi que sobretudo pessoas menos saudáveis emocionalmente aderiram ao discurso negacionista. Essa camada da população encontrou, no discurso oficial, um amparo para não olhar para a realidade objetivamente percebida e para construir uma outra, que proporcionaria quase uma experiência alucinatória de que nada havia mudado no mundo. Para tanto, passaram a tomar para si como verdade qualquer informação que, ilusoriamente, pudesse sustentar as paredes dessa espécie de metaverso.

O que Bolsonaro fomentou foi aquilo que Bolla (2020) nomeou anarquia social, instrumento facilitador da instalação de um estado de mente grupal psicótico. O que percebo é que para muitas pessoas a pandemia foi uma experiência vivida sob a perspectiva de uma

outra realidade, fantasiosa, supostamente menos pesada e exigente no que diz respeito às renúncias pulsionais, que promovia uma falsa sensação de proteção contra medos, contra o confronto com a queda da fantasia de onipotência e invencibilidade diante da vida e, portanto, da angústia originária, que, no contexto em que vivíamos, era despertada pela incerteza se sobreviveríamos frente ao desamparo governamental. E foi por meio do enredamento em massa do discurso falacioso bolsonarista que acompanhamos a inauguração de um fenômeno social hoje tão conhecido por nós, que é o negacionismo, uma extensão da peste covidiana.

Acredito que o negacionismo na pandemia de Covid-19 apresentou-se enquanto fenômeno que detém algumas particularidades que fomentaram um impacto social de dimensões trágicas e de difícil contenção. Gostaria de destacar duas dessas características que atravessam o negacionismo da atualidade, que são:

- a facilidade de propagação das *fake news*, em virtude da globalização, do fácil acesso à *internet* e da vastidão de aplicativos de mídias sociais que foram e continuam sendo utilizados para espalhar notícias mentirosas; e
- o grande impacto social no que diz respeito à potência de alcance das notícias, o que acabou por fomentar a fragilização dos acordos civilizatórios e dos laços sociais.

Bollas (2020) estabeleceu uma relação interessante entre o fenômeno do negacionismo com os estados de grupo psicóticos, presente em países cujos líderes que estavam à frente das nações no período pandêmico tendiam a minimizar o real sentido do vírus de Covid-19, tais quais: Estados Unidos, Brasil, Reino Unido, Hungria e Filipinas. Quanto ao estado de grupo psicótico, afirma:

Todos os grupos e indivíduos entram e saem de estados de mentes tóxicos. Os processos neuróticos e psicóticos de pensamentos são ambos parte da vida normal. O processo neurótico envolve o conflito entre os conteúdos da mente. O processo psicótico envolve o conflito entre as partes da mente, por exemplo, entre a nossa consciência e os nossos impulsos (p. 32).

Ou seja, nos processos neuróticos, os indivíduos que compuseram esse grupo tiveram que se haver com o mal-estar que a própria vida psíquica produz, em virtude do manejo com o encontro entre os desejos e a realidade, com a alteridade, com as questões que permeiam a relação entre o querer e o poder, com a experiência do alojamento temporal e histórico do antes, do agora e a busca por encontrar recursos internos para seguir crendo no depois. Os processos neuróticos colocam os indivíduos inexoravelmente em posição de sofrimento, a

exemplo daquilo que recorde ter percebido na escuta clínica que apontava, de forma evidente, para o sofrimento e para a culpa que muitos carregavam diante do usufruto do lugar privilegiado de poder se resguardar em casa enquanto outros não puderam fazê-lo, ou pelo fato de terem a possibilidade de manter seus padrões socioeconômicos, enquanto outros perderam tudo. Em linhas gerais, estes se tratam de processos que nos colocam de frente com aquilo que surge à consciência.

Já nos processos grupais psicóticos, o mecanismo que ocorre é o oposto. Ao invés do enfrentamento do mal-estar, para que este seja evitado, os conteúdos que são indesejados ou as partes de si que lhe fariam sofrer diante de determinada situação são lançadas para fora através da projeção no outro. Segundo Bollas, esse recurso se realiza pela vida da “[...] recusa (denying) de conflitos mentais e pela cisão da personalidade, de modo que as partes indesejadas da vida mental são banidas da consciência” (2020, p. 33). No entanto, é uma via de destino ao sofrimento que não pode ser bem-sucedida, de modo que o resultado é que aquilo que foi projetado no outro produz uma espécie de efeito rebote naquele que o lançou, fazendo-o acreditar que o mal estaria nesse outro, que passa a ser fantasiosamente um inimigo que representaria uma ameaça iminente a si.

Não é muito difícil estabelecer um interjogo entre tal conceito e a postura tão violenta que os negacionistas apresentavam frente a todos que se mostravam conscientes diante da realidade objetivamente percebida. Para eles, na dimensão do Self confuso, o vírus não era o inimigo, mas, sim, os ideais do Partido do Trabalhadores, que, supostamente, havia confabulado todo o contexto pandêmico, com o objetivo de retirar Bolsonaro do poder, para trazer de volta o governo de esquerda, que, supostamente, teria como missão principal destruir a dita família tradicional brasileira.

Segundo uma pesquisa realizada no ano de 2021 pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), como já afirmado, 24% da população entrevistada acreditava que a Covid-19 se tratava de uma estratégia política, e 15% acreditavam se tratar de uma farsa. Ainda, havia aqueles que acreditavam que o vírus era real, mas que o manejo da pandemia se tratava de um engodo político para o mal, registro social que ficou evidente sobretudo quando as vacinas chegaram ao Brasil. Na mesma pesquisa, 25% afirmaram que a vacina não seria segura e que teria o potencial de matar mais pessoas do que o próprio vírus, ou ainda que se tratava de uma forma de implantação de um chip de controle da população.

Retomando a reflexão acerca do Estado como o Outro do amparo (Quinet, 2020), a ciência e a religião atuam como elementos de apoio para esse Estado, ocupando a função de manejo do cuidado dos cidadãos, no que concerne ao amparo do corpo e do espírito. Em *O mal-estar na civilização* (1930/2021), Freud aponta o domínio do corpo humano como um dos elementos organizadores da sociedade tal qual conhecíamos até o ano de 2020, no sentido de deslocamento de um lugar de impotência diante do desconhecido que nos compõe — o corpo — para a suposta conquista da onipotência diante desse corpo. Em *O futuro de uma ilusão* (1927/1990), o autor aborda o papel da religião no humano e nas organizações sociais, afirmando que esta provém de uma necessidade de estima e proteção ao lidar com o desconhecido. Assim, a religião adentraria as dimensões que o Estado de amparo não alcançaria, por várias razões, que incluem desde as falhas nas gestões governamentais até a própria essência da fé, que diz respeito ao firme fundamento das coisas que não são vistas.

A pandemia trouxe como registro importantíssimo o ataque a esses dois Outros do amparo, seguindo uma lógica não apenas distinta, mas, curiosamente, oposta. O que acompanhamos foi um verdadeiro massacre do Estado contra a ciência, cuja culminância simbólica foi a escolha de um ministro da saúde que não tinha formação médica ou sequer de outra área da saúde. Segundo uma pesquisa realizada pelo Datafolha em 2021, cerca de 23% dos entrevistados afirmaram que fizeram uso precoce e sem prescrição médica de medicações que supostamente combateriam ou evitariam a Covid-19, ao passo que os pesquisadores e parte significativa dos médicos afirmavam, reiteradamente, que, além de que não existiria nenhuma droga com essas características até o momento, seu uso indiscriminado poderia trazer grande prejuízo à saúde.

Em contrapartida, houve uma supervalorização do uso da religião de um modo não apenas desmedido, mas, acima de tudo, amoral, que acabou por resultar numa verdadeira segregação, sobretudo nas igrejas evangélicas, dividindo-as em dois grupos: o dos adeptos do bolsonarismo e do negacionismo e dos que acreditavam na ciência e a respeitavam, seguindo suas orientações. Fazendo uma retrospectiva da relação de Bolsonaro com as igrejas evangélicas, esta se deu de forma puramente objetificada, compondo uma história que teve seu primeiro capítulo escrito no período eleitoral de 2018, com evidente intensificação no segundo turno, durante a disputa contra o candidato Haddad (PT). A narrativa da família tradicional brasileira na luta contra a tão falada “ideologia de gênero” tornou-se seu principal argumento de campanha e foi por meio deste que venceu a eleição. Após a sua vitória, a

relação do então presidente com as igrejas seguiu seu curso de esperado distanciamento, até que, no ano de 2020, veio a pandemia.

A princípio, a grande crise sanitária que o mundo inteiro vinha enfrentando estava sendo tratada no Brasil com a devida gravidade, mediante as ações coordenadas por Mandetta, médico e então Ministro da Saúde, que sugeria, de forma fiel, a implantação de medidas pautadas pela ciência. Na época, nos eram transmitidas, diariamente, orientações sobre prevenção à Covid-19, além da insistente recomendação para que o *lockdown* tivesse adesão, por se tratar do único meio eficaz para salvar vidas até aquele momento. Outro ponto de grande relevância foi o estabelecimento de uma comunicação transparente com a imprensa, meio que se tornou imprescindível para que não nos afundássemos na alienação, visto que não era prudente, àquela altura, sair das nossas casas. Por mais assustadoras que fossem as imagens compartilhadas ou os dados alarmantes referentes ao número de contaminados e mortos, era por meio desse dispositivo que podíamos reaver alguns dos elementos ambientais essenciais para a manutenção de um eu integrado, tais quais: previsibilidade, confiabilidade, constância e empatia — experiência que se deu por meio dos cuidados ofertados por um gestor da área médica, que se mostrava empenhado na busca pela preservação da vida.

No entanto, essa provisão ambiental se deu apenas entre 20 de março e 16 de abril de 2020, dia este em que o então ministro foi demitido do seu cargo. O motivo para essa decisão por parte do ex-presidente foi evidente desde o princípio: a ética do cuidado, em que a vida valia mais do que a bolsa, não estava alinhada com a visão da Necropolítica (Achille Mbembe, 2003) promovida pelo líder do Estado. Junto com a demissão do ministro, vivemos novamente uma experiência de de-privação, porque nos foi tirado, naquele momento, uma figura de autoridade que ocupou o lugar simbólico de amparo pela via da comunicação em favor da vida. No entanto, a situação se agravou ainda mais, pois, de modo paradoxal, a instabilidade passou a ser uma constante ao longo dos meses seguintes, com outras três mudanças ministeriais, somando um total de quatro modificações em apenas dois anos, dado que, por si só, já seria o bastante para fomentar em nós incertezas e ausência de amparo quanto à forma de proceder diante da vida covidiana.

O curso do manejo de Bolsonaro frente à pandemia seguiu uma lógica de funcionamento violenta fundamentada na implantação em massa da paixão pela ignorância, utilizando-se da fé cristã como instrumento de alienação. Como já foi citado, Freud (1927/1990) aponta a religião como um dispositivo de amparo ao Estado de socorro, e a

forma como compreendo essa relação seria pelo fato de se tratar de um recurso de cuidado voltado para as dimensões que o Estado não alcançaria, justo por ter em seus fundamentos um dispositivo exclusivo e poderoso, que é a fé. Assim, o laço falacioso de Bolsonaro com as igrejas evangélicas foi retomado, curiosamente, em paralelo com as sucessivas trocas dos ministros da saúde.

A mim, torna-se bastante evidente que ele se utilizou da estratégia de um líder fascista, que foi a de criar um ambiente de desamparo em massa para conseguir fomentar na população a necessidade de um amparo vindo da figura de um líder (Adorno, 1951). Para tanto, ele criou uma fragilidade no que seria o principal cargo do Estado àquela altura e, em paralelo, promoveu uma ascensão das igrejas evangélicas por meio de aparições acompanhado de sua esposa Michele — também objetificada em seu favor — e do estabelecimento de laços com as principais lideranças evangélicas do País.

Estaríamos, então, diante da fórmula nefasta por ele criada de fragilização da veracidade da ciência em interjogo com a disseminação das *fake news*, que incluíram três principais dispositivos: a minimização da gravidade do vírus, a prescrição do “kit Covid-19 — Cloroquina, Ivermectina e Azitromicina” — rejeitado pela ciência — e a participação ativa de tantos líderes evangélicos que fizeram coro com o discurso bolsonarista, para que, através da manipulação da fé, pudessem colocá-lo no lugar do messias enviado para salvar o Brasil dos ideais da esquerda. Assim, a distração social foi armada, de modo tão bem-estabelecida, que as pautas das discussões e dos conflitos relacionais apontavam para uma espécie de fusão entre Covid-19 - ideais de direita - ideais de esquerda, de modo que em alguns momentos, o vírus em si e seus desdobramentos assumiam contornos clarinhos, sutis e difíceis de identificar.

Sobretudo no ano de 2020, a recomendação principal da OMS foi o isolamento social e, até então, o único recurso seguro para o controle da doença. Muito embora o Brasil, enquanto Estado total, não tenha adotado essa medida oficialmente, tal qual alguns países como França, Nova Zelândia e Portugal, muitas cidades o fizeram, baseando-se em critérios próprios, o que resultou em um contexto bastante confuso, tantalizador e inconsistente. Não havia coerência a respeito das bordas que separavam necessidade e desejo, entre escolha e dever, entre exagero e prudência, sendo essa a problemática que considero o principal registro basal do mal-estar covidiano no Brasil.

Quando pensamos no isolamento social de forma ampla, por si só já nos é suficiente para identificar efeitos problemáticos nas dimensões psíquica e social. De imediato, essa necessidade enquanto prática de sobrevivência veio acompanhada de duas experiências bastante significativas e inaugurais, sendo elas: o susto e a mudança radical — em dimensão coletiva — na vida cidadina.

Sobre o susto, obviamente que, ao longo das nossas vidas ordinárias, várias são as situações que saem dos trilhos do planejamento, do desejo e do esperado. Nossos percursos são incertos, de modo que, inevitavelmente, somos tomados por inúmeros episódios de sustos: situações de adoecimento, perda de emprego, morte de alguém querido, confronto com opiniões divergentes, ser pedido em casamento, dentre tantos outros, agradáveis ou desafiadores. No entanto, o susto, até março de 2020, assumia a dimensão de parte diante do todo das nossas vidas. Ou seja, enquanto uma parte estava em desajuste, as outras dimensões existenciais mantinham-se estáveis, permitindo-nos sustentar, dentro e fora de nós, a sensação de familiaridade, dispositivo que atuava enquanto reserva de enfrentamento diante do inesperado.

O susto pandêmico colocou-nos frente a um desconhecido global em amplas dimensões: o vírus, os afetos inaugurais, o manejo dos laços sociais e a perspectiva de futuro. Dessa forma, foi diante dessa experiência total e complexa que foi necessário que lançássemos mão de mais duas renúncias pulsionais: a de estarmos juntos uns com os outros, seja no trabalho, seja nos ciclos de amizades e até mesmo de familiares; e a de praticarmos pequenos prazeres cotidianos que colecionamos ao longo da vida, como o hábito de tomar café na padaria ou ir à igreja aos domingos. Quinet (2020) aponta que teria sido por consequência dessas renúncias pulsionais tão grandes que parte significativa da população passou a agir de forma inconsequente, com pouca ou nenhuma elaboração de ideias e pensamentos. Foram muitas as vezes que pudemos acompanhar, através dos telejornais, imagens de grupos de pessoas promovendo festas, sem o uso de máscaras, em períodos críticos dos níveis de contaminação. O espanto era ainda maior quando amigos ou familiares faziam parte desses grupos que defendiam a liberdade de ir e vir enquanto um direito que estava sendo cerceado pelas recomendações estaduais de *lockdown* ou pelo uso obrigatório da máscara.

Apesar de concordar com a hipótese de análise proposta por Quinet (2020), tenho ressalvas quanto ao excesso de renúncias, isoladamente, ser o fator fomentador do

negacionismo. Acredito que seja sensato retomar o texto de Pellegrino (1999), que promove uma relação entre o Édipo e o pacto social. Obviamente que o contexto a que o autor se refere foi com relação às privações relativas à pobreza econômica e social, no entanto, trata sobre os efeitos da privação, e é com esse foco que, por analogia, me proponho a refletir sobre a experiência covidiana.

Segundo a teoria proposta por Winnicott (1945/2000), a inauguração da vida psíquica, bem como o modo como se dá a sua organização é permeada por um processo maturacional que é distribuído em três etapas: Integração, Personalização e Apreciação da realidade. Esse é um percurso que ocorre apenas de forma inaugural da vida psíquica, para nos tornarmos, de fato, indivíduos saudáveis, detentores de um *Self* Central preservado. Como apontado pelo autor, a integração não se trata de uma conquista, que, uma vez alcançada na dependência absoluta, é garantida para toda a vida. Muito pelo contrário, ao longo da nossa jornada, a cada nova experiência vivemos um novo processo que nos demandará a construção de um novo percurso que percorrerá as etapas supracitadas.

Acredito que o negacionismo pode ter relação com uma via de organização defensiva frente ao trauma, que foi atravessado como uma experiência de de-privação, para aqueles indivíduos que tinham um *Self* Unitário e de privação, para aqueles que nunca haviam se tornado indivíduo detentor de um *Self* Unitário. Segundo a perspectiva winnicottiana de trauma, há uma espécie de congelamento daquele núcleo que foi afetado pela intrusão ou pela falta, de modo que o acontecimento vivido fica desalojado de sentidos e, portanto, de uma verdadeira experiência de *Self*. No Capítulo 4, desenvolverei um pouco mais a respeito desse assunto, a partir do compartilhamento de algumas memórias clínicas que trago comigo desse período tão desafiador que atravessamos enquanto humanidade.

4 O MAL-ESTAR COVIDIANO NO BRASIL: uma análise sobre os efeitos do desequilíbrio na dinâmica civilizatória na dimensão subjetiva

Viver a pandemia de Covid-19 foi, sem dúvida, uma experiência que jamais havia imaginado atravessar, não apenas enquanto psicanalista, mas, sobretudo, como indivíduo. Recordo-me que uma semana antes de a OMS emitir o comunicado oficial sobre o início da pandemia, ao longo do trajeto de volta para casa, os meus filhos comentaram que naquele dia, na escola, surgiram alguns comentários sobre a possibilidade real do vírus de Covid-19 se espalhar pelo mundo. Àquela altura, quando fui por eles indagada quanto a essa possibilidade,

prontamente lhes afirmei: “A China é muito, muito longe daqui, está em outro continente, é impossível chegar até nós”. Hoje, repensando minha fala, obviamente que a prioridade naquele momento era de acalmá-los, mas a via para tal foi escolhida porque, de fato, acreditava naquilo que disse — “impossível”.

Penso que esse foi um pensamento e sentimento compartilhado por quase todos nós que compomos a geração descrita por Freud na obra *O mal-estar na civilização* (1930/2021) — seres humanos nascidos em um mundo já civilizado, cujas bases da socialização primária vinham sendo fundamentadas a partir de ideais de onipotência e onisciência. Assim, na iminência de um grande colapso, seguimos nossas vidas citadinas, cada um a seu modo, sem maiores afetações. Logo após o anúncio oficial da OMS acerca da pandemia de Covid-19, em março de 2020, fui uma das psicanalistas que não migrou de imediato para os atendimentos on-line, de modo que segui presencialmente ainda por um tempo, pouco antes do decreto para que os consultórios de psicologia fossem momentaneamente fechados.

Obviamente, muito consciente de que estávamos vivendo uma grave crise sanitária, busquei seguir todas as normas de higiene e segurança, até então completamente desconhecidas na vida ocidental: uso de máscaras, álcool em gel, suspensão dos cafezinhos, janelas abertas, higienização das poltronas a cada troca de paciente, sem falar no esparsamento ainda maior entre as sessões, para minimizar a possibilidade de eventuais encontros no ambiente da recepção. E assim segui, até que, ao final de mais um dia de atendimentos, fui indagada, com muito respeito e afeto, por um Outro que ocupa um lugar de grande valor simbólico para mim: “[...] para que seguir se arriscando tanto se existe outro meio de continuar cuidando dos seus pacientes, mas também de si e dos seus?”

Essa intervenção breve, porém, suficientemente boa, surtiu efeitos importantes que me tiraram do estado de negação para um processo de integração e apreciação daquela nova realidade. A partir daquele momento, consegui perceber, com mais contornos, que o mundo já não era mais o mesmo e que a noção de humanidade que construía sobre mim já não era o suficiente para sustentar um estilo de vida seguro e saudável naquele mundo que se apresentava para nós. Ir ao consultório atender presencialmente, naquela altura, já não era seguro, a minha conhecida boa resistência para gripes comuns não era o suficiente para me assegurar que não seria contaminada pelo novo coronavírus, e, até mesmo se o fosse, desconhecia quais seriam seus desdobramentos no meu corpo — afinal, não se tratava de “mais uma gripezinha”. Também me dei conta que a análise on-line não poderia mais ser

percebida por mim com o olhar de resistência e preconceito em decorrência de um preciosismo teórico acerca do que seria um verdadeiro *setting* analítico.

No dia seguinte, comuniquei aos meus pacientes a decisão que tomara, de atender apenas on-line até que a situação sanitária se normalizasse e pedi um ou dois dias de intervalo para conseguir me organizar e retomar os atendimentos, dessa vez, através das telas. Não vou detalhar como se deu todo o processo de conquista da capacidade de alojamento nessa nova realidade, mas posso afirmar que foi uma jornada difícil, por vezes embaraçoso, não linear e confuso. Acreditei, até então, que, ao longo do meu processo enquanto psicóloga clínica e depois psicanalista, havia construído uma práxis baseada numa noção de neutralidade não ortodoxa. No entanto, a partir da experiência pandêmica, pude me defrontar com o fato de que nutria algo de hierárquico na minha noção de cuidado e que esse “algo” me fazia sentir mais segura no encontro intersubjetivo com meus analisandos.

Passados pouco mais de três anos, percebo que seria injusto atribuir apenas ao fato de ser psicanalista a responsabilidade por essa fantasia que sustentava não apenas a minha prática clínica, mas, sobretudo e antes de tudo, a minha forma de ser no mundo. Acredito que essa sombra sutil que me escapou à consciência diz respeito ao então ideal civilizatório de onipotência e às suas formas de subjetivação, que resultam na construção de fantasias de invencibilidade. Em minha primeira supervisão preparatória para o atendimento on-line, as questões inaugurais que apresentei na chamada de vídeo foram: como vou sustentar o lugar de cuidado diante de uma realidade que me colocou oficialmente no mesmo mundo — o da pandemia — que os meus pacientes? Como sustentar um lugar de cuidado quando demonstro meu medo evidente ao migrar os atendimentos para a modalidade on-line? E, por fim, como sustentar o manejo do cuidado de forma neutra, quando partilhamos um encontro intersubjetivo que agora nos aponta para a coexistência dos nossos corpos frágeis e suscetíveis a adoecer e morrer?

Aos poucos, somente a partir da experiência — no divã e na vida, como deve ser — essas questões foram sendo elaboradas, integradas, personalizadas no meu corpo, na minha história e identidade, e fui, mais uma vez, comprovando que a clínica é soberana no que diz respeito aos efeitos que a sua própria análise produz também na análise dos seus pacientes. Foi bastante amparador recordar, nesse longo percurso incerto e desconhecido profissionalmente, que Winnicott também atravessou uma grave situação de catástrofe, porém no contexto da Segunda Guerra Mundial. O seu país de origem estava em guerra e, ainda

assim, o autor sustentou o seu ofício de psicanalista, membro da Sociedade Psicanalítica Britânica, e também atuou como responsável técnico designado pelo governo inglês — juntamente com John Bowlby e Emanuel Miller — para cuidar das crianças que haviam sido evacuadas de seus lares durante o processo de separação e de retorno para os seus lares.

Certamente o meu próprio mal-estar foi a experiência disparadora que me despertou o interesse por olhar o vírus de Covid-19 para além de um problema biológico. Logo em seguida, somaram-se ao meu desconforto alguns possíveis efeitos da experiência pandêmica nos processos dos meus analisandos, culminando, então, na decisão de estudar com mais afinco o problema do mal-estar na pandemia, a partir de um viés que considera a inter-relação da organização psíquica com o ambiente.

Considero que este Capítulo 4 é o coração da pesquisa, que se pretende ser um ensaio sobre a produção dos efeitos da experiência pandêmica no Brasil, nas formas de sentir e viver o mal-estar. Para a construção da presente análise, utilizei o mapeamento dos pilares propostos por Birman (2021) como norte para problematizar a grave crise sanitária que vivemos entre os anos de 2020 e 2023. Já para construir a análise teórica, busquei sobremaneira o conceito de mal-estar proposto por Freud (1930/2021), caminhando, na medida do possível, de mãos dadas com o conceito de democracia proposto por Winnicott (1950/1996), por acreditar se tratar de categorias de análise complementares e transversais. Ainda, toda a teoria de Winnicott perpassou a minha escrita, uma vez que também sustenta em paralelo o meu manejo clínico. Para analisar questões de cunho social e político, tomei como base o conceito de Biopolítica proposto por Foucault (1979/2008) e de fascismo proposto por Adorno (1955), bem como de alguns outros teóricos, que também são psicanalistas da atualidade, que se dedicaram a estudar a pandemia.

Certamente, existiriam várias outras formas de examinar os fenômenos que me propus a estudar, de modo que seria impossível que apenas uma pessoa pudesse estabelecer um apontamento único de compreensão, sobretudo no que diz respeito a uma problemática tão complexa como foi a pandemia de Covid-19. No entanto, optei por organizar uma análise que se amparou na compreensão de que há um inconsciente que nos habita e que nos retira da posição de senhores de nós mesmos, mas que não nos isola da realidade externa. Ao contrário, põe-nos em constante contato com a nossa realidade interna, a partir do externo que nos cerca e que compõe a nossa vida.

4.1 O vírus, a pandemia e as singularidades: uma análise sociopolítica sobre os efeitos da gestão brasileira na pandemia de Covid-19

O título proposto nesta sub-seção faz menção à divisão levantada por Birman (2021), através da qual problematiza a pandemia de Covid-19 a partir de um tríptico teórico, tendo este ocupado um lugar caro ao longo de toda a pesquisa que realizei, por ter atuado como norte de leitura ampla, bem como de margem para o meu objeto de estudo, que é o mal-estar provocado por essa crise sanitária, o qual nomeio *covidiano*. Para darmos início à discussão, faz-se necessário lembrar que Freud (1930/2021) aponta como sendo um dos objetivos principais da civilização — que é o fenômeno social causador do mal-estar — a busca e manutenção da proteção do homem contra a natureza. É a partir dessa análise freudiana tangenciada pelo mapeamento sugerido por Birman (2021) que proponho o levantamento de uma questão-problema que se refere à produção dos efeitos que um vírus, até então desconhecido, nos causou enquanto humanidade, sobretudo por estarmos inseridos num contexto de mundo civilizado e pós-moderno, que atravessa a conquista da mitigação de várias doenças antes consideradas mortais, a exemplo do HIV.

4.1.1 O Biopoder e seus efeitos na dimensão da singularidade frente ao desamparo pandêmico

O vírus de Covid-19 lançou-nos, mundialmente, em uma posição que compreendo ter sido muito próxima a uma unidade humanitária durante o período pré-vacina mundial. Isto porque, nesse intervalo temporal, nossa realidade compartilhada foi composta por um furo causado pelo caráter escorregadio do novo coronavírus no que dizia respeito à imprevisibilidade de sua atuação nos corpos biológicos. Compreendo que esse acontecimento nos fez experimentar uma posição que nos era pouco conhecida — sobretudo no mundo ocidental —, de confronto com o corpo enquanto entidade singular e que detém modos particulares de funcionamento.

Talvez, um dos fatores para a alienação da singularidade do corpo tenha se dado por influência da medicina moderna a partir da descoberta da penicilina, o primeiro antibiótico da humanidade, realizada por Alexander Fleming (1881-1955)²⁴. É necessário ressaltar que essa não é uma discussão sobre a importância dos avanços médicos para o bem comum e sobretudo para a manutenção da humanidade — seu caráter relevante é indiscutível —, mas

²⁴ Para saber mais sobre a descoberta da penicilina: <<https://www.scielo.br/j/jbpm/a/jY6NfbwqjkMQTbCdFBRbp4M/?format=pdf&lang=pt>>.

sobre seus efeitos nas produções das subjetividades. Freud (1930/2021) analisa que, quando o homem conseguiu encontrar-se em posição de dominação do corpo biológico, associado obviamente a outras conquistas e descobertas, passou a sentir-se como um suposto deus, afastando-se, portanto, da posição simbólica de fraqueza diante da natureza indomável. A descoberta do antibiótico parece ter atuado como um dispositivo de unificação na atribuição de sentidos para os corpos biológicos, cujos efeitos subjetivos seguem se desdobrando até os dias atuais, inclusive nas formações das identidades médicas. Estas parecem que vem se alojando a partir de uma base cujo alicerce é a hierarquização que rege a oferta de cuidados destituídos de *holding* e *handling* (Winnicott, 1963/2007), que, muitas vezes, promovem uma espécie de apagamento da posição ativa da psicossoma (Winnicott, 1945/2000), via principal de comunicação das nossas necessidades.

A esse fenômeno de cuidado hierarquizado e alienante da posição de indivíduo associa-se ao que Foucault (1979) aponta como Biopolítica e Biorregulação, que seriam vias de governança construídas desde o século XVIII, cujo objetivo era “[...] racionalizar problemas postos à prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raças [...]” (Foucault, 1976, p. 431). Explicando melhor, antes da Revolução Industrial a economia girava em torno da produção por manufatura, de modo que os trabalhadores ocupavam uma posição simbólica e subjetiva de grande valia para a economia, uma vez que eram os atores principais e diretos na base desse processo. A partir do desenvolvimento das máquinas, houve uma realocação do trabalhador, que passou a ser um suposto coadjuvante operador nos processos de maquinofatura, ou seja, as habilidades manuais e necessárias para o giro econômico deram lugar ao trabalho mecânico e sedimentado de manejo das máquinas.

É interessante percebermos que a introdução da maquinofatura se baseia na transformação padronizada e escalonada da matéria-prima em produto final, o que nos sugere que os ideais e as práticas laborais da época comunicavam um distanciamento cada vez maior da posição singular de cada trabalhador. Uma vez que os registros históricos apontam para uma prática de pronta substituição dos corpos que não estavam mais aptos e, portanto, que não eram mais produtores, sugere-se a necessidade de que os sujeitos da época tenham de se distanciar das suas posições originárias de vulnerabilidade e fragilidade. Essa é uma questão de caráter complexo (Morin, 1994), uma vez que adentra várias dimensões do saber e, portanto, de análise. No entanto, buscarei me ater à dimensão do apagamento da singularidade que vivemos a partir de então, para que, baseados nessa torção, possamos estabelecer uma

inter-relação de modo transversal com a inserção do vírus de Covid-19 e com o fenômeno pandêmico.

Enquanto as relações econômicas eram regidas por meio de trocas um pouco mais igualitárias, no sentido de que o trabalhador tinha um tanto de importante e singular para oferecer ao outro, era preservado algo muito valioso da realidade interna desse humano. Refiro-me, nesse momento, a um aspecto central da preservação da saúde psíquica que é o potencial criativo, sendo esse um aspecto do desenvolvimento maturacional que nos impulsiona para a construção de um terceiro espaço, que seria uma espécie de “entre” espaços que nos permite sustentar nossa realidade subjetiva e acessar a realidade compartilhada de modo não traumático (Dias, 2017). Sendo assim, ainda que os conteúdos do mundo subjetivo não fossem acessados de forma consciente, sobretudo por questões culturais, o mundo subjetivo propriamente dito tinha potencial de preservação a partir do que era simplesmente vivido. Ou seja, havia a sobrevivência do potencial criativo e único do indivíduo, que conseguia, portanto, construir, em alguma dimensão, a sua base identitária a partir das suas próprias formas.

Quando a maquinofatura adentrou e se instalou no cenário econômico, pareceu promover uma descontinuidade nos modos até então conhecidos de organização social, o que remete a uma espécie de espelhamento com a lógica de funcionamento laboral que foi então proposta, de setorização entres os estágios da matéria-prima e do produto final. Percebiam que antes, em sua maioria, os trabalhadores eram responsáveis pelas construções dos produtos de modo continuado. Se não fabricando por completo, tinham, ao menos, acesso ao processo, de modo que mantinham o domínio do início, do meio e do fim da produção, o que possibilitava a eles viver a experiência de se integrarem no tempo e no espaço pela via do trabalho. Não se tratava de uma vivência desalojada de sentidos (Bollas, 1987/2015), mas, sim, daquilo que poderíamos nomear — se bem contextualizado histórica e culturalmente — experiência verdadeira de *Self*.

Chaplin, no filme *Tempos Modernos*, retrata, de modo cortante, os efeitos produzidos pela descontinuidade do saber e do fazer no humano, sendo estes: a experiência alienante de si mesmo, do tempo subjetivo e dos espaços que antes eram de pertencimento e que, por exigências externas, deixaram de ser. A hierarquização dominante de poder tem a capacidade de invadir o que há de mais profundo no humano, que é a singularidade, que ocupa, para Birman (2021), uma das posições de pilar no tríptico teórico da pandemia de Covid-19, justo

pelo seu caráter de valor na condição existencial. No entanto, longe de serem concebidos como preciosos, o que sabemos é que, com a exploração dos trabalhadores ainda na Revolução Industrial, os corpos que eram comumente machucados e mutilados pelas péssimas condições de trabalho eram simplesmente descartados e prontamente substituídos por outros, lançando esses sujeitos à vulnerabilidade da miséria, pois não havia indenização. Aqui, encontramos uma grande semelhança com algumas práticas adotadas durante a pandemia do novo coronavírus, durante a gestão do então presidente Jair Messias Bolsonaro, no que diz respeito ao pouco valor atribuído ao corpo do trabalhador.

Para auxiliar na lembrança do memorial descrito no Capítulo 2 a partir dos registros sistematizados pela jornalista Eliane Brum, durante o mês de agosto de 2020 o Brasil acumulava um total de 3.012.412 casos de contaminação por Covid-19 e atingiu a marca de 100.477 mortos, mesmo período em que Bolsonaro vetou integralmente o projeto de lei que garantia que os trabalhadores da saúde que ficassem incapacitados por atuar no combate contra a Covid-19 recebessem uma compensação financeira paga pela União. Essa foi uma estratégia de gestão governamental cujo berço se aloja justamente nesses ideais que foram nomeados por Foucault (1979/2008) de Biopolítica, em que o Estado se desresponsabiliza da assistência e do cuidado com os corpos, mesmo que estivessem a seu serviço, pois o suposto desejo seria o dispositivo que o conduziu àquela função. Assim, de forma ampla, parece-me que há uma categorização entre dois tipos de corpos nesta sociedade que passou a ser norteada por valores econômicos: os produtores e os não produtores. Os corpos valiosos seriam aqueles que poderiam contribuir para o bom funcionamento da economia, sem trazer nenhum tipo de prejuízo para o Estado.

Essa análise nos permite compreender, portanto, como se deu o processo de transformação psicossocial ao longo da história, em que, até o século XVIII, o funcionamento da gestão social era baseado na soberania e na punição, recurso que foi substituído pela nova técnica governamental da regulação por meio da higiene: dos corpos, dos desejos, do interesse, do sexo, da estética e do valor à vida. Isto, por meio da internalização de que um corpo com defeitos não tem valor econômico, levando o próprio cidadão a buscar um suposto cuidado maior de si, retirando, ideologicamente, do Estado, a responsabilidade pelos seus. Dessa forma, ao passo que a regulação do corpo se torna uma obrigação individual — o que é bem diferente de singular —, esse mesmo corpo passa a ser mensurado pela régua da economia liberal e, em seguida, neoliberal.

Essa estratégia da Biorregulação se dá a partir da construção de uma realidade utópica pautada no ideal de que a verdadeira liberdade não estaria centrada no campo ideacional, mas da suposta autorregulação²⁵ do nosso corpo. No entanto, a verdade é que o conceito do que seria necessário para a manutenção dessa autogestão é ditado pelo próprio Estado, que se tornou submisso à economia, ou seja, não há uma posição real de liberdade nem singularidade por parte dos sujeitos. Ao contrário, a Biopolítica (Foucault, 1979/2008) é uma via de adestramento social, no qual há uma espécie de convencimento de que o seu desejo — alienado — é o que rege sua vida. Quanto a essa análise, Foucault (1979/2008) afirma:

A economia de mercado não subtrai algo do governo. Ao contrário, ela indica, ela constitui o indexador geral sob o qual se deve colocar a regra que vai definir todas as ações governamentais. É necessário governar por causa do mercado. E, nessa medida, vocês veem que a relação definida pelo liberalismo do século XVIII é inteiramente invertida. (p. 165)

É interessante mantermos em perspectiva que, desde a Revolução Industrial, vem ocorrendo um grande estímulo, nos países capitalistas, para que haja uma instalação em massa de um quadro de alienação afetiva e cognitiva, começando pela classe proletária, que, no Brasil, é a maioria. Compreendo que, a partir desse acontecimento histórico, construiu-se uma arquitetura social de funcionamento velado, que lançou os sujeitos em outras coordenadas de funcionamento das suas singularidades, a partir de alguns dispositivos, que, na época, eram o cansaço extenuante decorrente da quantidade desumana de horas trabalhadas e o apagamento das habilidades intrínsecas dos trabalhadores.

Dessa forma, em direção a uma posição antagônica à constituição de uma organização saudável por meio da psicossoma (Winnicott, 1960/2007) — organização do indivíduo dentro da unidade psíquê e corpo —, o exercício profissional passou a exigir de nós uma necessidade cada vez maior de adaptação excessiva às transformações do cenário, que segue nos subtraindo o que um dia nos pertenceu. A experiência pandêmica retirou muito de nós e dentro de nós, exigindo um ajuste biopsicossocial sem precedentes em todas as dimensões que contemplam e compõem a nossa existência.

Propus-me a retomar esse marco histórico, não por ignorar que o tempo passou e, com isso, obviamente, o contexto social, cultural, científico e acadêmico sofreu alterações. Os direitos trabalhistas e as conquistas científicas na área da saúde também mudaram, de modo que hoje conseguem contemplar algumas necessidades que, antes, sequer eram consideradas. Hoje temos universidades e, com isso, possibilidades mais palpáveis de travessias entre as

²⁵ Exercício de poder por meio da regulação do indivíduo detentor de um corpo supostamente adestrável.

camadas sociais, tão desiguais em nosso país. No entanto, olhar para os movimentos socioeconômicos dos séculos anteriores nos facilita a compreensão de como chegamos até aqui enquanto humanidade, sobretudo quando ficam tão nítidas as evidências de que há algo em nós que aponta para uma grande semelhança da sociedade dos momentos históricos anteriores a nós.

Desde o início da sua invasão pelos europeus, o Brasil enfrenta problemas referentes à desigualdade social e certamente, ao longo dos anos, já enfrentou algumas oscilações que percorrem caminhos em que há melhoras e pioras nesse quesito, de modo que um desses momentos de declínio certamente se deu na gestão do ex-presidente Bolsonaro. Em seu mandato, promoveu um corte sem precedentes nas verbas destinadas às pesquisas no nosso país, além de não incentivar a promoção da arte e da cultura, via concreta de mudança para, sobretudo, vidas pretas e pobres. O referido corte foi material, mas o seu significado não foi somente econômico, como alegado, mas, sim, simbólico, uma vez que o conhecimento certamente é a maior arma de combate e resistência contra os ideais promovidos pelo neoliberalismo e pela prática da Biorregulação.

Analisando especificamente o período pandêmico, como já mencionei e foi relatado minuciosamente no Capítulo 2, há comprovações factuais de que não apenas ocorreu uma esdrúxula desresponsabilização por parte do Governo Federal diante da preservação da vida decorrente da supervalorização da economia, mas também um grande incentivo à morte, sobretudo dos mais pobres, tema que abordarei melhor na próxima seção.

Outro ponto interessante sobre o atravessamento da experiência de desamparo na pandemia do novo coronavírus no que diz respeito à singularidade dos corpos.-Até o ano de 2020, havia um ajuntamento em massa por uma grande parte da população brasileira, que pleiteava por uma conduta médica mais humanizada e singularizada. Caminhávamos na direção da conquista do direito de ter voz ativa para reger nossos corpos, fosse para a doença, fosse para a saúde, fosse sobre viver, fosse sobre morrer. Assim, seja pelo direito ao aborto, ou seja, pela preservação da singularidade nas várias formas de amar e de se relacionar, essa era uma reivindicação pela quebra da Biorregulação.

No entanto, ao longo do período pandêmico, algo dessa dimensão chamou-me a atenção, sobretudo a partir da escuta clínica. Quando nos deparamos com o caráter singular no que concerne à produção dos efeitos do novo coronavírus, foi bastante comum, no consultório, ouvir sobre o anseio e o aguardo para que houvesse a descoberta de um modo

coletivo de funcionar e, portanto, de combater o vírus de Covid-19. E o fato de o novo coronavírus produzir efeitos diferentes em corpos diferentes, o coloca em posição de denúncia de algo que fomos induzidos a não olhar, que é o nosso lugar de ser um, enquanto seres biológicos e psíquicos. Para avançarmos na análise desse dado, é importante trazer à luz o que Freud (1930/2021) propôs como sendo um dos objetivos da civilização — a sustentabilidade da manutenção dos laços e dos vínculos sociais.

Como vimos há pouco, as bases da nossa história enquanto humanidade apontam para um estímulo potente de busca por instalação em massa de um quadro de alienação de si enquanto sujeito ativo afetiva e cognitivamente. O que gostaria de sugerir é que este poderia ser um dispositivo de análise de grande valia, para refletirmos sobre o fato de que, talvez, carreguemos conosco algum resquício dessa condição de alienação de sentidos para aquilo que desejamos e lutamos por. Quando estivemos frente a um vírus mortal, desconhecido e que produzia efeitos singulares em corpos singulares, juntamente com a ausência de cuidados governamentais que nos protegessem dos riscos que se impunham para nós, vimo-nos desmantelados diante da condição de liberdade quanto ao que fazer com os nossos corpos para protegê-los da enfermidade e da morte.

Percebam que estou levantando duas problemáticas distintas: a da Biopolítica, que é manejada pela Biorregulação que lutamos por romper, mas que, em alguma dimensão, habita em nós; e o dever que o Estado tinha de nos prover estratégias para a gestão da crise sanitária. Quanto a esses dois pontos, o homem civilizado foi atravessado — em suas práticas sociais, mas também no modo de organizar-se psiquicamente — pelo registro histórico de alienação da sua condição de sujeito desejante e pela busca por viver em uma comunidade regida por leis e normas que pudessem regular as relações, a fim de nos salvar de nós mesmos de praticarmos ações advindas diretamente do estranho que habita em nós.

Se assim o for, essa posição de não saber o que fazer com o nosso próprio corpo único e singular, associado ao não amparo do Estado, que seria um dos pilares sustentadores da civilização, conduziu-nos a uma espécie de regressão nas dimensões do subjetivo e das relações sociais. Penso que retomamos simbolicamente uma posição originária civilizatória, em que o refinamento biopsicossocial, que nos garantia a possibilidade de reconhecimento e de busca pelos nossos desejos e direitos, nos lançou de volta para uma posição primária de busca prioritária pela sobrevivência da espécie. Desse lugar simbólico e real, torna-se pouco

provável a sustentação do desejo de encontro pelo outro enquanto oposição que viabiliza o acesso à nossa própria singularidade.

Estabelecendo uma analogia com o princípio da nossa vida, que é o protótipo para o *a posteriori*, quando somos bebês a nossa busca primária não é por oposição, mas por colagem na posição simbólica de ser um com o outro, a chamada unidade mãe-bebê, a qual Winnicott (1945/2000) se refere. Assim, se ocorresse o contato com a oposição, tratar-se-ia de uma experiência precoce do ponto de vista maturacional e, portanto, traumática, de modo que, nos gestos inaugurais da vida, a necessidade do ser humano imaturo é poder descansar na condição de ser um com o outro. A experiência pandêmica tratou-se de um acontecimento que produziu como efeito imediato e abrupto a descontinuidade da vida, em dimensões ampla, total e irrestrita (Birman, 2021). Uma vida descontinuada é uma vida que foi impedida de seguir sendo um, de modo que algo de reparador precisaria ocorrer para que uma regressão à posição maturacional do traumático pudesse ser estabelecida e, a partir daí, talvez houvesse um trabalho de ressignificação e descongelamento do núcleo traumatizado (Winnicott, 1952/2000).

Isso quer dizer que a busca pelo senso de unidade, seja pela via da angústia decorrente do enfrentamento do real, seja pela negação, tratou-se de um recurso psíquico de regressão maturacional em busca do salvamento da loucura oriunda da despersonalização a que fomos submetidos. No entanto, diante da regressão, o que vivemos foi uma experiência em que, ao nos lançarmos no colo do Estado enquanto representante de contenção para as inseguranças e incertezas, entramos em posição de queda livre, quando, em troca dos votos de confiança dos eleitores que, democraticamente, o colocaram no poder, o então presidente, por meio da sua gestão falha e criminosa, ofereceu-nos o desamparo em amplas dimensões, inclusive no fomento aos movimentos grupais psicóticos (Bollas, 2021). Na Seção 4.1.2, discutiremos os atravessamentos da gestão bolsonarista nos pilares do vírus e da pandemia.

4.1.2 O vírus de Covid-19 e os efeitos psicossociais do seu encontro com um colo imaturo

A democracia, segundo Winnicott (1950/1996), não tem um significado fixo, de modo que, para cada país e cultura diferente, haverá um sentido e uma experiência distinta do que é ser democrático. Ao que parece, no Brasil pré-pandêmico, parte do acordo democrático dizia respeito à internalização subjetiva e relacional de que assuntos referentes a religião e política eram proibidos. Ainda, por se tratar de uma nação cuja organização governamental se

pressupõe laica, vivia-se uma demarcação razoável entre o Estado e a Igreja, de modo que o mais comum era que as instituições religiosas cuidassem dos seus membros em dimensões que o Estado não podia alcançar, em vez de interferir nas suas ações, mantendo-o do lado de fora das suas organizações. O que vimos no período pandêmico no Brasil me comunicou sobre um reposicionamento dessa forma de organização que nos era conhecida, na qual nossas bases de socialização e de construção de laços e vínculos sociais foram criadas.

Gostaria de iniciar o diálogo acerca dessa problemática propondo uma divisão grupal indicada por Winnicott (1950/1996) que diz respeito a uma análise sobre a maturidade de uma sociedade. Como foi descrito nos Capítulos 2 e 3, o autor contempla o desenvolvimento humano em termos de amadurecimento psíquico e afirma ainda que a democracia é uma questão psíquica que começa no colo materno, sendo esse o motivo pelo qual ele propõe essa categoria fazendo uso desses termos. Assim, para ele, uma sociedade democrática é aquela composta majoritariamente por indivíduos amadurecidos.

Segundo sua perspectiva, uma sociedade é composta por quatro grupos de indivíduos: os saudáveis, os antissociais, os indeterminados e os antissociais imaturos. O primeiro seria composto por pessoas totais²⁶, que são capazes de encontrar com o conflito inteiro, dentro e fora do *Self*, e, portanto, sustentam a capacidade de se deprimir diante das perdas ou do caos, não fazendo uso de mecanismos de fuga na maior parte do tempo. Os antissociais são aquelas pessoas de-privadas que, como num gesto de esperança, tentam reaver o que foi perdido abruptamente por meio de condutas desafiadoras para a sociedade, a fim de testar a sua suposta capacidade de serem amadas por alguém. Os indeterminados seriam os que estão numa linha fronteira, cujas condutas não pousam, de modo estável, nem de um lado, nem de outro, de modo que são facilmente persuadidos a seguirem um dos ideais, seja por medo, seja por fragilização do *Self*. Por fim, os antissociais imaturos são aqueles indivíduos que têm uma tendência pró-sociedade, mas anti-indivíduo, e é sobre esse estado de grupo que, no momento, gostaria de discorrer.

Os indivíduos antissociais imaturos, assim como os antissociais propriamente ditos, não são pessoas totais, de modo que não conquistaram a capacidade de encontrar com os conflitos internos dentro do próprio *Self*, mas fora deles. Winnicott (1950/1996) afirma que esses grupos:

²⁶ Essa é uma expressão winnicottiana, em que o autor faz menção a indivíduos que possuem um eu integrado, detentor de um *Self* unitário. Pode ser encontrada em várias obras, mas, em específico, no capítulo Algumas reflexões sobre democracia, do livro *Tudo começa em casa*.

[...] proporcionam um tipo de liderança que é sociologicamente imatura. Além disso, esse elemento numa sociedade fortalece muito o perigo que deriva de seus elementos francamente anti-sociais, especialmente quando as pessoas comuns permitem com muita facilidade que os indivíduos que têm impulso para liderar venham a ocupar postos-chave. Uma vez nessa posição, esse líder imaturo imediatamente começa a se rodear de indivíduos anti-sociais óbvios, que lhe dão boas-vindas, como se ele fosse seu chefe natural (falsa resolução da divisão). (p. 193).

Passados os acontecimentos graves que revelaram os tempos sombrios que vivemos, a eleição do ex-presidente Bolsonaro comunicou algo importante com relação ao que seria a estrutura da sociedade no Brasil. Na clínica, ainda no período eleitoral do ano de 2018, os seus eleitores afirmavam que votariam nele por acreditarem que esse seria o melhor para a nação, que, em suas opiniões, naquele momento supostamente precisaria experimentar algo novo. Acredito que parte dessa ânsia pelo novo se deu porque Bolsonaro deu início a um movimento que, até então, não era comum, que foi construir seu plano eleitoral unificando os ideais políticos com os ideais da igreja evangélica, mesmo que não fizesse parte dela. Com base na minha experiência clínica, tenho uma forte impressão de que esse foi um dispositivo que enredou sobretudo os indivíduos pró-sociedade e anti-indivíduos, que defendiam o amor ao próximo ao mesmo tempo que apoiavam o líder que disseminava o ódio ao próximo que não fosse igual a ele. Recordo-me que, em sua defesa — supostas de si mesmos — os analisando afirmavam que o interdito proposto pelo pretense líder era realizado como um gesto de amor para aquilo que compreendiam ser o melhor para aquelas pessoas que compunham o *out-group*

Para compreender esse fenômeno em massa de incoerência e cegueira social, tomo de empréstimo o que Adorno (1955) discorre sobre os líderes fascistas, os quais promoveram uma forte divisão na sociedade: de um lado, aqueles a quem amam e que estão dentro do grupo; de outro, aqueles a quem odeiam e que estão fora. Para que haja este fomento, não é necessária a tradução do referido princípio pela via discursiva, mas sim a ideativa que é nutrida por um suposto afeto. Para conseguir subir ao poder e manter-se nele, Bolsonaro utilizou-se de estratégias fascistas, colocando-se na posição de herói, ao mesmo tempo em que se mostrava um homem comum, do povo. Assim, a estratégia que utilizou para ser eleito foi a mesma que manejou para fazer parecer real aquilo que falava nas *fake news* — a de se apresentar como um homem simples que usava caneta Bic e comia pão francês na mesa de jantar da sua casa, a mesma que se apresentava nos vídeos da sua campanha eleitoral. Muitas foram as vezes que o ex-presidente, em picos altos de contaminação, promovia motocicletas, saía às ruas sem máscara, para comer um cachorro-quente ou atendia os “eleitores-fãs” nos

locais em que estava, sem fazer ao menos uso das máscaras de proteção, com abraços e *selfies*.

Ao apresentar esses movimentos, ele atendia à necessidade daqueles que não eram capazes de lidar com o vírus de Covid-19 enquanto objeto real, oferecendo uma falsa comunicação verbal e corporal, de que a vida sem esse mal altamente letal era a realidade, visão que compartilhava com os que o seguiam. Todas as condutas dele foram tangenciadas por uma postura de homem religioso e de bem, utilizando-se como recurso a sua esposa Michele Bolsonaro, promovendo, assim, uma imagem de homem confiável, a favor da família tradicional brasileira, mesmo que tenha sido casado algumas outras vezes. Então, unificou-se numa mesma figura o papel de herói que afirmava não ser necessário ter medo do vírus, o qual ocupava o lugar no nosso simbólico do infamiliar que tantos evitam encontrar, já que, supostamente, se tratava de mais uma gripezinha tão familiar a nós, concomitantemente o papel de pai e chefe de família, ao andar sempre com, ao menos, um dos filhos ao seu lado, num país cuja ausência das figuras paternas ocupam um registro real e simbólico na vida de tantos brasileiros. Quanto aos efeitos psicossociais provocados a partir desses movimentos, Winnicott (1950/1996) afirma que “[...] na história de todo indivíduo existe o fenômeno de pai-filho. Ainda que na vida política democrática madura os eleitores presumivelmente sejam seres humanos maduros, não se pode supor que não haja lugar para um resíduo da relação pai-filho, com vantagens óbvias” (p. 200).

O papel de paternidade do ex-presidente ficou em evidência durante todo o seu mandato e, não por acaso, muitas foram as vezes que escutei de analisandos que eram seus apoiadores que ele lembrava a eles dos seus pais e que muito do que dizia apontava mais para uma questão geracional, em que atitudes machistas, racistas e misóginas eram naturalizadas. Assim, passou a ser visto como figura mal-compreendida, que garantiu uma licença poética para reproduzir falas nefastas antes e, ainda pior, durante a pandemia de Covid-19 — tais quais as descritas no Capítulo 2 — e ainda assim manter seus seguidores fiéis. Adorno (1955) afirma que uma vez que seria impossível para o fascismo ganhar as massas por meio da apresentação dos reais ideais, conduz a sua propaganda não pela via do discurso, mas orientada psicologicamente por meio da mobilização de processos racionais, inconscientes e regressivos.

Assim, um líder fascista não garante seguidores por causa dos seus ideais, mas pelo afeto que desperta em indivíduos imaturos, sobretudo naqueles que são pró-sociedade e anti-

indivíduos, fazendo surgir um laço social de lealdade ao outro destituído de criticidade. No Capítulo 3, ao escrever sobre a independência relativa, citei o ciclo que ocorre ao final da infância, que diz respeito à conquista da capacidade de se manter leal a si e a seus desejos, princípios e ideais, mesmo que, para isso, fosse necessário ser desleal a um outro pelo qual nutre profundo amor, isto, numa relação democrática e madura. Já em uma relação cuja figura de suposto cuidado é fascista, não há o fomento de espaços para o diálogo e, portanto, para o antagonismo, não pela via que foi integrada culturalmente do silenciamento, mas, sim, da exclusão.

A experiência pandêmica exigiu das pessoas democráticas e com capacidade de concernimento muito esforço, no que diz respeito à capacidade de sustentar a posição de *out-group* da liderança fascista, pois esta fomentava uma série de outras exclusões da vida de pessoas que muitas vezes tinham ajudado a escrever as suas próprias histórias e a inscrever registros simbólicos importantes de suas vidas. Percebam que aquilo que foi proposto não disse respeito ao manejo saudável do antagonismo, mas da polarização das diferenças, do diferente. Dessa forma, houve um fenômeno social que, a meu ver, ainda está em inscrição, que está para além do vírus de Covid-19 em si, mas que diz respeito ao que se desdobrou a partir da fragilização dos eixos democráticos que foram construídos e estabelecidos enquanto estruturação governamental. O movimento de cunho fascista promovido pelo ex-presidente desmantelou as forças inconscientes que mantinham os antissociais, os antissociais ocultos e os indefinidos em uma posição razoavelmente civilizada, ao converter o certo em errado, e o errado, em certo, o que acarretou uma impossibilidade de convívio entre as diferenças e uma segregação factual entre dois polos de pessoas — os *in-group* e os *out-group*.

A sua postura anárquica abriu uma fenda naqueles ideais e interditos que mantinham a máquina democrática funcionando, com atitudes que percorriam desde o uso de palavras chulas e preconceituosas ao desrespeito frequentemente disparado contra os jornalistas, que são um elo democrático importante para uma sociedade. Para compreender do que se tratou esse movimento, vou tomar de empréstimo novamente uma citação de Adorno (1955), quando afirma: “Como uma rebelião contra a civilização, o fascismo não é simplesmente a recorrência do arcaico, mas sua reprodução na e pela civilização” (s. n.). O desrespeito a regras, normas sociais e sanitárias, quando realizado pelo representante maior da nação, fomenta a inscrição de novas normas subversivas civilizatórias, exigindo dos mais saudáveis um grande esforço mental e psicossomático para a manutenção subjetiva da capacidade de

viver uma experiência verdadeira de *Self* e, ainda assim, manter a sua parcela de contribuição em favor da sociedade. Não por acaso, foram muitos os relatos, por parte dos analisados mais saudáveis, de uma sensação de grande cansaço, sobretudo durante a pandemia, que foi o período em que os embates políticos ficaram mais acalorados e polarizados.

Bolsonaro, como líder imaturo, inscreveu na história do Brasil uma fragilização de fronteiras que foram construídas às custas de muito esforço ao longo de muito tempo, e a pandemia de Covid-19 foi vivida com base nesse mesmo operador anárquico, em que um problema sanitário grave sem precedentes, em muitos momentos ficou em segundo plano, ao ser sobreposto a questões ideológicas e políticas. Assim, em vez de receber o colo maduro por parte do Estado, que promoveria o encontro dos indivíduos com a realidade compartilhada da pandemia e com as formas de manejar esse mal que se impôs a nós, o ex-presidente promoveu uma disseminação discursiva e comportamental de apagamento do real através do fomento de uma irrealidade, que promoveu uma cisão do real. E esse cisma da realidade promoveu a separação do povo através de um recurso de grande potencial desorganizador da sociedade, uma vez que, ao acompanharmos eram estimulados em eventos sociais a entrarem em posição de negação quanto a existência de um vírus que se apresentava através da inscrição real nos hospitais, assim como, em paralelo, seus eleitores eram incentivados a irem aos mesmos hospitais, para constatarem a suposta falsa realidade transmitida pelos telejornais, por se tratar, segundo esses pressupostos, de imagens mentirosas — era como se uma realidade paralela estivesse se inscrevendo.

Diante desses disparates, as pessoas mais saudáveis mantiveram sua capacidade de lidar com o conflito a partir de uma verdadeira experiência de *Self* e, assim, foram capazes de se indignar, de se deprimir e até de viver, momentaneamente, a ausência de esperança. Por outro lado, os indivíduos imaturos, que são os antissociais e os pró-sociedade e os anti-indivíduos, estes se misturaram e promoveram condutas de caráter desastroso e até criminoso, cuja culminância foi a invasão da Praça dos Três Poderes, em Brasília.

Ao pensar na democracia num contexto de guerra, Winnicott (1950/1996) analisa:

Pode ser que quando uma guerra tenha perturbado uma democracia, o melhor que se tem a dizer é que naquele momento a democracia acabou, e aqueles que gostam desse modo de vida vão ter que começar de novo, lutando dentro do grupo para o restabelecimento da máquina democrática, depois que o conflito externo tenha terminado (p. 203).

Apesar de não termos vivido uma guerra propriamente dita, acredito, e, por isso, tenho sustentado a defesa de que, assim como a Primeira Guerra Mundial o foi com relação ao século XX, a pandemia de Covid-19 foi o ato inaugural do século XXI, de modo que transformações dos eixos democráticos eram não apenas esperados como previsíveis. Como agravante, países como o Brasil, cuja gestão foi não apenas falha, mas criminosa, sofreram quebras profundas que tinham relação com a fragilização da percepção de uma realidade que já estava sendo difícil demais de acessar. No nosso país em específico, acredito que vivemos anos críticos referentes à manutenção da máquina democrática, mas a luta dos mais saudáveis não nos permitiu sucumbir por completo enquanto país democrático, laico e de referência na adesão às vacinas. No entanto, o que venho percebendo, a partir do meu ofício de analista, é que são essas as pessoas que estão demandando mais cuidados agora. Muitos têm sido os sinais na psicossoma através de uma fragilização dos corpos, que têm adoecido com mais frequência, pela angústia decorrente do encontro com o real que há dentro deles e fora deles, bem como do cansaço pós-guerra ideológica em favor da democracia, que segue em inscrição.

4.2 O mal-estar covidiano: memórias clínicas e análises sobre as formas de viver e sentir o mal-estar a partir da pandemia

No início do presente capítulo, discorri um pouco sobre quão desafiador foi para mim sustentar a posição de analista na modalidade *on-line*. De fato, para tal, foi necessária a travessia de um longo percurso, no qual me deparei com a necessidade de mudar alguns conceitos, que, até então, serviram de referência e, portanto, de base para a minha formação e atuação profissional na clínica. Diante da impossibilidade de manter as sessões presenciais, confrontei-me com uma questão fundamental que rege a teoria winnicottiana, que é a capacidade materna de adaptação às necessidades do seu bebê. Dessa vez, a teoria que já vinha sendo aplicada por mim há anos serviu-me como dispositivo de análise, em que os polos norteadores da decisão que tomaria naquele momento apontavam para o desamparo da interrupção dos processos ou para a adaptação, para continuar sendo presente na vida dos meus pacientes, que, assim como eu, já estavam experimentando o impacto da de-privação (Winnicott, 1956/2000) decorrente da necessidade do isolamento social. Optei por permanecer, a fim de que algo, para eles e para mim também, pudesse apenas “seguir sendo” (Winnicott, 1957/1977).

A verdade é que a pandemia, como ato inaugural do século XXI, nos lançou em outras coordenadas dos eixos civilizatórios que nos foram basais, como afirma Birman (2021), inclusive no que diz respeito ao fazer clínico. Ainda nos momentos iniciais dos meus atendimentos *on-line*, pude, de fato, compreender, a partir do contexto de colapso social que vivíamos, que a oferta da adaptação às necessidades do outro carrega em seu significante uma grande potência na sustentação dos vínculos, da relação transferencial e do desejo por manter a escuta de si e do estranho que nos habita, sendo esta última a tarefa que percebi ter sido a mais difícil de ser sustentada, sobretudo nos períodos de picos de contaminação. Ao longo desses quatro anos de atendimento apenas *on-line*, o que venho percebendo é que essa é uma modalidade de análise que funciona, mas não para todos, assim como em quase todas as outras experiências das nossas vidas. Os pacientes que acompanho — alguns iniciaram antes da pandemia, quando ainda atendia apenas presencialmente, e outros deram início às suas análises durante ou após o período pandêmico, apenas remotamente — vêm construindo junto a mim alguns caminhos para que seja possível a sustentação criativa do desejo de manter o processo de análise no qual ocupo a função de analista por meio da transferência estabelecida.

Nessas vias criativas, descobrimos e construímos o que, para mim, vem sendo o real significante do divã, que, longe de estar alojado em um móvel específico, consiste na conquista da capacidade de estar só na presença de um outro que está ali atento às suas necessidades, ofertando o *holding* por meio do manejo do cuidado ético e comprometido, em que sua presença total é dada de modo simbólico e para além da representação física de um corpo inteiro. De forma prática, passei a utilizar a escrita durante as sessões como método que retira a obrigatoriedade do encontro dos olhares — peculiar às chamadas de vídeo — e que, ao mesmo tempo, possibilita aos pacientes convocarem o meu olhar sempre que precisarem ou desejarem. Também faço uso dessa liberdade de encontrá-los com o meu olhar, quando sinto que esse é o manejo silencioso de que precisam.

A análise *on-line* não é o meu objeto de estudo, portanto, não pretendo aqui me aprofundar em uma discussão sobre as várias nuances que envolvem essa prática. No entanto, entendo que uma breve consideração é necessária, uma vez que essa modalidade de atendimento foi um símbolo da presença do Covid-19 nos processos de análise. Ao passo que a suspensão das sessões presenciais se tratou de uma medida que visava minimizar a possibilidade de ter o vírus como intruso nos atendimentos, o uso das plataformas virtuais

denunciava a sua presença a cada encontro, atuando como uma espécie de furo que nos impunha o real enquanto impeditivo da presença física. O vírus de Covid-19 estava presente, simbolicamente, através do esforço por manter os processos, as relações transferenciais e tudo mais que cabe numa sustentação de análise — já tão difícil em sua natureza.

É certo que a ausência da presença física e suas bordas²⁷ não se tornam invisíveis ao validarmos a análise *on-line*. O que ocorre é que as perdas são reconhecidas e escolhemos bancá-las em prol de algo bem mais potente do que a falta, que é o desejo de viver a experiência primária de adaptação, tenha sido ela falha, ou não, para que a relação entre analista e analisando possa existir. Quando há o estabelecimento da relação transferencial, a análise acontece, não independentemente de, mas apesar de.

Pretendo compartilhar, nesta última seção, minhas memórias clínicas, que nos conduzirão para as impressões que tive ao acompanhar meus pacientes ao longo de todo o período pandêmico pré-vacina, pós-vacina e também de pós-pandemia. Acredito que há uma grande riqueza no exercício do compartilhamento clínico, primeiro porque nos retira, em alguma dimensão, da posição solitária que é a escuta clínica, e nos põe em contato com uma realidade compartilhada, composta por encontros e desencontros, achados e perdidos, disso que nos compõe enquanto indivíduos, que são sobremaneira os nossos afetos e o destino que damos a eles. Em segundo plano, mas igualmente importante, acredito que nós, profissionais de saúde mental, ocupamos um lugar privilegiado, no sentido de termos acesso à realidade subjetiva dos indivíduos, que, em sua maioria, não é colocada da mesma forma em suas vidas sociais. Estar nessa posição viabiliza a possibilidade de construção de uma análise não apenas da psiquê dos indivíduos, mas da sociedade que é composta por esses indivíduos. Quanto a isso, ao escrever sobre a sua concepção sobre democracia, Winnicott (1950/1996) afirma: “Como se pode estudar o desenvolvimento emocional da sociedade? Tal estado precisa ser relacionado ao estudo do indivíduo, e os dois estudos precisam ser feitos simultaneamente” (p. 191). Fiquemos, então, com alguns fragmentos das minhas memórias clínicas, que foram vividas não sem dor, mas da forma mais inteira que me foi possível.

4.2.1 Memórias clínicas: sintomas, transformações e representações subjetivas

²⁷ Chamo de *borda* todo o entorno dos atendimentos presenciais, que inclui desde os cheiros, os movimentos, a presença das caixinhas de lenço e rituais de espera na recepção, até o reconhecimento e sustentação do próprio desejo por manter sua análise, quando há o esforço do deslocamento entre um lugar outro e o encontro com seu analista.

Durante todo o período pandêmico, fui surpreendida por um silenciamento quase coletivo já nas primeiras sessões adaptadas para a modalidade *on-line*, acerca da existência do novo coronavírus. É interessante que o próprio atendimento virtual enquanto dispositivo de denúncia para a catástrofe tão grave que vivíamos também foi silenciado pela via discursiva, não sendo sequer mencionada e assim nomeada enquanto experiência compartilhada de algo que era e deixou de ser, de modo que, na maioria dos casos, apresentava-se na forma de símbolos — de realidade e de união — que, comumente, eram traduzidos a cada início de sessão pela questão: “Você consegue me escutar?”.

Lembro-me, muito nitidamente, que, nos primeiros meses, fui tomada, de modo recorrente, por uma sensação de grande desamparo após alguns atendimentos, fenômeno que foi me chamando a atenção à medida que se tornava mais comum, sobretudo após algumas sessões cuja suposta felicidade por estar em casa e o silenciamento do traumático ficavam mais em evidência. Essa foi a questão que mais permeou minhas sessões de supervisão durante esse período inicial, pois precisei de tempo para acessar aquilo que estava sendo comunicado pela via da transferência e que apontava para os sinais não ditos do traumático. Após um processo de elaboração da minha própria angústia, compreendi que a pergunta inaugural, que passou a ser de praxe a cada sessão, já se apresentara como uma questão de análise que apontava para uma condição de desamparo: Você consegue me escutar... para além daquilo que consigo por hora acessar? Você consegue me escutar... estando também em sofrimento? Você consegue me escutar... mesmo sem que saibamos do que se trata tudo isso que nos é desconhecido?

Para estabelecer uma análise a respeito do silêncio enquanto representação subjetiva do desamparo, gostaria de me ancorar no apontamento feito por Birman (2020) no que diz respeito à defesa de que a pandemia de Covid-19 foi o ato inaugural do século XXI, por ter promovido uma suspensão da vida de forma geral e irrestrita. O que pude identificar, em concordância com o autor, foi que a pandemia, enquanto acontecimento total, trouxe uma especificidade nesse evento traumático, pois não se tratou de uma experiência puramente de intrusão ou falta em um determinado núcleo das nossas vidas, mas, sim, de uma suspensão do senso total de familiaridade frente ao mundo ao qual fomos introduzidos e que firmamos nossas bases de socialização. Antes de prosseguir, é importante lembrar que, para a psicanálise winnicottiana, a Teoria do Amadurecimento nos serve de protótipo para a compreensão acerca da posição existencial dos analisandos, de modo que, quando estudamos

sobre o desenvolvimento de bebês, estamos também estudando sobre pessoas adultas, cujos núcleos primitivos permaneceram imaturos.

Winnicott (1969/1996) afirma que a integração em uma unidade não nos garante a ausência de conflitos e a possibilidade de regredirmos maturacionalmente diante de um evento traumático. Dito isso, acredito que, diante da suspensão da noção de ambiente que nos era familiar, vivemos também uma espécie de suspensão temporária das nossas conquistas maturacionais, no que concerne à capacidade de lidar, de modo não traumático, com a realidade objetivamente percebida, vivência que se deu em conformidade com a nossa organização psíquica. Percebi que alguns poucos indivíduos mais saudáveis conseguiram sustentar a capacidade de viver uma verdadeira experiência de *Self* diante da realidade catastrófica que se impunha diante de nós, mesmo que esse encontro tenha sido pela via do reconhecimento do trauma. Alguns outros, que, na minha prática clínica foram em maior número, negaram a realidade pela via do silenciamento como instrumento de fuga de um contexto tão chocante.

Parece-me que houve um fenômeno comum de transformação no significante do ficar em casa enquanto imperativo para a manutenção da vida, em uma espécie de fantasia cuja analogia mais próxima que me ocorre fazer uso seriam as experiências de férias, significante de suspensão da vida citadina movida pelo desejo de viver uma vida que, momentaneamente, se aloja num “entre espaços”, composto, simultaneamente, por um viver permeado por componentes de fantasia e realidade. Assim, percebi como elemento comum uma adaptação excessiva por fazer daquela vivência catastrófica humanitária uma experiência de prazer e bem-estar, expressos pelo silenciamento da realidade externa aos lares concomitante à pressa pelo sentir-se bem por estar em casa.

Como desdobramento, constatei como fenômeno comum a busca pelo alívio para o sofrimento ainda latente através das reformas das moradias, experiência tão simbólica que me apontou para uma necessidade não integrada de falar sobre as mudanças que estávamos vivendo sem acessar o conteúdo traumático em si. Com o congelamento dos afetos frente ao traumático, criou-se uma espécie de “via do possível”, em que se fez uso do potencial criativo por meio das transformações que buscaram viver em seus próprios lares. Assim, foi possível falar sobre algumas questões importantes que permearam esse “entre espaços”, como a frustração, o imprevisível tão comum às mudanças, a produção do susto como efeito, o desalojamento dos espaços, a sujeira com a necessidade de limpar e o cansaço.

Concomitantemente, acompanhei o surgimento do que, para mim, tem sido a grande questão da atualidade, que são as reconfigurações da manutenção dos laços sociais, que parece ter se iniciado como efeito do isolamento social.

Para analisarmos essa questão, é coerente lembrarmos que, no Brasil, até o surgimento do novo coronavírus, as práticas afetivas e os modos de sustentação dos vínculos e laços sociais tinham suas bases firmadas na permanência, mesmo que, para isso, muito custasse aos indivíduos. Recordo-me que, antes da pandemia, esse era um dos disparadores costumários na clínica para muitos quadros de angústia, depressão e, inclusive, ideação suicida — a pouca familiaridade com o manejo do não, com a sensação de naturalidade frente à comunicação ao outro a respeito das bordas que compõem nossa existência subjetiva e com o manejo saudável dos fins. Muitas vezes, estas se tratavam de questões latentes que sequer alcançavam o estado da consciência, demandando um manejo clínico bastante cuidadoso e delicado, que visava facilitar os processos de integração dos afetos que se apresentavam de modo tão defendido e, portanto, cindido. Assim, até esse momento, os conflitos eram comumente vividos a partir de uma grande fragilização no manejo dos instintos agressivos, que, para Winnicott (1950/2000), é o principal propulsor para a vida. Em termos de sintomas e representações subjetivas, nesse contexto cultural pré-pandêmico, a via de destino mais comum para a agressividade era mantê-la dentro realidade interna, mesmo que, para isso, houvesse o adoecimento da psicossoma e, em alguns casos, a sensação de que acabar consigo era mais tolerável do que reconhecer e bancar o desejo pelo término daquilo que lhe era externo e simbolicamente não coubesse mais.

Com o isolamento social, sobretudo no período pré-vacina, tornou-se bastante frequente ouvir relatos acerca de um suposto alívio pela necessidade de permanecerem em casa. Parece-me que o sentido para essa suposta posição existencial apenas pôde ser encontrada e alojada com o deslizamento temporal para o período pós-vacina. A princípio, o que chegava à consciência e foi trazido discursivamente disse respeito à sensação de bem-estar associada a fatores periféricos, como, por exemplo, a não necessidade de se deslocarem de suas casas para outros espaços, o que permitiu-lhes ter mais tempo de sono ou fazer todas as refeições em casa. Obviamente, esses eram dados de realidade importantes e que tinham grande potencial para serem geradores de alívio. No entanto, não era só disso que estávamos falando. Gradualmente, essas sensações foram sendo refinadas e tornaram-se questões de análise, sobretudo quando houve a liberação por parte da OMS para que pequenos encontros

sociais acontecessem. Foi interessante acompanhar como fenômeno na minha clínica o princípio da realidade como dispositivo para o encontro de uma realidade subjetiva há muito negligenciada. Refiro-me à questão disparadora tão comum diante da decisão de ir, ou não, aos encontros sociais, que foi a ponderação suposta ter sido calcada no padrão de cuidados sanitários que aquele outro tinha com relação ao Covid-19 e não no próprio desejo.

Como discuti ao longo de todo o ensaio, a apreciação da realidade durante o período pandêmico no Brasil sofreu um grave abalo em virtude da disseminação das *fake news*, vírus social reproduzido e fortalecido pelo então presidente da República, fator que ampliou ainda mais o potencial destrutivo das mentiras disseminadas. Assim, o que deveria ter sido uma ponderação pontual quanto ao desejo, ou não, de retornar aos eventos sociais, passou a ter uma crescente de questões outras que apontavam para algo muito caro no que diz respeito ao funcionamento saudável de uma sociedade, que são os eixos civilizatórios. Assim, o encontro do querer estar perto ou longe foi sendo permeado por outros pontos que formaram uma espécie de teia entre o concreto e o simbólico, enodamento tão difícil de desemaranhar que se mantém até os dias atuais. A construção de uma falsa realidade paralela criou no tronco pandêmico uma vastidão de galhos, cada um representado por uma questão cuja semente até então familiar, que seriam os eixos civilizatórios, passou a ser sentida como desconhecida. O uso, ou não, da máscara; tomar, ou não, a vacina; o vírus existir, ou não; ser bolsonarista ou lulista - polarizações que apontaram para uma oposição cuja via para a coabitação enquanto alteridade, a meu ver, ainda não foi possível. Winnicott (1964/1996) afirma que:

Em todas as localidades (psíquicas) existe uma questão política como pano de fundo, e a solução temporária para essa questão, que envolve guerra e guerra civil, é a base para os momentos de paz e aquisição cultural. Isso é o mesmo que o fato bem reconhecido de que existem condições especiais que fazem de uma ilha (se ela não for muito grande) um lugar em que se pode praticar a paz. Em outras palavras, se uma comunidade não é uma ilha, ela tem fronteiras e há um estado de tensão nessas fronteiras. O comportamento das pessoas que estão tanto de um lado da fronteira como do outro determina a vida do povo, e aqui fica de novo imediatamente claro o quanto é produtivo tolerar o antagonismo sem que se negue o antagonismo em si. Ao mesmo tempo, a tolerância do antagonismo é a coisa mais difícil de se conseguir em política (p. 177-178).

Gostaria de destacar alguns pontos do recorte apresentado, tomando como linha temporal dois momentos do Brasil: antes da pandemia de Covid-19 e o momento atual, pós-pandêmico. Culturalmente, nosso país não fomentou uma construção subjetiva tendo a ilha como analogia. Ao contrário, nossas bases de socialização foram firmadas tendo como aspecto comum o convívio em comunidade, de modo que as fronteiras das alteridades existiam. No entanto, ao longo da minha prática clínica, fui percebendo que essas tensões a

que Winnicott (1964/1996) se refere tendiam a um silenciamento cultural, e, ao que parece, não fomos autorizados enquanto sociedade a lidar com elas enquanto elemento natural. Isso nos levou a sustentarmos como sintoma social a negação do antagonismo, e, a meu ver, até o acontecimento pandêmico, foi um dos principais sustentadores dos nossos laços e acordos sociais.

Porém, pelo fato de o caráter traumático da pandemia no Brasil ter apontado para a dimensão da descontinuidade do ser — individual e coletivo — em paralelo com o fomento da cisão na apreciação da realidade, houve um desmantelamento das organizações defensivas que sustentavam a negação das diferenças enquanto pilar dos acordos civilizatórios no nosso país. O que percebi na clínica, sobretudo no período pré-vacina, foi um movimento de explosão dos instintos agressivos até então pouco manejados, quando os indivíduos foram expostos à inevitabilidade do acesso ao diferente enquanto objeto objetivamente e subjetivamente percebido, em uma situação tão extrema e sem precedentes. De uma só vez, questões de ordem moral, ética, política e religiosa foram postas à mostra, desorganizando tudo o que tínhamos de referência anterior. Com isso, o sentido de permanência mudou e, a meu ver, segue em transformação, pelo fato de que o trauma covidiano promoveu uma alternância de conduta social, em que o imperativo do desejo passou a ser mais acessado. O desejo suposto, até então tão velado e lançado em moldes “recatados e do lar”, pouco tocado e penosamente encarado de frente, parece que vem pleiteando por mais espaço na gangorra civilizatória a partir das repressões incessantes impostas pelo vírus de Covid-19 associado à catastrófica gestão da crise.

Assim, um fenômeno bastante comum foi a ruptura, a princípio com pessoas, seguido de instituições e convicções. Ao menos em meu percurso profissional, esse tem sido um registro inaugural em que analisandos se autorizaram a repensar, sem tanta exigência da moralidade, o que construíram de familiar em suas vidas em termos de visão de mundo e, por conseguinte, de vínculos afetivos e laços sociais, para decidirem o que iria ser a partir dali. Esse movimento se deu quando esses indivíduos se depararam com o infamiliar — até então negado — vindo do familiar. Aos poucos, os analisandos foram se dando conta de que muito do que fora construído em suas vidas, até então, se deu a partir de uma percepção quase puramente subjetiva, em que os sintomas psíquicos foram os imperativos da decisão por permanência. Com a experiência da pandemia, algumas condutas éticas e morais tornaram-se evidentes e, diante do cenário vivido, o recurso defensivo de percepção do outro pelo viés

predominantemente subjetivo, com pouca ponderação nos dados de realidade, tornou-se insustentável, de modo que muitos sentiram que foram introduzidos abruptamente na realidade objetiva no que diz respeito a quais eram as verdadeiras personalidades daquelas pessoas, muitas vezes tão próximas a eles, como amigos de infância e familiares próximos. Essas diferenças produziram como efeito inicial uma raiva intensa externalizada pela via das discussões — sobretudo virtuais — acaloradas, indicando-me a presença de um movimento mais instintual do que elaborativo. À medida que o tempo foi passando e as diferenças foram sendo sustentadas, percebo que o susto inicial deu lugar a uma elaboração que os conduziu às suas realidades internas, fomentando questões de grande riqueza para um processo de análise: o que me permitiu estabelecer relações tão íntimas e longas com essas pessoas; o que me faz sentido hoje, depois da catástrofe vivida; e o que desejo fazer com relação a isso.

Questões referentes ao contexto do vírus serviram de disparadores para outros conteúdos que eram silenciados, como o resgate do direito quanto ao que fazer com os seus próprios corpos. Apesar de pouco falado pela via discursiva, percebo que algo do caráter infamiliar do Covid-19 viabilizou, sobretudo no período pós-vacina, que alguns analisando conseguissem acessar ao infamiliar que os habita com menos resistência e defesas. Questões referentes à sexualidade e à estética foram, aos poucos, tornando-se emergentes e, de modo interessante, foram reconhecidas, assumidas e bancadas — não sem dores, mas apesar delas. Com o fim da pandemia, percebo que alguns indivíduos, que viveram rupturas importantes, passaram do estágio de euforia inerente à posição muitas vezes inaugural de existir de modo autoral, para uma posição de encontro com a falta que acompanha a sustentação dos desejos.

Dessa forma, o que tem sido apresentado na atualidade são as sensações de vazio e solidão associadas ao que não foi percebido por tanto tempo no que diz respeito às escolhas que foram realizadas e, muitas vezes, que serviram de base para dimensões de vida importantes, tanto em espaço quanto em profundidade ocupados. Isto porque, ao que parece, à medida que os processos elaborativos vêm avançando, esses indivíduos têm atravessado um reposicionamento existencial que trabalha em favor de um Eu mais amadurecido e capaz de construir uma interrelação entre o objeto subjetivamente percebido e o objeto objetivamente percebido. Assim, estão percebendo no outro — tão familiar — a presença de valores éticos, morais e políticos tão familiares e distantes daquilo que compõe suas visões de mundo. Apesar da dor, percebo que há algo de belo nesse processo, que diz respeito à descoberta de que num Eu integrado, composto de bordas e formatos regidos por um *Self* central, em que,

no espaço de dentro da vida, não cabem todos, mas somente aquilo que for suficientemente bom.

Retomando a citação de Winnicott (1964/1996), ele cita o fato de a tolerância ao antagonismo ser uma via produtiva para um povo, não negando o quão difícil ela é, mas supondo que, se conquistada, pode produzir como efeito uma aquisição cultural. Particularmente, gosto bastante dessa perspectiva, porque ela me aponta para o cerne do que me propus a estudar no presente ensaio, que foi analisar o mal-estar a partir da pandemia de Covid-19, no sentido dos destinos que passamos a dar a ele. Sobretudo por termos aprendido a construir os laços sociais com base em noções de amor e alteridade fundamentados no apagamento do antagonismo, viver a pandemia a partir de uma gestão tão nefasta, cujo principal objetivo pareceu ser o de promover uma cisão no povo e do povo, a meu ver, nos têm feito viver a experiência do mal-estar de um modo diferente ao que nos era familiar desde as gerações que nos precederam.

A necessidade de suspender hábitos, práticas e costumes nos levou ao limite da tolerância da repressão, de modo que a relação entre reprimir as pulsões, para manter uma sociedade civilizada, adentrou uma outra lógica de funcionamento, na qual houve um reposicionamento das medidas que filtravam o quanto estávamos dispostos a reprimir para pertencer. Porém, a partir do que vem se apresentando na clínica, acredito que essa transformação tem um potencial de gerar uma aquisição cultural, em termos dos modos como encontramos e manejamos o desejo e, por consequência, os sentidos que damos à alteridade. O silenciamento das diferenças esteve presente em nossas raízes, quando houve a invasão portuguesa em nosso território e a forçada sobreposição de uma cultura frente às práticas originárias. No entanto, venho percebendo que o fato de termos vivido uma descontinuidade momentânea da vida tem produzido ecos nos modos de atribuição de sentidos, bem como dos destinos dados, sobretudo, às diferenças e aos laços sociais, sendo esse o motivo principal que suponho existir um mal-estar covidiano, ou seja, uma travessia nas formas de sentir e viver o mal-estar a partir da pandemia do novo coronavírus.

Com esses movimentos e deslocamentos subjetivos, venho percebendo como sintoma bastante comum o cansaço, sobretudo vindo de indivíduos com um Eu mais maduro, cuja capacidade de viver democraticamente fora conquistada. Esses foram os que viveram a pandemia a partir de uma verdadeira experiência de *Self*, acompanhando a catástrofe sanitária e não a negando. Junto ao cansaço, uma grande sonolência que fazia com que eles, muitas

vezes, tivessem dificuldade para executar suas funções da vida que seguiu, apesar de a mesma ter entrado em suspensão. Parece-me que esse sintoma aponta para o que Winnicott (1957/1977) discorre sobre os estados de solidão essencial e de excitação, já descritos no Capítulo 3 da presente dissertação. Percebi que, enquanto protótipo, a posição de excitação compatível com estar acordado em contato com uma realidade tão difícil e intrusiva — uma vez que fomos forçados a viver uma vida não desejada —, sobretudo nos períodos mais graves da crise sanitária, colocou alguns indivíduos em estado de grande esforço mental. Este consistiu na manutenção dos conflitos dentro das suas realidades psíquicas internas e não de forma cindida, fora delas, ocasionando uma disposição de ânimo depressivo, assemelhando-se a uma busca natural pelo descanso da função de integração. Quanto a isso, Winnicott (1965/1996) afirma:

Num extremo, a totalidade do conflito que o indivíduo pode conhecer é reunida na realidade psíquica interna pessoal. Assume-se a responsabilidade por tudo. Devido ao perigo que cada movimento representa, estabelece-se automaticamente controle sobre tudo. A disposição de ânimo, portanto, é a depressão (p. 176).

Tais conflitos são referentes à dinâmica dos elementos benignos e persecutórios, forças integrativas que estão diretamente relacionadas com a capacidade de lidar com a sua própria agressividade. Nesse momento, a análise teve papel fundamental na promoção de um alívio das tensões pela via da fala sobre a raiva que sentiam e dos destinos que não poderiam ser dados aos impulsos de ódio, uma vez que carregam consigo uma constituição suficientemente boa da moralidade enquanto experiência democrática de ser no mundo. Essa, a meu ver, foi uma posição de extrema exigência para esses indivíduos, sobretudo quando eram confrontados com a posição nefasta e tantalizadora do ex-presidente.

Quanto à instabilidade que ele causou, sobretudo no que diz respeito à cisão da apreciação da realidade compartilhada, outro fenômeno interessante comumente apresentado foi o sentimento de vergonha que alguns indivíduos relataram sentir com relação a terem medo do vírus de Covid-19. A partir das disseminações das *fake news*, houve um movimento social por parte dos negacionistas, de retaliação através da reprovação, da exclusão e do deboche para com os indivíduos que optavam por seguir as instruções da OMS e não as do ex-presidente Bolsonaro e de seu governo. Foi interessante perceber que, mesmo aqueles que estavam convictos das suas posições, se sentiram afetados pelas posturas negacionistas, ainda que não acreditassem nelas. Diante dessas representações subjetivas conflituosas, fiz uso, em alguns momentos, da comunicação do meu medo apresentando o próprio atendimento virtual

como evidência para esse dado de uma realidade que compartilhava com eles, com o objetivo de ser *holding* por meio do empréstimo de algo meu como ponto de sustentação para o que havia de brutalmente real e que estava sendo posto em xeque por parte da sociedade.

Ao longo do período pandêmico e a partir de algumas experiências clínicas, pude perceber que há uma distinção importante entre pessoas negacionistas e atitudes negacionistas realizadas por pessoas democráticas. Percebi essa distinção a partir da escuta de experiências em que pessoas contaminadas pelo novo coronavírus não mantiveram seus corpos em isolamento, ainda no período pré-vacina. Gostaria, inicialmente, de destacar que me propus a apresentar um modo de leitura construído sobretudo a partir da relação transferencial com os meus analisandos, mas, caso fosse ampliado para uma análise mais teórica — o que não é o meu objetivo —, certamente haveria outras formas de ver e sentir esse fenômeno tão delicado e complexo. Também é importante dividir que o estado de calamidade sanitária revelada pelos altos índices de contaminação e morte no nosso país me mobilizou muita angústia, posição que me comunicava sobre preocupações com relação a mim, aos meus e à humanidade. Assim, ouvir sobre descuidos importantes referentes aos cuidados sanitários me mobilizava muitos afetos, e foi esse remexido interno tão intenso que me convocou a estudar sobre esse fenômeno intersubjetivo que se apresentava diante de mim. Com isso, identifiquei dois grupos cujas vertentes de fomento para tais atitudes estão em associação com a organização psíquica desses indivíduos e com as vias de destino que cada um consegue dar para as faltas. O elemento comum que ponho em destaque, *a priori*, é que ambos os grupos foram compostos por indivíduos que possuíam elementos esquizoides ocultos em personalidades não psicóticas (Winnicott, 1962/2007).

No primeiro grupo, estão as pessoas que foram acometidas por lapsos de memória que me comunicaram sobre o caráter traumático das suas experiências subjetivas frente à contaminação de um vírus letal, que, é importante lembrar, na época ainda não havia tratamento ou vacina. Como foi trabalhado no Capítulo 3 deste ensaio, a experiência do trauma leva o sujeito a uma organização defensiva cujo caráter tem relação com alguns fatores subjetivos e também externos à psicossoma. Esses processos de esquecimento quanto à condição do próprio corpo foram uma vida de comunicação sobre uma não capacidade de sustentar o caráter de realidade da experiência de contaminação, levando a uma espécie de cisão temporária da psiquê e do soma, dimensão que perdeu, momentaneamente, o senso de realidade. Assim, esquecer que um vírus altamente letal estava alojado em seus corpos foi o

efeito de um processo psicossomático anterior de apagamento desse corpo enquanto componente real constituinte de si.

Já o segundo grupo foi composto por pessoas cujo apagamento não foi do si mesmo, mas dos símbolos de união com o ambiente, que nos servem como dispositivo de sustentação da internalização da moralidade e, portanto, da capacidade de se preocupar com o outro. Assim, as expressões não foram de esquecimento da contaminação, mas de uma suspensão da capacidade de concernimento, ou seja, de acessar a gravidade da sua atitude para com o outro e de não se preocupar com o dano que estaria causando a vida de uma outra pessoa. Para construir esta leitura, foi essencial o fato de que já acompanhava esses indivíduos antes da experiência pandêmica, e, portanto, sabia que possuíam uma capacidade de estabelecer empatia com o próximo, mesmo com fragilidades que, por vezes, os fizessem experimentar uma sensação de objetificação diante do cuidado com o outro, decorrente dos núcleos psicóticos que os constituem. Com isso, o que gostaria de compartilhar é que mesmo alguns indivíduos não negacionistas, que acreditavam na capacidade destrutiva do vírus, que possuíam a capacidade crítica de avaliar a gestão da crise sanitária no Brasil como uma experiência nefasta e cruel, pelo caráter traumático da contaminação, tiveram atitudes negacionistas, cujo impacto social foi bem importante.

Já durante o período de retorno às atividades externas, percebi como sintoma bastante comum um sentimento quase coletivo nomeado como preguiça para se relacionar. Associo essa questão às transformações nas formas e nos sentidos que as relações sociais vêm assumindo, bem como a uma busca maior por um viver mais autêntico, menos regido pelo imperativo do fazer-se presente para ser lembrado e amado. Compreendo que, em meio a tantas rupturas e rearranjos, aquelas relações que permaneceram parecem ocupar, na vida atual dos indivíduos, uma posição de mais segurança para simplesmente ser, sem que seja necessário o uso tão recorrente do falso *Self* enquanto recurso para a evitação de desconfortos sociais.

Ainda nesse período, os retornos ao trabalho, à faculdade e à escola produziu como efeito uma sensação de desencaixe na dimensão da temporalidade decorrente do susto da separação abrupta, sem preparo ou possibilidade de despedida, que a maioria de nós viveu no início da pandemia. Ao se reencontrarem com esses espaços que precisaram ser abandonados, encontraram-se também com conteúdos mnêmicos que diziam respeito à experiência lírica construída a partir do relacionamento construído com os formatos, cheiros e cores dos espaços

antes ocupados e habitados. A partir desse reencontro, houve, para muitos, um processo de descongelamento de um luto não vivido pelo tempo da vida que ficou em suspenso e que não foi elaborado ou sequer acessado pela via discursiva. Sobretudo os indivíduos cujo manejo da agressividade era menos familiar e, portanto, mais fragilizado, a experiência do reencontro foi mais desorganizadora e de difícil sustentação, produzindo como efeito muito sofrimento associado a uma sensação de que não dariam conta de viver essa vida, que, mesmo sem motivo aparente, os fazia senti-la como pesada demais para suportar. Esse foi o período que considerei mais delicado e, por isso, que mais precisei sugerir o aumento nos números das sessões de análise. Fiz isso tendo em perspectiva um manejo do cuidado que pudesse facilitar o esvaziamento dos conteúdos de angústia, mas, sobretudo, como dispositivo que possibilitaria que recuperassem, por meio da experiência do encontro intersubjetivo transferencial, a experiência da capacidade de integração temporal e espacial.

Para finalizar, gostaria de compartilhar uma representação social e subjetiva, que é a pandemia enquanto referência temporal. Muito embora pareça um recurso simples, a sua natureza é de grande refinamento no que diz respeito à saúde dos indivíduos e da sociedade. Iniciei esta seção compartilhando que o silenciamento sobre a catástrofe que vivemos foi um símbolo social e histórico importante da pandemia de Covid-19 no Brasil. Quando esse acontecimento traumático começa a se deslocar da posição de desaparecer para aparecer pela via discursiva através de falas como “antes da pandemia, durante a pandemia ou depois da pandemia”, esse é um furo que, no contexto da análise, nos permite auxiliar os analisandos a falarem sobre o não dito, retomando o que foi vivido destituído de sentidos. As modificações na forma de viver o mal-estar podem passar despercebidas, se não tivermos nossos olhares sensíveis para essas transformações sutis. As crises costumam ter em seu caráter a suspensão de algo dentro e fora de nós, e a partir dessas experiências de descontinuidade, quando há algum amparo de cuidado, há também um encontro de partes de si que não puderam ser antes acessadas e, portanto, integradas. Nas suspensões, quando são vividas cercadas de amparo suficientemente bom, também é possível fazer uso da potência criativa para ampliar os sentidos daquilo que lhe causou dor. Porque, no sofrimento, há um pulsar incômodo de vida, que nos retira de uma posição de irrealidade e nos situa na realidade que pertence a um corpo que passa a ter formas, bordas, voz e vez. A dor é uma via também geradora de uma vida autêntica e, como Winnicott expressa, uma vida que vale a pena ser vivida. O trauma, não. Ele silencia partes da nossa existência que nos impedem de acessar o nosso Eu total, sendo, por

isso, o gerador de um Eu mutilado sustentador de sofrimentos que são destituídos de sentidos, e, portanto, de possibilidades de alívio.

O que me motivou a problematizar o mal-estar enquanto questão importante no atravessamento da pandemia foi, sobretudo, a minha vivência clínica, que me comunicou sobre o desamparo ter estado alojado não no vírus propriamente dito, mas na experiência de lidar com um vírus que estava sendo gerido por um “colo” imaturo. As questões que me foram apresentadas durante a pandemia de Covid-19 e após ter sido decretado o seu fim tinham relação direta com os efeitos da cisão nas pessoas e das pessoas, causada pela conduta negacionista autorizada e propagada em ampla escala pelo ex-presidente Bolsonaro. Esse modelo de gestão levou a nação a uma polarização, que se sustenta até os dias atuais, e que, a meu ver, precisaremos de muitos anos pela frente para que as mágoas, os traumas, os lutos e as quebras dos vínculos e dos laços sociais possam ser elaborados, se, com sorte, mantivermos no poder um modelo de governabilidade democrático. Só a partir daí, um a um, ao seu tempo, conseguirá encontrar uma via de destino para o vivido além do vírus, que possibilite uma experiência coletiva de aquisição cultural.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O vírus de Covid-19 produziu como efeito alguns desdobramentos que, em concordância com Birman (2021), dividiu-se em três pilares de análise: o vírus propriamente dito, a pandemia como uma problemática de dimensões amplas e as singularidades — dos corpos e da psiquê. A minha pesquisa consistiu no estudo do mal-estar a partir da experiência da pandemia de Covid-19 e de suas singularidades, não do vírus propriamente dito. Esse caminho foi sendo construído de modo muito orgânico, pois se deu a partir do que a vivência clínica vem me comunicando desde os anos da crise sanitária, até os dias atuais com o término da pandemia.

Desde a inserção do novo coronavírus na nossa realidade, fiz a escolha por dar continuidade aos atendimentos, mesmo que, para isso, precisasse me levar ao que considerava à época ser o extremo da adaptação pessoal e profissional. Atender, de modo virtual e em casa, demandou de mim a ampliação de várias fronteiras, que, cuidadosamente, foram sendo construídas ao longo dos 13 anos de prática que tinha naquele momento. De fato, foi um processo longo, bastante desafiador e algumas vezes difícil mesmo, mas que me permitiu viver uma experiência potente de escuta e manejo do cuidado que me convenceram que a

análise *on-line* é possível, não para todos, mas para alguns analisandos e alguns analistas, assim como quase tudo da vida.

Ao longo de toda a dissertação, a elaboração que busquei apresentar em forma de ensaio foi permeada pelo conhecimento teórico e pela prática clínica que venho construindo — hoje, há 17 anos — baseada na ética do manejo do cuidado, em que a interpretação faz parte do processo, mas não é o seu todo e, sim, uma parte da oferta dos cuidados que os analisandos precisam e nos comunicam muitas vezes pela via da transferência. Há de se considerar que pouquíssimo material acadêmico em psicanálise clínica em interjogo com a sua dimensão política foi produzido — que foram os meus pilares —, de modo que muito do que foi apresentado teve caráter opinativo, as discussões sendo construídas com ideias autorais a partir do que a prática clínica me comunicou. Esse é um caminho que fez sentido para mim, por estar em concordância com os grandes autores da psicanálise, quando estes defendem que a clínica é soberana no que diz respeito ao caminho possível para analisarmos os destinos que damos ao mal-estar. Como foi citado no Capítulo 4, Winnicott afirma que não haveria outro modo de compreender a sociedade sem entender e acessar os indivíduos que a compõem.

Dessa forma, a partir do meu ofício de psicanalista, venho percebendo, com ainda mais nitidez, que os efeitos produzidos pelo novo coronavírus não estão alojados nele propriamente dito. Ao que parece, na verdade ele foi o disparador, para que, em nosso país, alguns pilares que compunham nossas bases de socialização e nossos eixos civilizatórios sofressem um potente abalo ainda em inscrição nos indivíduos e na sociedade. Vivemos uma grave crise sanitária sem precedentes, considerando os avanços tecnológicos e a potência da globalização, que é uma parte importante da realidade que conhecemos. Essa condição, por si só, fomentou, na humanidade, um processo de regressão, sobretudo no período pré-vacina no mundo inteiro, em que o amparo por parte do Estado se fez uma necessidade de dimensão maior. No Brasil, além de não termos esse amparo, fomos conduzidos a uma posição de ainda maior vulnerabilidade, porque éramos diariamente convocados pelo ex-presidente da República a nos lançar em queda livre no desconhecido, amparados pelo discurso irresponsável e sem embasamento teológico de que apenas morreriam aqueles que Deus escolhesse.

O que venho defendendo ao longo da dissertação é que o desamparo foi resultado da conduta tantalizadora presente no modelo da gestão da crise sanitária realizada por causa do

vírus de Covid-19. A ética cruel e desumana do ex-presidente fomentou um fenômeno de cisão social expresso pela polarização de ideias e noções de moralidade. Como efeito psíquico, venho defendendo que os símbolos de união que nos conectavam com a realidade que conhecíamos até então foram fragilizados e, em algumas situações mais extremas, foram rompidos, sobretudo no que diz respeito à religião e à política. Estes, até o advento pandêmico, eram pilares cuja inscrição cultural era de evitação de discussões sobre qualquer tema que fizesse parte deles, e, a partir da máxima de que “política e religião não se discutem”, muitas relações foram estabelecidas e muitas decisões foram tomadas sobretudo no que diz respeito à escolha de qual religião seguir e pela obediência irrestrita às regras e condutas de vida que ditavam. Essa é uma problemática que, se fosse isolada — e não é, infelizmente — já adentraria uma dimensão de grandes proporções, pois tem relação com outros fatores civilizatórios importantes e estruturais que apontam para os modos de morrer e de viver, o totem e o tabu na constituição dos laços civilizatórios.

A política, que foi a outra dimensão afetada, sofreu um impacto cujo efeito foi, de fato, uma cisão, que tem ocasionado, nos indivíduos, uma destituição da posição do pensar criativo e autoral frente às suas próprias vidas bem como em relação à vida em sociedade. Dessa forma, estamos diante de um movimento em massa quase generalizado de repetição de um discurso e de práticas ideológicas compatíveis com uma posição — que é suposta — de esquerda ou de direita. E esse é um efeito social perigoso, porque diz respeito a uma paixão pela ignorância, pelo não pensar com criticidade sobre os regimentos das suas próprias vidas. Muito temos falado sobre a polarização da sociedade, fazendo referência a uma divisão política, mas acredito que ela está alojada no fato de que os dispositivos para a construção das opiniões individuais têm sido exclusivamente internos (como é o caso do sentimento de revolta pelo radicalismo proposto pela extrema direita atual do nosso país) ou exclusivamente externos, a partir do discurso vago e inconsistente dos representantes partidários. Ao longo deste ensaio, escrevi e inscrevi sobre a importância da inter-relação das realidades interna e externa, como via única para uma verdadeira experiência de *Self*. Uma base firmada num ideal polarizado tem poucas chances de promover uma vida que possa valer a pena ser vivida, porque é uma existência destituída da internalização de uma moralidade e de um ideal democrático suficientemente bons.

Retomando a problemática da descontinuidade da vida e da fragilização dos símbolos de união que nos conectavam as nossas realidades, o que busquei defender como ideia central

foi que, por não termos conseguido receber o amparo que nos era necessário no momento da crise sanitária, produzimos como efeito subjetivo uma experiência de transformação nas formas de sentir e viver o mal-estar. No Brasil, mesmo os não negacionistas precisaram lidar com o mundo irreal sugerido por Bolsonaro a partir da disseminação das *fake news*, quando, por exemplo, ligávamos a televisão e assistíamos aos pronunciamentos nefastos e mentirosos do ex-presidente e dos ministros da saúde que sucederam Mandetta, ou quando deixamos de ter acesso, nos telejornais públicos, aos dados oficiais do Ministério da Saúde sobre o panorama de Covid-19 no nosso país.

É importante destacar que a televisão aberta foi, sobretudo nos períodos de *lockdown*, que, sabiamente, foram decretados pelos representantes de alguns estados do Brasil, o único símbolo de união que nos ligou ao mundo externo. Principalmente os mais pobres e mais idosos, que são menos familiarizados com outros recursos tecnológicos, tinham, de fato, nos principais jornais nacionais, o guia para mapearem a construção das suas ideias. Não por acaso, essa foi uma via de intrusão escolhida e manipulada pelo governo bolsonarista, que, após promover um apagão nos dados oficiais divulgados pelo Ministério da Saúde sobre o número de mortos e contaminados, interrompeu a sua partilha com a grande mídia, ajustando-os oficialmente para menos. Mesmo que tenha sido criado o Consórcio Brasileiro de Imprensa, a atmosfera de dúvida e incerteza foi instalada e seguiu sendo sustentada pela continuidade da propagação de notícias mentirosas, descabidas, o que, foi, certamente, responsável por um quantitativo grande de mortos pelo novo coronavírus.

Diante da falta de amparo e sustentação, as questões que antes eram veladas e indizíveis, vieram abruptamente à superfície, trazendo à tona uma desconcerto generalizado quanto às formas de proceder diante do familiar, que passou a se apresentar como infamiliar nas relações e, por conseguinte, no mundo que era e que deixou de ser. Ao menos em minha clínica, os efeitos dessa desastrosa gestão têm sido evidentes, seja em formas de sintomas, seja em formas de representações subjetivas que vêm passando por um processo notório de transformação. Desde a não sustentação da homoafetividade, que se dava por obediência às normas impostas por algumas igrejas, seja a ruptura de algumas relações importantes ou, até mesmo, o modo de lidar com as suas bordas e oposições, percebo os sinais de que estamos vivendo, enquanto sociedade, uma forma de mal-estar diferente daquela que fora internalizada até o ano de 2020. Há uma forma particular em inscrição, que, acredito, já tem sido o modo de operar dos indivíduos subjetivamente e socialmente. Por isso, defendo, baseada na minha

prática clínica, na teoria sobre o desenvolvimento humano e nos dados empíricos, que estamos atravessando esse outro momento histórico e cultural instaurado pela Covid-19 enquanto disparador da problemática da má gestão da crise sanitária, que nos lançou a outras bases de socialização e de modos de estabelecimento dos laços sociais, ao qual nomeio mal-estar covidiano.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. *A teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista*. 1951. *Boitempo Editorial*. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2018/10/25/adorno-apsicanalise-da-adesao-ao-fascismo/>>. Acesso em: 20 de mar. de 2023.

ALMEIDA, Pauline. Fiocruz relata perfil das vítimas da Covid-19 e desigualdades na pandemia. *CNN Brasil*, 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/pesquisa-da-fiocruz-relata-perfil-das-vitimas-da-covid-19-e-desigualdades-no-ini/>>. Acesso em: 14 de out. de 2023.

As grandes pandemias da história da Europa e os seus impactos na nossa civilização: desafios da moderna saúde pública. *Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário*, 10(2):19-30, 2021. Disponível em: <<https://www.cadernos.prodisa.fiocruz.br/index.php/cadernos/article/view/780>>. Acesso em 30 de jan. de 2023.

BIRMAN, Joel. *O trauma na pandemia do coronavírus: suas dimensões políticas, sociais, econômicas, ecológicas, culturais, éticas e científicas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

BIRMAN, Joel. Trauma, Subjetivação e Governabilidade na pandemia do Coronavírus. *Tempo Psicanalítico*, Rio de Janeiro, V. 54.1, p. 189-201, 2022.

BOLLAS, Christopher (1987). *A sombra do objeto. Psicanálise do conhecido não pensado*. Imago, Rio de Janeiro, 2015.

BOLLAS, Christopher. Os insatisfeitos na civilização. *In: Psicanálise e vida cotidiana: desamparo coletivo, experiência individual*. São Paulo: Blucher, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS): *Guia de Vigilância Epidemiológica do Covid-19*, 2019. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em 14 de jun. de 2023.

BRUM, Eliane. Meio milhão de mortes por Covid carrega marca da desigualdade do Brasil. *CNN Brasil*, 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/meio-milhao-de-mortes-por-covid-carrega-marca-da-desigualdade-do-brasil/>>. Acesso em: 03 de dez. de 2022.

BRUM, Eliane. A marcha dos mortos. *El País*, 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/autor/eliane-brum/1/>>. Acesso em: 07 de abr. de 2022.

BRUM, Eliane. 7 de setembro: morte. *El País*, 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/autor/eliane-brum/1/>>. Acesso em: 09 de abr. de 2022.

BRUM, Eliane. O “gado humano” que Bolsonaro leva ao matadouro. *El País*, 2020.

Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/autor/eliane-brum/1/>>. Acesso em: 08 de out. de 2023.

BRUM, Eliane. O rompimento do mundo dos humanos. *El País*, 2021. Disponível em:

<<https://brasil.elpais.com/autor/eliane-brum/1/>>. Acesso em: 15 de out. de 2022.

CAMPOS, Magna. *O gênero textual ensaio acadêmico – suas especificidades e regularidades*.

Disponível em: <<https://blog.mettzer.com/ensaio-academico/#:~:text=De%20acordo%20com%20a%20especialista,discursivo%2C%20ao%20qual%20est%C3%A1%20vinculado>>.

Acesso em: 30 de mar. de 2023.

CENTRO DE PESQUISA EM DIREITO SANITÁRIO DA UNIVERSIDADE DE SÃO

PAULO. *Cedepisa*, 2022. Disponível em: <https://cepedisa.fsp.usp.br/?page_id=16>. Acesso em: 14 de dez. 2022.

DIAS, E. O. Tarefas fundamentais: constituição do si mesmo primário. In: E. O. Dias, *A Teoria do Amadurecimento de D.W. Winnicott*. São Paulo; DWW Editorial, 2017.

DUNKER, Christian (2020). *A arte da quarentena para principiantes*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

FERREIRA, Guilherme Dantas. *O negacionismo na pandemia do Covid-19 e a Psicanálise*. 2022. 27 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

FERNANDES, Adalberto Campos. *As grandes pandemias da história da Europa e os seus impactos na nossa civilização: desafios da moderna saúde pública*. 2021.

FOUCAULT, Michel (1979). *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREUD, Sigmund (1919). *O estranho*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XVII. Rio de Janeiro: Imago, 1970.

FREUD, Sigmund (1927). *O futuro de uma ilusão*. In: FREUD, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v. 21. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

FREUD, Sigmund (1920). *Além do princípio de prazer*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. v. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, Sigmund (1915). *Pulsões e destino da pulsão*. In: Obras Psicológicas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2004.

FREUD, Sigmund (1914-1916). *Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos*. Vol. XII. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

- FREUD, Sigmund (1914-1916). *Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos*. Vol. XII. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- FREUD, S (1926). *Inibições, sintoma e angústia*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. v. XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- FREUD, Sigmund (1930). *O mal-estar na civilização*. In: Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- KUPERMANN, Daniel (2020). A catástrofe e seus destinos: os negacionismos e o efeito vivificante do “bom ar”. In: *Psicanálise e vida covidiana: desamparo coletivo, experiência individual*. São Paulo: Blucher, 2020.
- MORIN, E. *Ciência com consciência*. Ed. Publicações Europa-América, Ltda, Portugal: 1994.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 edições, 2018. 80 p.
- ANFFAH NETO, Alfredo. Identificação cruzada. Fala de abertura da *live* transmitida no youtube pelo canal Winnicott Urgente, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ss1FFG3IAQs>. Acesso em: 17 de set. de 2021.
- PELLEGRINO, Hélio. Pacto Edípico e Pacto Social (da gramática do desejo à sem-vergonhice brasileira). Folhetim da *Folha de São Paulo*, set. 1983.
- QUINET, Antônio. Pandemia: entre o desamparo e o negacionismo. *Live* transmitida pelo canal da Companhia das Letras, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xkM7RSX-9ow> Acesso em: 17 de set. de 2021.
- PINOTTI, Fernanda. Um em cada 10 brasileiros não tiveram o que comer entre 2020 e 2022, segundo a ONU. *CNN Brasil*, 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/um-em-cada-10-brasileiros-nao-tiveram-o-que-comer-entre-2020-e-2022-segundo-a-onu/>. Acesso em: 15 de mar. de 2023.
- RATES, Laura Mack (2021). Identificação cruzada. Fala de abertura da *live* transmitida no youtube pelo canal Winnicott Urgente, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ss1FFG3IAQs>. Acesso em: 17 de set. de 2021.
- ROCHA, Zeferino. *Desamparo e metapsicologia*: para situar o conceito de desamparo no contexto da metapsicologia freudiana. Síntese, Belo Horizonte, v. 26, n. 86, 1999.
- ROSA, M. D.; DOMINGUES, E. (2010). O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: a utilização da entrevista e da observação. *Psicologia & Sociedade*, 22 (1), 180-188.
-

- RUSTIN, Michael. (2020). A pandemia da Covid e seus sentidos. *In: Psicanálise e vida cotidiana: desamparo coletivo, experiência individual*. São Paulo: Blucher, 2020.
- SÓFOCLES. *Édipo em Colono*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- SILVA, Daniel N. As piores epidemias da história. *Mundo Educação*, 2023. Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/curiosidades/as-piores-epidemias-historia.htm>>. Acesso em 18 de nov. de 2022.
- TEMPOS, Modernos. Direção: Charles Chaplin. Produção: Charles Chaplin. Roteiro: Charles Chaplin. Cinematografia: Ira H. Morgan; Roland Totheroh (1936).
- WINNICOTT, D.W. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- WINNICOTT, D.W. Por que choram os bebês? *In: D.W. Winnicott, A criança e o seu mundo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- WINNICOTT, D. W. Integração. *In: D.W. Winnicott, Natureza humana*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1990.
- WINNICOTT, D. W. (1989). O conceito de trauma em relação ao desenvolvimento do indivíduo dentro da família. *In: Explorações psicanalíticas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- WINNICOTT, D. W. (1940). Discussão dos objetivos da guerra. *In: D. W. Winnicott, Winnicott, D. W. Tudo começa em casa*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- WINNICOTT, D. W. (1945). O pensar e o inconsciente. *In: D. W. Winnicott, Tudo começa em casa*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- WINNICOTT, D. W. (1950). Algumas reflexões sobre o significado da “democracia”. *In: D. W. Winnicott, Tudo começa em casa*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- WINNICOTT, D. W. (1964). O conceito de falso self. *In: D. W. Winnicott, Tudo começa em casa*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- WINNICOTT, D. W. (1965). A pílula e a lua. *In: D. W. Winnicott, Tudo começa em casa*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- WINNICOTT, D. W. (1965). O preço de desconsiderar a pesquisa psicanalítica. *In: D. W. Winnicott, Tudo começa em casa*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- WINNICOTT, D. W. (1967) A delinquência como sinal da esperança. *In: D. W. Winnicott, Tudo começa em casa*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- WINNICOTT, D. W. A liberdade (1969). *In: D. W. Winnicott, Tudo começa em casa*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
-

- WINNICOTT, D. W. (1969). Os muros de Berlim. *In: D. W. Winnicott, Tudo começa em casa*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- WINNICOTT, D. W. *A comunicação entre o bebê e a mãe e entre a mãe e o bebê: convergências e divergências*. *In: D.W. Winnicott, O brincar e a realidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- WINNICOTT, D. W. (1945). Desenvolvimento Emocional Primitivo. *In: D. W. Winnicott, Da pediatria à psicanálise: Obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago, 2000.
- WINNICOTT, D. W. (1949). Memórias do nascimento, trauma do nascimento e ansiedade. *In: D. W. Winnicott, Da Pediatria à Psicanálise: Obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago, 2000.
- WINNICOTT, D. W. (1950) A agressividade em relação ao desenvolvimento emocional. *In: D. W. Winnicott, Da pediatria à psicanálise*. Obras escolhidas. Rio de Janeiro: Imago, 2000.
- WINNICOTT, D. W. (1952). Psicoses e cuidados maternos. *In: D. W. Winnicott, Da Pediatria à Psicanálise*. Obras escolhidas. Rio de Janeiro: Imago, 2000.
- WINNICOTT, D. W. (1952). Ansiedade Associada à Insegurança. *In: D. W. Winnicott, Da pediatria à psicanálise*. Obras escolhidas. Rio de Janeiro: Imago, 2000.
- WINNICOTT, D. W. (1952). Psicoses e cuidados maternos. *In: D. W. Winnicott, Da pediatria à psicanálise*. Obras escolhidas. Rio de Janeiro: Imago, 2000.
- WINNICOTT, D. W. (1953) Objetos transicionais e fenômenos transicionais. *In: W. Winnicott, D. W. O brincar e a realidade* (13-44). Rio de Janeiro: Imago, 2000.
- WINNICOTT, D. W. (1956). A Tendência Anti-Social. *In: D. W. Winnicott, Da pediatria à psicanálise*. Obras escolhidas. Rio de Janeiro: Imago, 2000.
- WINNICOTT, D.W. (1965). *A família e o desenvolvimento individual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- WINNICOTT, D. W. (1960). Distorção do ego em termos de falso e verdadeiro self. *In: D. W. Winnicott, O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- WINNICOTT, D. W. (1962) A integração do ego no desenvolvimento da criança. *In: D. W. Winnicott, O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- WINNICOTT, D. W. (1963) Da dependência à independência no desenvolvimento do indivíduo. *In: D.W. Winnicott, O ambiente e os processo de maturação*. Porto Alegre: Artmed, 2007.
-

WINNICOTT, D. W. (1963). Distúrbios psiquiátricos e processos de maturação infantil. *In* D.W. Winnicott, *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

WINNICOTT, D. W. (1963) Moral e Educação. *In*: D.W. Winnicott, *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

VACINAÇÃO contra a Covid: quase 49% da população tomou a dose de reforço. G1, 2022.

Disponível em: <<https://g1.globo.com/saude/coronavirus/vacinas/noticia/2022/11/08/vacinacao-contr-a-covid-quase-49percent-da-populacao-tomou-a-dose-de-reforco.ghtml>>.

Acesso em: 08 de nov. de 2022.
